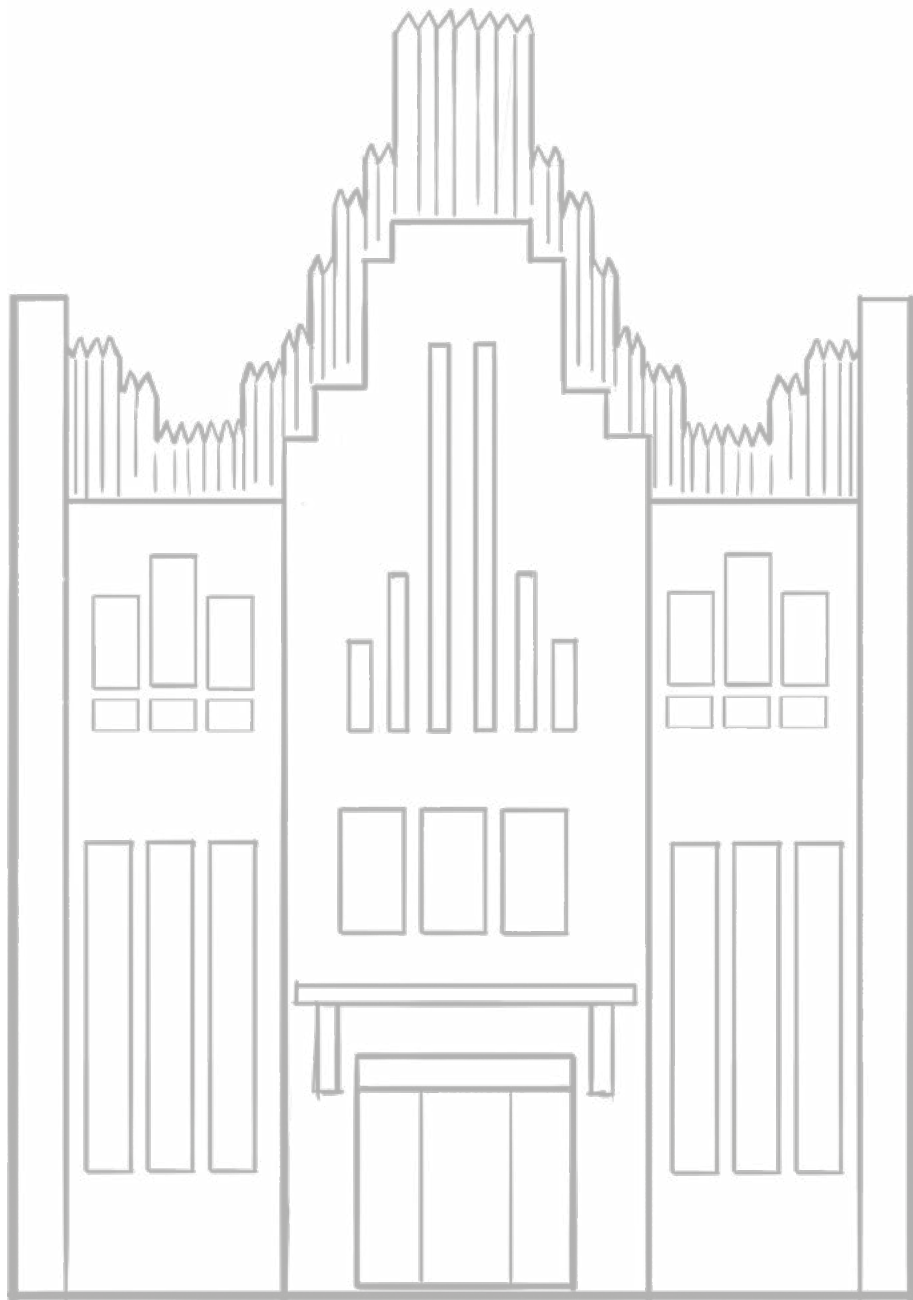


Volume 2

Dossiê Escravidão e Abolição no Brasil



APRESENTAÇÃO

Dossiê Escravidão e Abolição no Brasil

Sharyse Amaral

169

Após 131 anos de abolida oficialmente a escravidão no Brasil persistem problemas sociais advindos da existência de quase quatro séculos de escravidão entre nós. A longevidade dessa instituição configurou nosso modo de ser, limitou o nosso pensar, definiu espaços sociais, educacionais e de trabalho, fragilizou o exercício da nossa cidadania, fortaleceu o racismo e nos impediu de construir uma sociedade menos desigual.

Talvez por isso a historiografia da escravidão seja uma das áreas mais profícuas da História do Brasil, com temas instigantes, que vão desde a política de alforria, ao tráfico de escravos, à resistência escrava através de rebeliões, fugas e formação de quilombos, às diversas formas de associativismo negro, ao racismo como política de controle social, ao estudo do processo abolicionista e da precariedade da liberdade. Mais recentemente, parte considerável dos historiadores tem se dedicado à análise do pós-abolição - questão historiográfica e período difícil de delimitar -, posto que como não se realizou o acerto de contas com o passado escravista, o pós-abolição é tanto o 14 de maio de 1888 quanto o momento atual.

Por entender que a escravidão é um passado que se faz presente em nossa sociedade, esse Dossiê não estabeleceu limites temporais, temáticos ou geográficos, permitindo ao leitor acessar o passado por meio dos olhares dos pesquisadores autores, a partir de diferentes abordagens e perspectivas analíticas. Apresentamos, então, dois artigos com uma abordagem da história social, uma análise da construção de memórias históricas e uma abordagem historiográfica.

Abre este Dossiê o artigo “A Vida nas roças: a mulher cativa e os caminhos para a liberdade”, nele Virginia Barreto busca investigar as estratégias de amealhar o pecúlio para a compra da alforria. O recorte investigativo por gênero ilumina os caminhos para a liberdade de mulheres, apontando para atividades que vão além da cultura de roças, como pequenas criações, exploração da mata e de mangue, manufatura de objetos e o pequeno comércio nas feiras. As trajetórias de mulheres escravas são construídas a partir do cruzamento de dados de cartas de alforria, inventários *post-mortem*, testamentos e um processo-crime, na melhor tradição da história social.

As transformações do trabalho escravo doméstico em Recife, ao longo do século XIX, foram analisadas em instigante artigo de Tatiana Lima, amparada em minuciosa

análise dos inventários *post mortem* dos senhores recifenses, no amplo recorte temporal de 1830 a 1888. Sua pesquisa traz uma inovadora discussão de como o trabalho doméstico foi sendo reconfigurado durante a derrocada do regime escravista, nos levando a refletir sobre as similaridades entre o trabalho doméstico de ontem e de hoje.

O interessante artigo de Aline Najara Gonçalves “Os ‘Vultos e Feitos’ de ‘Alagoinhas e seu município’: uma memória do pós-abolição no interior da Bahia” discute a construção de uma memória oficial acerca da escravidão no município de Alagoinhas no pós-abolição, apresentando-nos as obras de Américo Barreira e de Salomão Barros. Ao percorrer os caminhos da memória que levaram à uma negação do passado escravista na localidade, a autora aponta para a necessidade de historicizar essas memórias, por vezes naturalizadas e sedimentadas, abrindo caminho para a elaboração do conhecimento histórico.

Fechando o Dossiê, o artigo de Cristiano Camargo e Jaqueline dos Santos: “O papel da religião na consciência antiescravista e sua relação com o debate historiográfico internacional” traz uma reflexão sobre a historiografia que abordou o surgimento de uma consciência antiescravista no contexto da Revolução Industrial Inglesa, sua relação com o protestantismo e posterior apropriação pelos abolicionistas no mundo atlântico.

A todos, uma boa leitura.

Sharyse Amaral.

Prof.^a Adjunta de História do Brasil
Universidade do Estado da Bahia





DOSSIÊ

A vida nas roças: a mulher cativa e os caminhos para a liberdade

Virgínia Queiroz Barreto*

Life in the farm: the captive woman and the paths por freedom

Resumo

Apresentarei nesse texto histórias e trajetórias de vida de mulheres cativas que viveram na região rural do Recôncavo sul da Bahia entre os anos de 1850-1888. Embora curtas e fragmentadas, as histórias localizadas nos vestígios por elas deixados e recuperadas nos arquivos da região e da capital da Bahia, aqui apresentadas, revelaram-se ricas, fascinantes e intensas. Atravessar a fronteira da escravidão para a liberdade era, certamente, um sonho que se tornou realidade para uma parte significativa dessas mulheres. Utilizando-se de caminhos diferentes, africanas, crioulas, pardas redefiniram sua condição social, conquistaram novos espaços na sociedade que as escravizou e, mesmo que precariamente, desfrutaram de suas liberdades. A história de vida dessas mulheres aqui apresentada, revelam a diversidade de experiências, assim como os múltiplos caminhos percorridos para alcançar seus objetivos. **Palavras chave:** escravidão - pós-abolição - recôncavo baiano

Abstract

I will present in this text stories and life paths of captive women who lived in the rural region of the Southern Recôncavo of Bahia between the years of 1850-1888. Although short and fragmented, the stories located in the vestiges they left and retrieved in the archives of the region and the capital of Bahia, presented here, were rich, fascinating and intense. Crossing the frontier from slavery to freedom was certainly a dream come true for a significant part of these women. Using different paths, Africans, Creoles, browns redefined their social condition, conquered new spaces in the society that enslaved them and, even if precariously, enjoyed their freedoms. The life history of these women presented here reveals the diversity of experiences as well as the multiple paths taken to achieve their goals.

Keywords: slavery - post-abolition - Bahian recôncavo



* Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP; vqbarreto@gmail.com.



Durante o tempo em que vigorou o tráfico, a Bahia foi um dos principais pontos de desembarque de escravos provenientes da África que tiveram como destino final o Brasil. No entanto, grande parte desses sujeitos, comercializados nos mercados de escravos da capital, foram distribuídos para as mais diversas partes da província da Bahia. O levantamento de dados para o Recôncavo sul - região que abrange a contra-costa da ilha de Itaparica, Nazaré, Jaguaripe e suas povoações, revelou a existência de um número relativamente grande de propriedades com poucos escravos sugerindo que, apesar de a Bahia ter recebido, em seus portos, um número expressivo de escravos africanos, essa região não concentrou uma quantidade significativa de cativos e muito provavelmente pouco dependeu do tráfico atlântico para manutenção de seus plantéis.¹ Talvez, a predominância da atividade produtiva ali praticada, ajude a reforçar a tese levantada por Stuart Schwartz de que “nem todos os escravos desembarcados em Salvador permaneceram na Bahia”.²

Era em estabelecimentos rurais proporcionalmente pequenos - se comparados aos seus vizinhos do chamado “Recôncavo tradicional”-, e com número reduzido de escravos, que os lavradores do sul do Recôncavo produziam boa parte dos gêneros alimentícios que abasteciam os mercados e feiras da região. No geral, o trabalho nas roças, a preparação da terra, a colheita e até o transporte das mercadorias para o mercado final, foram praticados por esses roceiros e seus poucos escravos. O exame dos inventários *post-mortem* de senhores falecidos nas décadas de 50-88 do século XIX revela um significativo número de propriedades que utilizavam desses poucos braços negros nas tarefas diárias.

Esse foi, por exemplo, o caso da pequena propriedade de Ana Maria das Neves, falecida em 1875 com testamento. Em seu sítio onde produzia farinha de mandioca e café, contava com apenas duas escravas adultas: Caetana e Damasia. Dentre os poucos bens deixados, estavam:

Um sítio denominado Moenda Seca 200\$000
 Uma casa de morada e fazer farinha coberta de telhas sobre esteios e os acessórios de fazer farinha 250\$000
 Um cafezal 50\$000
 Escravos:
 Damasia, crioula, 27 anos, serviço de lavoura, com dois filhos ingênuos..... 600\$000

1 Os dados levantados para essa pesquisa apontam que no período de 1850-88, apenas 23,3% dos escravos dessa região eram africanos. Se apurarmos mais o olhar para a primeira década após o fim do tráfico localizamos apenas 43,8% de africanos escravizados nessa parte do Recôncavo. APB – Inventários 1850-1888.

2 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. 1º reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 284.

Caetana, crioula, 28 anos, serviço de lavoura	400\$000
Jacinta, crioula, 9 anos, filha de Caetana, serviço de lavoura	300\$000
Floriana, crioula, 8 anos, filha da mesma escrava Caetana, serviço de lavoura.....	250\$000
Benedicto, crioulo, 5 e meio anos, filho de Damasia, serviço de lavoura.....	200\$000 ³ .

A propriedade de Ana Maria das Neves não constitui uma exceção. Muitas outras, nessa região, tinham o mesmo perfil: praticavam a policultura, algumas possuíam unidades beneficiadoras e contavam com poucos escravos em seus plantéis. De fato, nos estabelecimentos rurais dessa parte do Recôncavo, as fazendas e sítios não empregavam mais que dez cativos em suas lavouras. O levantamento feito nos inventários dos senhores daquela região revelou que 54,3% (mais da metade) dos senhores escravistas do sul do Recôncavo possuíam menos de cinco escravos; e que 22,4% deles detinham a posse de apenas um ou dois.

Além da lavoura que ocupava boa parte do dia de trabalho, outras tarefas cotidianas incluídas em suas lides diárias favoreceu, sobremaneira, a mobilidade de alguns cativos que viviam naquela região. O abastecimento de água, as compras nas vendas rurais, a retirada da lenha nas matas para abastecer o fogão doméstico e as atividades ligadas ao fabrico da farinha eram apenas algumas das atividades que compunham as tarefas diárias dos cativos fora da propriedade senhorial. Atividades essas que, sem dúvida, contribuíram para o convívio e a troca de experiências entre escravos de diferentes propriedades, assim como entre cativos e pobres livres ou libertos.

Como consequência, aqui e ali, era possível se negociar algum tipo de serviço, fora da propriedade rural em que residia, que garantisse algum pecúlio para a compra de suas liberdades. Em 1878, um pequeno fragmento de texto anexado ao inventário de Antonio Nunes Rezende permite-nos vislumbrar a existência de acúmulo de pecúlio, revelando, em última análise, negociações estabelecidas no seio da escravidão rural do Recôncavo.

Recebi da minha escrava Antonia a quantia de cem mil réis, a medica [meia] parte cem mil réis a todo tempo q. me o der os outros cem mil réis receberá sua carta de liberdade; de hoje em diante ficará partindo semana uma para ella, e outra para mim, neste recibo não haverá empassivel nem clauzura nenhuma.

Canga Velha, 1º de Maio de 1876.⁴

3 APB - *Inventário de Ana Maria das Neves*, (04/1517/1986/14), 1877.

4 APB - *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

Ao apresentar na justiça “o título junto de um pecúlio da referida quantia”, de sua avaliação no inventário do seu senhor, a crioula Antonia reivindicava o direito a sua carta de liberdade.⁵ A documentação apresentada por ela na ocasião do falecimento do seu senhor, revela sua luta pela manumissão, embora pouco ou nada se saiba das circunstâncias para a aquisição de tal pecúlio. Sabe-se, entretanto, que era um costume entre os escravizados o acúmulo dos poucos recursos que conseguiam amealhar em atividades executadas durante o seu tempo livre para o fim da liberdade mesmo antes da Lei 20.040, de 28 de setembro de 1871, quando esse “costume” passou a ser reconhecido juridicamente.⁶

Todo o esforço de Antonia no sentido de conquistar sua liberdade ficou registrado no pequeno trecho daquele recibo passado em 1876. Se o documento apresentado pouco diz acerca das atividades que aquela escrava executou para adquirir tal quantia, a leitura minuciosa do inventário dos bens de Antonio Nunes Rezende, no qual ela figura como escrava, permite fazer algumas considerações acerca da vida daquela mulher escravizada. O domínio daquele senhor se estendia a três grandes propriedades localizadas na freguesia de Santo Antônio de Jesus onde as principais atividades estavam ligadas às lavouras de mandioca, cana e café.⁷

Sob o domínio daquele senhor, foram registrados em testamento 33 escravos, sendo: vinte do sexo masculino e treze do sexo feminino, entre eles figuravam a escrava Antonia, crioula de 68 anos de idade. Ela e seus companheiros de cativeiro parecem ter se ocupado, além das lavouras, da produção do açúcar e da aguardente - principal fonte de renda daquelas propriedades - e no processo de fabricação da farinha de mandioca. A produção do fino grão que, do ponto de vista econômico, parece ter sido menos rentável que o açúcar devido à constante variação de preços no mercado, revelou-se ideal sob muitos aspectos. Parte da produção da farinha era destinada à subsistência da própria escravaria, enquanto que

5 APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

6 Variados estudos fazem referências a “gratificações” em dinheiro adquiridas por escravos que exerciam ofícios especializados nas fazendas e sítios, assim como ao trabalho cativo como jornaleiros e vendeiros em seus dias livres, tanto por aqueles que viveram na área rural, quanto aos que tiveram a experiência do cativeiro nas áreas urbanas do Brasil escravista. Entre eles, ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec/Programa de História Social– USP, 1998; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e reconstruções na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil século XIX)*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

7 Apesar do predomínio dos minifúndios no Recôncavo sul, algumas propriedades rurais se destacavam nesse cenário pelas suas dimensões espaciais e número expressivo de cativos. As três propriedades localizadas no inventário de Antonio Nunes Rezende (1878) foram: Fazenda Canga Velha; Fazenda Santo Antonio e Fazenda Riachão. APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.



o excedente era comercializado no mercado local. Ademais, o cultivo da mandioca, por não ter sazonalidade, mostrou-se adequado para manter a escravaria ocupada o ano inteiro.⁸

Do alto da casa grande, construída sobre pilares, como observado pelos avaliadores, Antonio Nunes Rezende determinava as atividades que deveriam ser executadas. O contato direto daquele senhor com seus escravos revela aspectos da escravidão nessa parte do Recôncavo. O emprego de “capatazes” no trato dos escravos quase não existiu naquela freguesia rural, mesmo entre os senhores com propriedades maiores, como o caso em estudo; o comum foi o próprio senhor lidar diretamente com seus escravos. É bem provável que essa ligação não só tenha favorecido o contrato que a escrava Antonia estabeleceu com o seu senhor, como também pode ter facilitado a criação de possibilidades de ganho extra.

A existência da roça escrava naquelas propriedades, embora não tenha sido sinalizada na documentação estudada, era efetivamente uma realidade incentivada pelo próprio senhor. A historiografia tem analisado a questão da roça escrava sob diversos aspectos; entre eles, os significados que esta tinha para senhores e escravos.⁹ Segundo Hebe Mattos, “por diversas vezes os senhores investiram na diferenciação interna da experiência do cativo, enquanto estratégia explícita de controle social de seus escravos” e a roça escrava foi, seguramente, uma das muitas estratégias de senhores escravistas do Recôncavo para manter o seu domínio, mesmo entre aqueles que possuíam poucos escravos.¹⁰

Se, para o senhor, a concessão de um pedaço de terra onde o escravo pudesse plantar poderia significar “controle social de seus escravos” e uma forma para que o próprio escravo garantisse sua sobrevivência; para o escravo que vivia na zona rural, essa era, objetivamente, uma oportunidade para conseguir algum recurso, ampliando a possibilidade de viabilizar projetos de médio e longo prazo. Certamente, a conquista da liberdade figurava entre esses projetos futuros. Os frutos das roças e da exploração da mata e do mangue - abundantes na região - junto com a criação do

8 BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780 - 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 276.

9 Sobre essa questão, ver, entre outros: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, Op. Cit; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2006; CASTELLUCCI Jr. Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888*. São Paulo: Annablume: Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. Cit.

10 MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. Cit, p. 139. Com relação ao benefício da economia escrava para os senhores e a “função ideológica” dessa economia como forma de controle social, ver também: SILVA, Eduardo. “A função ideológica da brecha camponesa”. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. Cit.



gado pequeno e às vezes de alguns porcos, além da utilidade no consumo imediato, poderiam ser vendidos, seja ao próprio senhor, seja a vendedores ambulantes. Mulheres libertas como, por exemplo, Perpétua Maria dos Passos, “comprava ovos para vender” nas ruas da cidade de Nazaré. Trabalho que exercia cotidianamente para garantir o sustento de sua família.¹¹

As frequentes referências a dívidas contraídas pelos senhores junto aos seus escravos, localizadas nos inventários *post-mortem*, revelam a existência de uma micro-economia que se formava em torno da experiência do cativo. Além dos produtos da roça, vendidos para amealhar alguns vinténs, havia outras maneiras para as cativas ganharem dinheiro, a manufatura doméstica de objetos para a venda era uma delas. Cestos feitos de piaçaba ou cipó, assim como talhas, panelas e outros utensílios produzidos com barro retirado nas proximidades das fazendas serviam para atender a própria demanda dos cativos, como também seriam destinados à venda (clandestina ou não) na vizinhança da fazenda. Os cestos que as pretas carregavam nas cabeças - amplamente observados por viajantes estrangeiros em vários locais do Brasil oitocentista - bem poderiam ter sido produzidos nessa “indústria” doméstica gerada no seio do cativo.¹²

Além das possibilidades de ganho sinalizadas acima, o trabalho remunerado executado pelo escravo em seu tempo “livre”, seja para seu próprio senhor ou para outro, era uma realidade para o escravo que possuía alguma especialidade. Pode-se vislumbrar a importância de se ter uma especialidade na trajetória de dois africanos que viveram na ilha de Itaparica, verificada pelo historiador Wellington Castellucci Junior. Segundo suas observações, em 1849, o africano Marcos comprou sua carta de liberdade pagando o valor de 900\$000 réis que amealhou como barbeiro, atividade que executou “diariamente na vila de Itaparica e em outras localidades” com a permissão do seu senhor. Parte do ganho adquirido com aquela atividade era entregue ao senhor, e a outra parte, “uma quantia nada desprezível [utilizou] para a compra de sua liberdade”.¹³

Na historiografia da escravidão encontra-se pesquisas esparsas que documentam situações semelhantes a que viveu, em Itaparica, o africano Marcos citado acima, nas quais o trabalho especializado garantiu uma renda “nada desprezível”. Em Vassouras, município do Rio de Janeiro, por exemplo, Robert Slenes localizou, na prestação de contas do inventarian-

11 APB - *Inventário de Perpétua Maria dos Passos*, (05/1828/2299/12), 1866.

12 AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL/MEC, 1980; HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860: esboços de viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

13 CASTELLUCCI Jr. Wellington. “De cativos a baleeiros: uma amizade indissolúvel entre dois africanos no outro lado do Atlântico. Itaparica (1816-1886)”. *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 29, p.444-472, jul./dez., 2014, p. 454.



te, o registro de uma quantia considerável (3:431\$000) para pagamento a escravos entre novembro de 1877 e agosto de 1882. Segundo esse documento, “os gastos incluíam gratificações a escravos por serviços diversos - por exemplo, ‘pela limpa de cafezais’ ‘pela colheita’, pelo ‘arrancamento de formigas’ - e pagamento de ‘alugueis’ (salários) de escravos nos domingos e dias santos”.¹⁴ Ademais, como já foi dito, no Recôncavo sul, as condições materiais possibilitadas pela existência de fontes extrativistas - a mata, os rios e o mangue - ampliaram substancialmente tanto o “consumo” de objetos de pouca monta entre a escravaria, como viabilizaram projetos de liberdade.

Nos processos criminais pesquisados, foram localizadas situações em que o cativo adquiriu objetos para o consumo imediato como roupas e outras “trilhas”. Em 1864, as investigações feitas pelo Chefe de Polícia de Nazaré envolvendo o roubo de uma arca com roupas, rendas e outros objetos, praticado por Manoel Damásio de tal, revelaram que os objetos roubados foram adquiridos pela escrava pertencente à costureira Maria de Oliveira. Esta, ao ser questionada sobre as rendas declarou “que a escrava da casa tinha comprado duas varas de renda”, provavelmente com dinheiro adquirido de atividades executadas fora do cativoiro.¹⁵

Se é incontestável que os escravos conseguiram um certo espaço para adquirir algum recurso, pode-se afirmar que Antonia, a já referida personagem, aproveitou muito bem esse “espaço” concedido pelo seu próprio senhor para conquistar sua liberdade. Obviamente que o caminho por ela trilhado foi árduo e longo, afinal a “liberdade é custosa” para qualquer escravo e, talvez, fosse ainda maior para as mulheres cativas que viveram na zona rural do Recôncavo sul da Bahia.

Fruto do cativoiro, como tantas outras crianças nascidas no Brasil, logo denominadas crioulas, Antonia viveu a condição escrava até meados de 1876, quando apresentou 100\$000 (quantia considerável para uma cativa adquirir) para a compra de sua liberdade, mas que só quitava uma parte da sua avaliação, estimada em 200\$000 “por ser velha e doente”. Àquela época, ela já contava com 66 anos de idade e obteve de seu senhor um contrato de trabalho que, se não a tirou definitivamente da escravidão, possibilitou-lhe uma maior mobilidade. Durante os dois anos - período entre a assinatura do contrato e a morte do senhor - em que valeram os termos do acordo, a crioula Antonia viveu na fronteira entre a escravi-

14 SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*, op. Cit., p. 205.

15 APB – *Processo crime*, Alexandrina Maria Jesus, (05/199/03), 1864.

dão e a liberdade.¹⁶ O contrato dava a possibilidade de a escrava “partir” semana, uma para ela e outra para seu senhor, o que certamente a deixou mais perto da liberdade, mas, ainda assim, na escravidão.¹⁷ A coartação, situação em que é dado ao escravo o direito de procurar próximo ou distante do domínio senhorial os meios para saldar prestações referentes à compra de sua carta de alforria, vivida pela escrava Antonia no Recôncavo sul da Bahia, foi documentada em outros estudos sobre escravidão em diversas partes do Brasil.¹⁸

Situações envolvendo coartação como a estabelecida entre Antonia e seu senhor (registrada no inventário aberto em 1878) não se constituiu como um traço comum nas negociações pela liberdade entre a escravaria do sul do Recôncavo e seus senhores. Assim como situações envolvendo a compra da manumissão através do Fundo de Emancipação. Nos registros do tabelionato de Nazaré, localizamos apenas uma situação, a do escravo Benedicto, em 1883, cujo fundo foi efetivamente o meio da conquista da liberdade.¹⁹ Além dele, em 22 de Agosto de 1885, receberam suas alforrias mais seis escravos pertencentes à Villa de Santo Antonio de Jesus, à época já desmembrada do município de Nazaré.

Os fundos de emancipação, que para Camillia Cowling, promoveram intensos debates, entre os abolicionistas do Rio de Janeiro e do Recife, de fato não se constituíram no mais importante meio de “bancando a liberdade”. Nas duas capitais estudadas pela historiadora, os escravos que de fato foram libertados por esses fundos não chegaram a 4% da população escravizada do período. Ainda segundo a mesma autora, provavelmente essa “insignificante” quantidade de escravos que alcançaram suas manumissões através desse meio legal, tenha desestimulado pesquisas nesse campo.²⁰ No caso desta pesquisa, a falta de maiores detalhes sobre essa possibilidade de conquista da liberdade, no apagar das luzes do escravismo brasileiro, deixam lacunas sobre sua relevância para os escravizados daquela Comarca.

16 Cf. Schwartz “Nem mesmo a condição social de escravo estava isenta de variações, pois o costume português no Brasil reconhecia a condição de ‘coartado’, ou seja, o escravo que conseguira o direito, expresso pelo seu proprietário em *testamento* ou outro documento, de pagar pela própria alforria; a esse cativo era permitida uma certa liberdade de movimentar-se (...)” (Grifo nosso). Sobre a coartação ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. Cit.

17 APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

18 Sobre a coartação ver: PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1995; SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*. Aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte – MG: Editora da UFMG, 1999; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. Cit.

19 APB – *Testamento de Jerônimo Coelho Sampaio*, Nazaré, 1883.

20 COWLING, Camillia; CASTILHO, Celso. “Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil”. *Revista Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, nº. 47, p. 161-197, 2013.



A relação apresentada no Quadro abaixo expõe a liberdade de três mulheres, duas casadas e uma solteira. Entre os escravos listados, apenas Luiza, solteira e com seis filhos menores de oito anos de idade apresentou pecúlio para compor o valor de sua avaliação.

Quadro 1 - Escravos libertados por conta do Fundo de Emancipação - Santo Antonio de Jesus, 1885.

Nome	Idade	Estado	Pecúlio com que contribuiu o escravo	Relação das preferências estabelecidas em Lei	Indenização do valor do escravo	Observações
Amancio	23 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	500\$000	
Luiza	26 anos	Solteira	100\$000	-	500\$000	Tem seis filhos menores de 8 anos de idade.
Thomé	35 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	600\$000	
Rosa	49 anos	Casada	-	Casada com escravo de outro senhor	300\$000	
Benedicta	35 anos	Casada	-	Casada com pessoa livre	400\$000	
Antonio	45 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	250\$000	

Fonte: APMSAJ, Escravos libertados por conta do Fundo de Emancipação, Santo Antonio de Jesus, 22 de Agosto de 1885. Caixa sem identificação.

Em Nazaré, essa realidade não foi diferente de outros lugares do Brasil. O mais comum nessa parte do Recôncavo foi a conquista da liberdade através do pecúlio (compra). De fato, a grande maioria dos escravizados da Comarca de Nazaré, conquistaram suas liberdades através da compra, representando quase 80% de todas as cartas registradas nos livros de notas do tabelionato e na amostra de inventários e testamentos estudados.²¹ Destes, apenas 3,4% - cinco alforrias no universo de 146 cartas registradas - foram obtidas a partir da compra parcelada, isto é, o cativo deveria liquidar o pagamento em parcelas estipuladas pelo seu senhor.

Levando-se em consideração apenas os registros efetivados nos livros de notas do tabelionato de Nazaré para os anos de 1850-1888, encontra-se a seguinte situação: 90 cartas de liberdade, 707 escrituras públicas de compra e venda e 78 escrituras envolvendo outras transações (hipoteca, doação e escritura de locação). Entre compra e venda, cartas de liberdade, hipoteca, doação e escritura de locação, os livros de notas do tabelionato de Nazaré para os anos de 1850-1888 registraram negociações envolvendo 875 escravos. Neles, as negociações de compra e venda representaram mais de 80 por cento, e as cartas de liberdade giravam em torno de 10 por cento. Os dados localizados neste estudo se aproximam muito dos encontrados por Erivaldo Neves para a região de Caetité. Se-

21 APB – Livros de Notas do Tabelionato de Nazaré, (1850-1888); Inventários (1850-1888).

gundo esse autor, as alforrias naquela localidade giravam em torno de 12 e 13 por cento com uma pequena variação no decênio de 1870, justificada pelo mesmo como sendo efeito do tráfico interno na região.²²

No montante de 151 alforrias localizadas nos Livros do Tabelionato e nos Inventários post-mortem de senhores falecidos entre os anos de 1850-1888, pouco mais da metade, 76 alforrias (50,3%), foram concedidas a mulheres cativas, 46 alforrias (30,5%) aos escravos do sexo masculino e 29 alforrias (19,2%) foram conferidas a crianças com idades entre 2 meses e 12 anos²³.

Os dados revelam que as mulheres foram as que mais conseguiram suas alforrias, chegando a 63,6 por cento de todas as cartas de liberdade registradas, confirmando as constantes negociações travadas entre elas e seus senhores, seja na concessão de espaços de autonomia, seja no agenciamento de seus ganhos ou, em muitos casos, na prestação dos “bons serviços” como foi revelado nas referidas cartas. Uma luta cotidiana que tiveram de empreender superando os diversos obstáculos que a vida no cativeiro lhes impunha, entre as quais o nascimento de filhos cativos teria sido apenas uma delas.²⁴

A participação ativa da mulher cativa nas transações envolvendo suas liberdades e a de seus filhos esteve presente em todo tipo de alforria, fossem as consideradas gratuitas, incondicionais ou as com condição de serviço (quando não havia uma contrapartida financeira), ou aquelas adquiridas através do pagamento de pecúlio. Ao estudar as alforrias na Bahia, João José Reis concluiu que as alforrias eram resultado da barganha entre as partes envolvidas.²⁵ Assim, pode-se observar que, em geral, o escravo participava ativamente da negociação que envolvia sua liberdade ou de algum parente. Mesmo nas chamadas “incondicionais” (situação em que a liberdade era concedida gratuitamente e sem condição alguma), ficava patente a participação da escrava para conquistá-la. Afinal, quando o senhor revelava que a concedia gratuitamente “pelo bom serviço que me tem prestado”, deixava implícito o empenho da cativa em conquistar o reconhecimento do senhor. Seja qual fosse a motivação que levou o senhor a conceder a manumissão de seu escravo, ficava evidente que as



- 22 NEVES, Eivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos no Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista”. *Afro-Ásia*. Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA, Salvador, n. 24, pp. 97-128, 2000.
- 23 APB – *Livro de Notas do Tabelionato (1850-1888); Inventários – amostragem (1850-1888)*.
- 24 O censo de 1872 computou 8.404 escravos vivendo no município de Nazaré, destes 4.733 (56,3%) eram do sexo masculino e 3.671 (43,7%) eram mulheres. Ver *Relatório do Censo Demográfico de 1872*. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br> >. Acesso em: 29 de maio 2012.
- 25 REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 87.

estratégias criadas pelos cativos eram sempre um componente decisivo na conquista definitiva de sua liberdade.

É sempre preciso lembrar que a liberdade foi uma via de mão dupla. Assim como o escravo esperava conquistar alguma vantagem na negociação, o senhor também avaliava cada concessão como uma forma de lhe garantir algum benefício (fosse ele visível ou invisível). O benefício visível seria o retorno do valor monetário investido em tal bem - neste caso, quanto o cativo pagaria pela própria liberdade -, enquanto que o benefício invisível, mais difícil de se apreender, pois ele aparece oculto nas entrelinhas dos documentos de manumissão, eram as situações em que o cativo tinha sua liberdade condicionada. Das 22 cartas condicionadas a “acompanhar o senhor até sua morte”, entre os anos de 1850-1888, oito eram de *crias da casa*, com idade entre 1 e 13 anos, cujas mães permaneciam no cativeiro, o que também representava a tênue fronteira entre a escravidão e a liberdade. O fato de as crianças alcançarem a condição de libertos, enquanto suas mães permaneceriam cativas, significava, entre outras coisas, que essas crianças embora fossem livres de direito, mantinham suas trajetórias enraizadas na escravidão. Sobre a alforria condicional, Mary Karasch acrescenta que ter sua liberdade condicionada a prestar serviço ao senhor, ou a alguém por ele designado pouco mudava na vida do cativo, pois “os proprietários tratavam os escravos alforriados condicionalmente como escravos”, além de viverem constantemente sujeitos à revogação da alforria.²⁶

Nos casos em que a liberdade era concedida gratuitamente e sem condição alguma, observou-se que quase um terço deles relacionava-se a crianças cujas mães continuavam cativas (15 casos) ou a idosos com mais de 60 anos (5 casos). Essa avaliação nos autoriza a dizer que, na prática, a concessão ‘gratuita’ de uma alforria, condicionada ou não, era mais utilizada pelos proprietários como uma “estratégia de controle do que numa demonstração de generosidade” como também avaliou Fátima Pires ao estudar as alforrias na região do Rio de Contas, alto sertão da Bahia.²⁷

No entanto, não se pode negar que no sul do Recôncavo, onde os plantéis variavam em média entre dois e dez cativos, a convivência diária teria favorecido negociações variadas entre senhores e seus poucos escravos. Aproximação essa que, segundo Barickman, “talvez tenha estimulado um sentimento de camaradagem entre os pequenos agricultores e seus cativos”.²⁸ Em certa medida, as manumissões concedidas gratuitamente

26 KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

27 PIRES, Maria de Fátima Novaes. “Cartas de alforria: ‘para não ter o desgosto de ficar em cativeiro’”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 141-174, 2006, p. 146.

28 BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano..., op. Cit., p. 252.

nasceram também dessas formas de convívio mais próximas ou provavelmente da dificuldade que tinham os proprietários de alimentarem seus escravos.

A documentação escrutinada evidenciou ainda a presença significativa de “negras de ganho” atuando nas praças de Nazaré e em suas freguesias; negociando suas próprias produções ou atuando como intermediárias na venda de variados produtos. Luís dos Santos Vilhena, o cronista do século XVIII, descreveu a atuação dessas mulheres no Recôncavo. Segundo suas palavras ao amigo Filipono, a produção de mariscos e peixes daquela região, “onde se pesca delicioso peixe, e se tiram diversos mariscos”, era levada à cidade “onde prontamente lhos comprem as negras atravessadeiras, que depois os *revendem pelo triplo*, não só para sustento dos escravos, como para regalo de muitos brancos”.²⁹ Provavelmente, em situações em que o pequeno proprietário tinha dificuldade em manter minimamente o sustento de seus escravos, o ganho ou aluguel pode ter sido uma alternativa utilizada por estes, garantindo, de certa forma ao escravo, alternativa de ganho extra para a compra da alforria.

Qualquer que fosse a intenção dos senhores e as estratégias dos escravos, o que fica patente na leitura dos documentos de alforria é que a grande maioria das liberdades só foi concedida mediante pagamento do pecúlio. O uso do pecúlio para obtenção da liberdade era para o escravo uma possibilidade real, como vêm salientando os historiadores Maria Odila Leite da Silva Dias, Robert Slenes e Sidney Chalhoub;³⁰ e, na região estudada, o número significativo de escravos que conquistaram suas liberdades através do pecúlio revela que eles sabiam da necessidade de negociação com seus senhores para conquistar os recursos necessários para tal fim, sem o qual o senhor não abriria suas mãos para conceder a tão almejada liberdade.

Muito embora o pecúlio tenha se revelado como a alternativa mais viável para a conquista da alforria em Nazaré, pouco ou nada é apontado nas cartas de liberdade acerca das condições de aquisição de tais recursos. Assim, não há como se estabelecer uma história da vida de mulheres que viveram no cativeiro fazendo apenas a leitura das cartas de alforrias. Se, por um lado, elas se constituem como um importante documento para se fazer uma análise quantitativa das alforrias concedidas naquela localidade, por outro lado, elas são omissas tanto com relação às origens do pecúlio quanto sobre as negociações estabelecidas entre as partes interessadas.

29 VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Vol. 1. Salvador: Editora Itapuã, 1969, p. 479.

30 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. Cit.; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. Cit.; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. Cit.



Nesse sentido, a leitura dos inventários e testamentos revelou-se mais esclarecedora. No seu leito de morte, os senhores confessavam ligações afetivas, faziam concessões e também declaravam gratidão e dívidas - afetivas e monetárias - com seus cativos. Através desse tipo de documento, pode-se conhecer um pouco mais da vida de mulheres escravas e suas aventuras para sobreviver à dura condição imposta pelo cativo. Pouco ou nada se saberia da vida da escrava Bonifácia, uma crioula de 25 anos, por exemplo, se não fosse a dívida revelada no testamento de seu senhor. A vida de Bonifácia, escrava de João Paulo de Souza, pouco a pouco foi sendo evidenciada através da leitura do testamento daquele senhor. Em 1860, João Paulo de Souza, bastante enfermo, declarou, entre outras coisas, que:

... lhe sou mais devedor da quantia de trezentos mil réis, [à escrava Bonifácia] total de diferentes quantias que me tem dado a guardar, produto de algum trabalho seo e animais que tem criado³¹.

Os trezentos mil réis que adquiriu com “algum trabalho seo” fora do cativo haviam sido conquistados através da criação de animais (principalmente galinhas e porcos) que, criados nas pequenas propriedades, tinham como destino certo a venda nas feiras locais. Com astúcia de boa negociante, Bonifácia conseguiu angariar recursos os quais ficavam sob a guarda de seu senhor. Se para obter a autorização daquele senhor para criar e vender porcos e galinhas ela teve de conquistar sua confiança, por outro lado, o fato de ter deixado sob a guarda do mesmo os recursos adquiridos em suas transações comerciais revela que ela própria guardava, junto àquele senhor, uma relação de confiança mútua. Nesse caso específico, “fidelidade” e confiança foram elementos que permearam a relação entre senhor e escrava, como revela o documento testamental. Certamente, obter credibilidade junto aos seus senhores para garantir, mesmo que minimamente, o direito de movimentar-se, fez parte da estratégia de outras mulheres que na condição de escravas vislumbravam poucas opções para obter a sonhada alforria. No caso de Bonifácia, sua conduta lhe rendeu não apenas a possibilidade de ganho extra, como também a alforria gratuita de sua filha Francisca Romana, parda, e dela própria “pela fidelidade com que nos tem servido até hoje”³².

31 APB – *Testamento de João Paulo de Souza*, Livro nº 4, Nazaré, 1860, p. 09.

32 APB – *Testamento de João Paulo de Souza*, Livro nº 4, Nazaré, 1860, p. 09.

A justificativa para a concessão dos benefícios que João Paulo fez a Bonifácia em seu testamento deixa transparecer estratégias que muitas outras mulheres cativas podem ter também utilizado para conquistar a manumissão. Um dos caminhos para a conquista da alforria pode ter sido a postura fiel e obediente, aos olhos de seus senhores, o que traria mudanças significativas em suas vidas.

Se o acúmulo de poucos recursos, que mal davam para cobrir parte de suas liberdades, foi uma realidade vivida por mulheres escravas no sul do Recôncavo, o estudo das cartas de liberdade ‘concedidas’ e registradas nos livros de notas do tabelionato autoriza dizer que foi, exatamente em função destes poucos recursos, que mais da metade (52,3%) dos escravos (homens e mulheres) conquistaram o direito à manumissão.

Dos 151 escravos alforriados, 50 (33,1%) receberam a liberdade incondicional, 22 (14,6%) receberam cartas condicionadas à prestação de serviços e, como já foi dito, 79 (52,3%) adquiriram-na com pagamento de pecúlio. Comparando esses dados aos que apresenta Maria de Fátima Pires para o alto sertão da Bahia, pode-se depreender que, no sul do Recôncavo, diferente daquela realidade apresentada pela historiadora, a maioria dos senhores escravistas só abriram mão de seus escravos mediante pagamento e, certamente, a escravaria estava atenta a essa peculiaridade.³³ Pelo menos, é o que revela a grande quantidade de escravos que conquistaram suas alforrias mediante indenização do valor de sua avaliação.

Interessante observar que dos 151 escravos alforriados entre os anos de 1850-1888, 50,3 por cento eram do sexo feminino e pagaram uma média de 455\$000 réis por sua liberdade; os do sexo masculino representaram 30,5 por cento dos alforriados no período³⁴. Das setenta e seis mulheres que cruzaram a fronteira da escravidão para a liberdade, quarenta e duas delas (55,3%) o fizeram através do pagamento de pecúlio, vinte e três (30,2%) receberam cartas gratuitas e sem condição alguma e onze delas (14,5%) tiveram suas cartas condicionadas à prestação de serviços. Mais do que números, os dados acima revelam que as mulheres cativas foram as que mais se empenharam na busca de suas alforrias.

33 Maria de Fátima Pires localizou, entre os anos de 1870-1888, 407 escravos alforriados. Destes, 114 (28%) receberam cartas incondicionais, 159 (39%) cartas condicionadas à prestação de serviços e 134 (33%) adquiriram as suas cartas com pecúlio. PIRES, Maria de Fátima Novaes. “Cartas de alforria...”, op. Cit.

34 O preço médio pago pelos homens foi de 649\$000. O maior preço pago foi de 1:400\$000 réis, e o menor foi de 100\$000 réis. Entre as mulheres o maior preço foi de 1:200\$000 réis pago pela africana Inês de 40 anos de idade, e o menor valor foi de 50\$000 réis pago pela africana Luiza, velha e doente com recurso de esmolos que amealhou nas ruas da cidade de Nazaré. A média de preço pago pela alforria de uma escrava foi de 455\$000. APB – *Livro de Notas do Tabelião*. Nazaré, Jaguaripe e Santo Antonio de Jesus, (1850-1888).

A liberdade foi, de fato, custosa para o escravo em todas as situações em que ela se apresentou, seja pela compra, incondicional ou condicionada a serviços. Decerto que abrir mão de um bem tão valioso nunca fez parte do projeto dos senhores escravistas e, para atingir seus objetivos, os escravos buscaram criar estratégias não apenas para conseguir acumular o erário necessário para sua compra, mas também para abrir um caminho de negociação que lhes fosse favorável junto ao seu senhor, o que nem sempre deu certo.

Ao tratar dessa questão, Robert Slenes traz uma interessante história contada pela viajante Maria Graham no início do século XIX. Segundo essa história, em geral, o escravo, além de ser “industrioso” o que lhe rendeu “uma boa porção de propriedade privada”, havia conquistado a confiança do senhor, o que lhe garantiria “em tese” a possibilidade de negociar sua liberdade. No entanto, descobriu que teria calculado mal sua estratégia de aproximação com seu senhor, pois tornara-se “tão valioso ao senhor, que este recusou-se a alforriá-lo”.³⁵ Decerto que nem sempre o escravo obteve sucesso em sua empreitada, mas não se pode negar que a conquista da alforria envolvia “geralmente uma rede ampla de relações e conflitos”, seja na busca de meios para angariar vinténs, seja estabelecendo relações afetivas e de confiança com seus senhores. É o que se tem observado na leitura dos testamentos e inventários.

Sem dúvida, o momento da negociação para a compra da alforria trouxe tensões, nervosismo e apreensão por parte do cativo que buscou contornar situações desfavoráveis (em alguns casos até se posicionando de forma impositiva), como a que se pode observar na leitura do requerimento da escrava Ritta durante a abertura do inventário de sua senhora.

Diz Ritta, escrava pertencente a finada Maria Francisca de Jesus, que tendo depositado em mão do negociante José Antonio Oliveira a quantia de 400\$000, preço de sua avaliação judicial no inventário de sua senhora, quer que V. Sa. Dignando-se mande passar carta de liberdade, não admitindo proposta alguma que sobre si seja apresentada. (Grifo nosso)³⁶.

O argumento apresentado pela escrava sinaliza com precisão tais tensões e deixa um vislumbre das negociações e conflitos existentes no seio da escravidão. Casos como o apresentado acima não eram isolados na história da escravidão no Brasil. Sidney Chalhoub identificou um número significativo de escravos que se recusavam terminantemente a sair da

35 SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. Cit., pp. 201-202.

36 APB – *Inventário de Maria Francisca de Jesus*, (06/2683/11), 1877.

Corte em direção às fazendas de café do interior.³⁷ Sem discutir aqui as motivações para tal recusa, fica patente que os escravos estavam atentos às suas possibilidades de negociação. No caso da escrava Ritta, era o ano de 1877, e ela certamente conhecia, mesmo que de ouvir dizer, os novos instrumentos legais que poderia utilizar a seu favor. Não sabemos, ao certo, quando os cativos passam a reconhecer a justiça como um meio legal de acesso à liberdade. É fato que a grande maioria dos escravizados era analfabeta, e que poucos tiveram acesso ao texto da lei que lhes garantia algum direito, mas, diante do significativo aumento de cativos que buscaram a justiça no pós 1871, pode-se concluir que os cativos tiraram proveito das importantes informações que lhes chegaram através da oralidade. Afinal, diante da lei, os senhores não podiam mais impedir que, no cotidiano, seus escravos agenciassem seus ganhos; como não podiam mais se negar a conceder-lhes a alforria por pecúlio porque tal direito estava estabelecido no artigo quarto, parágrafo segundo, da lei de 28 de setembro de 1871, como bem avaliou Sidney Chalhoub.³⁸

Outro momento de tensão pode ser surpreendido na petição feita por Carolina Isabel de Lima em 1875, em relação à sua escrava. Viúva e impedida de dispor dos bens deixados por falecimento de seu marido, ela buscou na justiça autorização para vender a escrava Sebastiana, “pelo seu incorrigível procedimento e impossibilidade em que estou de continuar a tê-la em meu poder”.³⁹ Não é possível evidenciar aqui as motivações que levaram ao “incorrigível procedimento” de Sebastiana, porém parece sugestivo avaliar que, nesse caso, a cativa utilizou-se de tal estratégia encontrada para sair do “pior cativo”. Sem dúvida que, no Recôncavo - como em outros lugares onde reinou a escravidão - a luta pela alforria aparece costurada a um tecido amplo de relações e conflitos. Mesmo em situações em que a manumissão não podia ser negada, como nos casos em que a lei garantia esse direito, com a promulgação da “lei do ventre livre, diversos senhores fizeram questão de declararem-se como “ justos, superiores e bondosos”, como observa Ricardo Tadeu Caires Silva.⁴⁰

As expressões corriqueiras nas cartas de liberdade revelam ainda que o escravo só poderia cruzar a fronteira da escravidão para a liberdade por vontade expressa do seu senhor particular. Assim, a ideia que se pretendia passar é que a manumissão não era fruto da conquista do cativo, mas sim uma dádiva concedida pelo senhor ao escravo “por caridade, atendendo

37 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. Cit.

38 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. Cit., p. 158.

39 APB - *Inventário de Luiz Cerqueira Lima*, (04/1517/1986/10), 1875.

40 SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade*. Bahia, século XIX. 2000. Dissertação (Mestrado em História) -FFCH/UFBA, Salvador, 2000.

aos bons serviços” ou “pelo muito amor que lhe temos e pelos bons serviços que nos tem prestado”.⁴¹

Mais do que apenas histórias esparsas, os caminhos traçados por essas mulheres cativas para a conquista da liberdade revelam momentos de luta, dúvidas, medo, expectativas e nervosismo diante das condições impostas pelo cativo e, talvez pelas incertezas proporcionadas pela nova condição de libertas. Muitas delas vivenciaram a venda de filhos e companheiros sem que pudessem interferir; outras, mais sagazes, cruzaram a fronteira da escravidão para a liberdade levando consigo seus filhos também cativos. Situações diversificadas que, em certo sentido, refletem os diferentes esforços na busca da compra da alforria e da sua inserção no mundo dos livres.



41 SOARES, Marcio de Sousa. “A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos de Goitacases, 1750- 1830”. *ANPUH*, XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, p. 1-17, 2009. (Disponível *online*); MATTOS, Hebe. “Laços de família e direitos no fim da escravidão”. In: *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os escravos engajados nos serviços domésticos pelas famílias do Recife oitocentista: o aprofundamento da exploração da mão de obra escrava

Tatiana Silva Lima*

The slaves engaged in the life impetus of children in Recife: the deepening of the exploitation of slave labor

Resumo

No Recife oitocentista, enquanto a escravidão não sofreu grandes golpes, cativos especializados foram relativamente engajados pelas famílias nos serviços domésticos, e os “não especializados” foram muito aproveitados. Isto mudou com a extinção do tráfico negreiro em 1850 e a intensificação do tráfico interno, que diminuíram a população cativa e a encareceu. Homens afortunados investiram menos em escravos qualificados para os serviços domésticos, desvalorizando os seus ofícios e precarizando suas forças de trabalho, para mantê-los controlados e super-explorados. Este movimento se aprofundou a partir de 1871, com a Lei do Ventre Livre, que eliminou a última fonte de renovação dos escravos e garantiu alguns direitos a eles, ameaçando a propriedade cativa e a inviolabilidade da vontade senhorial, e tornando o trabalho livre remunerado uma possibilidade real.

Palavras-chave: Escravos, serviços domésticos, super exploração.

Abstract

The slaves engaged in domestic services by the families of nineteenth-century Recife: the deepening of exploitation over slave labor In nineteenth-century Recife, while slavery did not suffer major blows, specialized captives were relatively engaged by households in domestic services, and the “non-specialized” were greatly exploited. This changed with the extinction of the slave traffic in 1850 and the intensification of inter-provincial traffic, which reduced the captive population and made it more expensive. Rich men have invested less in skilled slaves for domestic services, devalued their trade and precarious labor forces, to keep them under control and overexploited. This movement deepened after 1871, with the Free Womb Act, which eliminated the last source of slave renewal and guaranteed some rights to them, threatening captive ownership and the inviolability of the seigneurial will, and making paid work free possibility.

Keywords: Slaves, domestic services, super exploration.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), mestra em História pela mesma instituição (2004), desenvolvendo pesquisa sobre alforrias no Recife nas décadas de 1840 e 1850, e doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da UFC, desenvolvendo pesquisa sobre trabalho doméstico no Recife entre 1830 e 1888. Tem experiência como professora do Ensino Superior nos cursos de História, Turismo, Pedagogia e Direito. Desde o final de 2012 é professora assistente no curso de História da Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina, lecionando a disciplina

História do Brasil II, entre outras. Nesta Universidade coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a História da Escravidão e da Liberdade no Brasil - GEPHEL, orientando pesquisas sobre dimensões da escravidão e das alforrias em Juazeiro da Bahia no século XIX, e realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão de inovação pedagógica, baseados na lei 10.639/03, que obriga o ensino das história e cultura dos afro-brasileiros nas escolas da educação básica no país. Dois destes projetos foram premiados com Menções Honrosas em Encontro Científico em 2015.



No século XIX a cidade do Recife passou por significativas transformações demográficas e urbanas, algumas decorrentes da política emancipacionista do Estado imperial. O censo¹ feito em 1828 na cidade estimou 25.678 habitantes para o centro urbano da cidade, que era formado pelo bairro portuário do Recife, bairros de Santo Antônio e Boa Vista, sendo 7.935 escravos (31%) e 17.743 livres e libertos (69%).² As mulheres livres eram maioria em todos os bairros centrais. As cativas eram em maior quantidade em Santo Antonio, um lugar comercial e residencial, e em número parecido com os cativos na Boa Vista, local notadamente residencial, e minoria no Recife, que era portuário.³

Mesmo com a Lei anti-tráfico de 1831 no Brasil, o comércio transatlântico de africanos escravizados continuou, ilegalmente, alimentando a sociedade escravista recifense até 1850. A Lei de 1831 “tivera um efeito mais contundente, porém efêmero.” Em meados de 1830, o negócio de Luanda (no Norte de Angola) para o Brasil, por exemplo, foi retomado com toda força; a partir de então com acesso mais fácil a escravos, por causa da descentralização das fontes de fornecimento.⁴ Só para se ter uma idéia, de 1837 a 1841, em cálculos conservadores, estima-se que desembarcaram cerca de 205.500 cativos no Brasil, sendo cerca de 28 mil em Pernambuco, mais de 90% proveniente do Centro-Oeste Africano, com destaque para Angola.⁵ A segunda Lei anti-tráfico em 1850 extinguiu de vez o tráfico negreiro,⁶ promovendo uma mudança substancial na cidade: a diminuição da proporção dos escravos, por ter eliminado sua principal fonte de renovação.



- 1 Os censos populacionais no século XIX devem ser utilizados com ressalvas, eles informam apenas em geral a quantidade de pessoas que existiam no Recife e como elas estavam distribuídas. Sobre os cuidados necessários com tais fontes: CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Ed. da UFPE, 1998, p. 41 – 71.
- 2 Idem, p. 41-91.
- 3 CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822 – 1850. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), 41 – 78.
- 4 REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 116.
- 5 Idem, p. 113.
- 6 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

De acordo com o censo publicado em 1856, já viviam 40.977 habitantes no centro urbano da cidade (bairros do Recife, Santo Antônio/São José – desde 1844⁷, e Boa Vista), dos 60 a 70 mil habitantes⁸ da cidade como um todo. Dos que viviam no centro, cerca de 33.270 eram livres e libertos (80%) e 7.707, escravos (20%). As mulheres só não eram maioria no portuário Recife.

Como podem ser observados, houve um crescimento da população livre, mas uma diminuição da proporção dos cativos na população, decorrente da cessação do tráfico de africanos escravizados em 1850 e da intensificação do tráfico de escravos para o Sudeste cafeeiro.⁹ Já o crescimento demográfico dos livres e forros ocorreu a partir do fluxo de migrantes do interior mais próximo de Pernambuco para o centro do Recife.¹⁰ Não é difícil imaginar como os habitantes necessitaram dos mais variados serviços pessoais, a exemplo do serviço doméstico, haja vista a concentração de domicílios num espaço circunscrito da cidade.

Por serviços domésticos a pesquisa entendeu as tarefas de cozinhar, limpar, lavar, engomar, costurar, cuidar de crianças, “acompanhar” sinhás, jardinar, transportar pessoas, despejar dejetos humanos e águas servidas, comprar mantimentos, entre outras, destinadas à reprodução e manutenção das famílias nas residências e no entorno delas.¹¹ A área constituiu mercado de trabalho certo para a população despossuída.

A Lei do Ventre Livre de 1871, além de libertar o filho nascido de escrava, eliminando a última fonte de renovação da população cativa, vinculou a libertação dos cativos à reordenação do trabalho e a formação do mercado de trabalho livre.¹² Neste sentido, o dispositivo estabeleceu a idade de 8 anos completos do ingênuo para o proprietário da sua mãe escolher entre uma indenização do Estado e a utilização dos serviços do menor até seus 21 anos completos. A Lei ainda fixou o tempo máximo de 7 anos para a prestação de serviço pelo liberto; reconheceu o pecúlio e a alforria por indenização de preço independente da vontade do proprietário; instituiu

7 Por ato legislativo, em 1844 o bairro de Santo Antônio foi desmembrado originando o de São José, assim como o bairro do Recife, que cresceu para o norte e ultrapassou suas primitivas portas, deu origem ao bairro Fora de Portas; e o bairro da Boa Vista ganhou os da Soledade e de Santo Amaro. SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife, 2004, p. 47.

8 FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição – Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 283.

9 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*.

10 CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*, p. 75-84.

11 GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução: Viviane Bosi. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

12 LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, p. 289 – 326, jul.-dez. 2005, p. 302.



o fundo de emancipação e anulou a Ordenação Filipina na parte que revogava as alforrias por ingratidão. Ou seja, embora o dispositivo reiterasse privilégios dos proprietários, ele submeteu “o poder privado dos senhores ao domínio da lei”,¹³ deslocando a política da alforria, quase exclusivamente centrada na vontade dos proprietários, também para o Estado.

Segundo o primeiro Recenseamento Geral de 1872¹⁴ já moravam por essa época no Recife 101.535 habitantes. No centro urbano da cidade havia 64.769 pessoas, das quais 57.893 eram livres (e libertas) - 31.639 homens e 26.254 mulheres - cerca de 90% da população do centro, e 6.876, cativos (3.448 mulheres e 3.428 homens).

Houve um aumento considerável da população, cerca de 58%, desde o censo publicado em 1856. Crescimento que se deveu ao número dos livres, mais uma vez migrados do interior da província. De acordo com Sílvio Zanchetti “entre 1822 e 1872, a capital pernambucana cresceu a uma taxa média de 2,2 a.a. enquanto o Rio de Janeiro, a mais importante cidade do país, alcançou 1,8% a.a.”¹⁵ Já os escravos diminuíram por volta dos 10%, em decorrência da eliminação do tráfico negreiro e do aumento do tráfico interno, como foi argumentado, uma vez que o crescimento vegetativo deles não supriu o fluxo antes feito pelo tráfico transatlântico. E os cativos continuaram a diminuir na população, já que a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 eliminou a última fonte de renovação deles. As crianças nascidas de mães escravas passaram a ser “livres” a partir de então.¹⁶

O censo de 1872 é importante porque pela primeira vez foi publicada uma contagem dos profissionais do “serviço doméstico”, embora não tenha fornecido registros por município. Na época havia cerca de 14.267 escravos domésticos na província de Pernambuco, dos quais 9.450 eram mulheres e 4.817, homens. E existiam muito mais pessoas livres no mesmo serviço (67.971), das quais 50.147 correspondiam às brasileiras (entre livres e forras) e 742, às estrangeiras (livres e forras, considerando as africanas). Enquanto 16.164 eram brasileiros livres e 918, estrangeiros.¹⁷ As costureiras foram contadas separadamente, totalizando 20.627 (19.154 livres brasileiras, 246 livres estrangeiras e 1.227 escravas).¹⁸ Ou seja, um mercado que embora dominado pelas mulheres livres nacionais, apresen-

13 CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cad. AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 25.

14 Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Commercial, 1876, 12 vol.

15 ZANCHETTI, Sílvio. M. *O Estado e a Cidade do Recife (1836 – 1889)*. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) USP, São Paulo, 1989, p. 135, 136.

16 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*.

17 Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*.

18 Idem.



tava um residual importante de cativos num contexto de encaminhamento do final da escravidão.

No século XIX, as elites lutaram para o Recife ingressar, compulsoriamente, nas relações do mundo capitalista, absorvendo dos centros do capitalismo mundial as idéias de progresso, civilização e modernização¹⁹. Expressiva nesse sentido foi a administração do presidente de Pernambuco Barão Francisco do Rego Barros entre 1837 e 1844. Ele empreendeu um projeto de modernização cultural e material (designadas obras de melhoramento) na Província.²⁰ Os “melhoramentos materiais que exigiam investimentos de menor vulto, como iluminação, esgoto, água e calçamento, ficavam sob o encargo dos governos provinciais, que os cediam, mediante contratos, a companhias privadas, geralmente estrangeiras.”²¹ Todas as obras constituíram mercado de trabalho para os pobres da cidade.

Contudo, alguns problemas persistiram. A remoção dos dejetos humanos e das águas servidas foi sempre um problema no núcleo urbano e um serviço aviltante. Eram os escravos, que à noite recolhiam os barris, “tigres”, para despejá-los na beira das marés. Apenas na década de 1870 a cidade começou a se livrar dos “tigres”.²² O abastecimento de água potável também foi um problema. Seu fornecimento dependeu, por muito tempo, dos escravos e negros canoeiros e aguadeiros. Mesmo quando já havia água encanada na cidade, vinda do açude do Prata até algumas praças na Boa Vista, Santo Antônio e Recife, buscava-se água de Olinda, dos poços e chafarizes da cidade.²³ Eram os serviços mais pesados e penosos, juntamente com os de carregadores, estivadores e serventes.²⁴

O sistema econômico mundial também tinha seus labirintos e problemas. A cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco viveu uma crise crônica na segunda metade do oitocentos pela baixa no mercado internacional dos preços do açúcar, devido à concorrência externa. A difícil conjuntura da indústria açucareira impulsionou os proprietários de engenhos a venderem suas terras ou alugarem anualmente uma pequena porção delas por muito pouco para a horticultura. Por essa via, nasceram os subúrbios recifenses: Torre, Madalena, Casa Forte, Apipucos, Engenho do Meio, Remédios, Afogados, entre outros. Eles foram fundamentais para abaste-

19 ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 12.

20 ARRAIS, Isabel Concessa. *Teatro Santa Isabel: biografia de uma casa de espetáculos*. Recife, Mestrado em História, UFPE, 1995.

21 ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho*, p. 201.

22 SETTE, Mário. *Arruar: história pitoresca do recife antigo*. Coleção Pernambucana. Vol. XII. 3. ed. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Recife, 1978.

23 CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*.

24 OLIVEIRA, Maria Inês. C. de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988, p. 17.



cer o centro urbano de alimentos, numa relação dinâmica entre “campo” e “cidade”. E na realidade, a depender do arrabalde, “campo” e “cidade” eram bem próximos do ponto de vista geográfico.

Patrimônios familiares e posse de “domésticos” escravos

No Recife oitocentista famílias utilizaram braços exclusivamente cativos nas tarefas domésticas e nas demais atividades. Para a investigação destas unidades, foram minuciosamente pesquisados 335 inventários *post mortem* do Recife entre 1830 e 1888, dos quais 108 apresentaram mão de obra apenas escrava, que compõem a amostra documental deste artigo e podem ser encontrados no Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambucano (IAHGP).

Estas unidades familiares foram divididas em 5 faixas de patrimônios, que consideraram a realidade trazida pela pesquisa, e foram inspiradas em um número maior de faixas de fortunas criadas por Kátia Mattoso para a província da Bahia oitocentista. A primeira e mais alta faixa (muito grande) considerou as fortunas acima de 380 mil contos de réis, sendo sua primeira integrante uma família de influência local, com títulos de nobreza, e proprietária de engenho com muitos escravos. O segundo nível de patrimônio (grande), calculado entre mais de 50 mil contos até 380 mil contos de réis, considerou como ponto de partida o patrimônio mais baixo de inventariado proprietário de engenho, já que a posse de terras conferiu muito prestígio no oitocentos.

O terceiro nível foi o que Mattoso chamou de fortunas sólidas (médio alto), ultrapassando os 10 mil contos de réis até os 50 mil contos - no caso deste estudo - representados por comerciantes bem estabelecidos, magistrados e funcionários, membros do alto clero e profissionais liberais, com bens diversificados e em certo equilíbrio entre si. A quarta faixa de patrimônio (o médio) foi representada pelas famílias remediadas que somaram de mais de 1 mil conto de réis até 10 mil contos, que possuíram sobrados, morando no andar de cima, enquanto o térreo foi o local de trabalho do proprietário comerciante ou artesão, ou alugado a terceiros, possuíram escravos e agregados, móveis e algumas jóias. No quinto nível de patrimônio (pequeno) estiveram as famílias que possuíram um patrimônio de até 1 mil conto de réis em casa com quintal, mobiliários e utensílios de cozinha diversos, alguns escravos, e outros bens pessoais como roupas.²⁵

25 MATTOSO, Kátia. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143 – 179, 1997; MARTINEZ, Cláudia Eliane P. M. *Cinzas do Passado*. Riqueza e Cultura Material no Vale do Paraopeba/MG (1840/1914). 2006. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2006, p. 128, 129.



Considerando as chefias das famílias, entre 1830 e 1850 o proprietário de cativo padrão na cidade possuiu fortuna média ou média alta, e foi homem (82%) livre casado. De 1851 a 1870, o proprietário de cativo padrão continuou homem (80%) livre e casado, só que um pouco mais rico, possuindo mais fortunas médias altas e depois médias. A tendência do dono de escravo padrão permaneceu até o final oficial da escravidão: homem (84,85%) livre casado, porém com fortuna mais alta, entre média alta e grande.

As oscilações no padrão das riquezas acompanharam a diminuição progressiva da posse de escravos, de modo que foram sendo necessárias fortunas mais altas para a manutenção de “domésticos” escravos em menor quantidade. Em primeira análise, esta configuração se deveu ao aumento do valor do cativo, tendo em vista a sua diminuição na sociedade, com a política emancipacionista imperial e a intensificação do tráfico interprovincial.

Em estudo de economia histórica, também em inventários, sobre a escravidão de pequeno porte no Recife de 1800 a 1887 Antônio Nunes argumentou: “Ao se considerar a participação dos escravos ao longo do século, observa-se uma tendência de declínio (desinvestimento) que atinge tanto os pequenos plantéis quanto a escravidão de maior porte”. Até os pequenos proprietários de escravos (no estudo dele, os que possuíram até 5 cativos) foram concentrando sua riqueza na aquisição de imóveis e nas dívidas a receber.²⁶

A seguir é possível acompanhar as mudanças e oscilações no padrão de riqueza dos proprietários de mão de obra exclusivamente cativa no decorrer de 3 períodos delimitados:



26 NUNES NETO, Antonio Pessoa. Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, n.61, p. 221-240, Jul. 2005, p. 222.

Tabela 1: Total da proporção das faixas de patrimônio em contos de réis dos chefes de domicílios com domésticos apenas escravos nos três períodos considerados – Recife (1830-1888).

Patrimônio Total dos Chefes de Domicílio		Período			Total
		1830-50	1851-70	1871-88	
Contagem	Não Informado	1	2	4	7
% do Total		2%	8%	12%	6,48%
Contagem	Muito grande	1	1	1	3
% do Total	(Maior do que 380)	2%	4%	3,03%	2,77%
Contagem	Grande	5	4	11	20
% do Total	(Maior do que 50 – 380)	10%	16%	33,33%	18,52%
Contagem	Médio alto	15	9	13	37
% do Total	(Maior do que 10 – 50)	30%	36%	39,39%	34,26%
Contagem	Médio	24	6	4	34
% do Total	(Maior do que 1 – 10)	48%	24%	12,12%	31,48%
Contagem	Pequeno	4	3	0	7
% do Total	(até 1 conto)	8%	12%	0,00%	6,48%
Contagem	Total	50	25	33	108
% do Total		100%	100%	100%	100%

Fonte: IAHGP, inventários post mortem, 1830-1888.27

Em outra perspectiva, embora os proprietários tenham investido menos na mão de obra escrava durante o século XIX, os mais ricos foram

27 IAHGP: 1830, Francisco de Oliveira; 1831, Jacinto Ferreira Homem; 1832, Antônio Machado de Revorido; 1833, Antônia Alves Correia de Almeida; 1833, Josefa de Jesus Pessoa de Mello; 1833, Rosa Maria da Conceição; 1834, Jacinta Flora de França; 1834, Genoveva Maria de Campos; 1834, Francisca Angélica da Trindade; 1834, Antônio Alves dos Santos; 1834, Ighes Quintina de Souza; 1835, Joao Theotônio do Guimarães Peixoto; 1835, Maria dos Ramos Cavalcante; 1835, Maria Policarpa de Carvalho e Silva; 1835, Miguel da Costa Dourado; 1836, Angélica Rosa Claudina; 1836, Joaquim Machado Freire; 1836 Maria Francisca da Pureza; 1837, Maria Francisca da Conceição; 1838, Brigida Maria Soares da Cunha; 1838, Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto; 1839, Ana Maria de Jesus; 1839, Antônio da Costa Figueiroa; 1839, José das Neves Boaventura; 1841, Francisco Felix de Mello; 1841, Joanna Francisca do Nascimento; 1841, Josefa Francisca Valim; 1842, Francisca Thomasia de França; 1842, João Coelho do Rosario; 1842, Joaquim Lopes Machado; 1842, José Carneiro de Albuquerque Maranhão; 1843, Tereza Maria de Jesus; 1844, Balbina Francisca da Conceição; 1844, Bento José Alves; 1845, José Libânio de Souza; 1846, Francisco da Silva; 1846, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão; 1846, Luiza Maria de Freitas; 1847, Felix Jose de Araujo; 1847, Josefa Maria de Jesus; 1847, Rita Helena de São José; 1848, Maria Inácia Virginia; 1849, Angélica Joaquina dos Anjos; 1849, Braz Manoel Machado; 1850, Angélica Rosa Torres; 1850, Antônio Henriques Mafra; 1850, Jose Ignacio do Monte; 1850, Manoel Jose de Bastos; 1850, Teresa de Jesus Ramos; 1851, Ana da Cunha Soares Nobre Pessoa; 1851, Gonçalo José de Oliveira Uchoa; 1851, Lourenco Manoel de Carvalho; 1852, Alexandrina Maria da Conceição; 1852, Francisca Alves dos Reis; 1852, Francisca de Santiago; 1853, Francisca Aguida Lins; 1853, Joaquim Antônio do Forno; 1853, Maria Rita do Nascimento Rangel; 1854, Josefina Mariana Siebert; 1855; Ana Maria Francisca; 1856, Antonio Joaquim da Costa Figueiroa; 1857, Francisco Cavalcante de Mello; 1859, Anna Maria do Sacramento Fernandes; 1860, Francelina Ramos Barros; 1863, Jacinto de Souza Travassos; 1860, Maria Francisca de Jesus; 1863, João Batista dos Santos Lobo; 1865, Ana da Natividade Pereira de Moraes; 1865, Teresa de Siqueira Alcoforado; 1870, Adolpho Curio; 1870, Antônio Domingues Alves Maia; 1870, Antonio Jose Pinto; 1870, Argemira de Menezes Duarte Ferreira; 1870,

mais conservadores na manutenção da mão de obra cativa nos dois decênios que antecederam a abolição oficial da escravatura.²⁸ Com a expectativa do final da escravidão, no processo que atingiu a inviolabilidade da vontade senhorial e traria “prejuízo” para os proprietários, eles insistiram em conservar parte da estrutura da sua riqueza na posse de cativos, reforçando seu poder patriarcal e paternalista como forma de exploração e dominação dos trabalhadores.

A desvalorização dos ofícios nos serviços domésticos: o aprofundamento da precarização e exploração da mão de obra escrava.

Os ofícios dos cativos destinados aos serviços domésticos foram muitos. Entre 1830 e 1850, as famílias recifenses engajaram costureiras, rendeiras, alfaiates, engomadeiras, cozinheiras/os, lavadeiras, muitos versados em mais de um ofício, e escravos ocupados genericamente no “serviço de casa”. Muitos deles trabalharam dentro dos sistemas de escravo de aluguel e de ganho. O escravo de aluguel era negociado diretamente por seu senhor, prestando serviços aos locatários e ficando sob sua responsabilidade como se fosse seu cativo. O dinheiro do aluguel, por sua vez, era entregue diretamente ao senhor. No sistema de trabalho de ganho era o escravo que oferecia seus serviços a terceiros acordando de antemão com seu dono o valor a ser entregue no final do dia, da semana ou do mês.

As ocupações dos serviços domésticos demandaram principalmente mão-de-obra feminina (79,86%), como podem ser avaliadas a seguir:

Carolina Ursulina dos Santos Tavares de Mello; 1871, Candido Afonso Moreira; 1871, Dona Claudina Senhorinha de Sa Cavalcante; 1871, Custodio Jose Alves Guimarães; 1871, Francisco de Paula Rocha; 1872, Abílio José Tavares da Silva; 1872, Amélia Augusta Martins; 1872, Anna Marcolina da Costa e Silva; 1872, Aurora Francisca Cavalcante; 1873, Domingos Jose Marques; 1873, Emilia Amélia de Carvalho Fonseca; 1873, Guilherme Frederico de Souza; 1874, Francisco de Albuquerque Mello; 1874, Joaquim Manoel Ferreira de Souza; 1876, Genuino Jose Tavares; 1876, Guilhermina de Jesus Carneiro Campello; 1877, Ignacia Baptista de Almeida; 1877, João de Carvalho Moura; 1877, João de Deos Alves, 1878, Rita Maria Firmina de Almeida; 1878, Rosa Maria dos Prazeres; 1879, Antonio Alves Barbosa; 1879, Emilia Fioch Pinto; 1879, Emilia Thereza de Jesus Costa Cabral; 1880, Maturino Barroso de Mello; 1880, Paula Maria de Fraga Caldeira; 1881, Clara Maria de Castro Moreira; 1882, Mathias d’Azevedo Vilarouca; 1883, Alfredo Alves Matheus; 1883, Candida Carneiro Rios Vilella; 1884, Domingos Affonso Nery Ferreira; 1885, Izabel Roza Gonçalves; 1886, Teresa da Silva Vieira Pontual; 1887, Maria da Conceição F. P. C. de Albuquerque.

28 Ver, por exemplo: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003; _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990; COSTA, Lenira L. da. *A Lei do Ventre Livre e os caminhos da Liberdade em Pernambuco*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife, 2007; MATTOSO, Kátia de Q. *O filho da escrava (Em torno da lei do ventre livre)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 8 n° 16, p. 37 – 55, mar. 88/ago. 88; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 – 1910)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.



Tabela 2-a: Proporção de trabalhadores por ocupação/ofício com o sexo - Recife (1830-1850).

Ocupação/Ofício		Sexo dos Trabalhadores			Total
		Não Informado	Feminino	Masculino	
Contagem	Bolieiro	0	0	1	1
% do Total		0,00%	0,00%	0,69%	0,69%
Contagem	Princípio de alfaiate	0	0	1	1
% do Total		0,00%	0,00%	0,69%	0,69%
Contagem	Serviço de casa	1	73	24	98
% do Total		0,69%	50,69%	16,67%	68,06%
Contagem	Serviço de costura	0	13	0	13
% do Total		0,00%	9,02%	0,00%	9,02%
Contagem	Serviço de costura/Engomado	0	4	0	4
% do Total		0,00%	2,78%	0,00%	2,78%
Contagem	Serviço de cozinha	0	9	2	11
% do Total		0,00%	6,25%	1,39%	7,64%
Contagem	Serviço de cozinha/Engomado	0	2	0	2
% do Total		0,00%	1,39%	0,00%	1,39%
Contagem	Serviço de engomar	0	3	0	3
% do Total		0,00%	2,08%	0,00%	2,08%
Contagem	Serviço de engomar/Costura chã	0	1	0	1
% do Total		0,00%	0,69%	0,00%	0,69%
Contagem	Serviço de lavar roupa	0	5	0	5
% do Total		0,00%	3,47%	0,00%	3,47%
Contagem	Serviço de lavar roupa/Engomado	0	1	0	1
% do Total		0,00%	0,69%	0,00%	0,69%
Contagem	Trabalhos de agulha	0	4	0	4
% do Total		0,00%	2,78%	0,00%	2,78%
Contagem	Total	1	115	28	144
% do Total		0,69%	79,86%	19,44%	100,00%

Fonte: IAHP, inventários *post mortem*, 1830-1850.

Nesta amostra, os ofícios marcadamente femininos foram os de costureira, engomadeira, lavadeira, e os trabalhos de agulha – no caso renda e lavarinto (um tipo de renda). Exceto o serviço de lavar roupas, que poderia ser feito com a água das cacimbas nos quintais das casas ou na beira dos rios e chafarizes nas ruas, os demais foram realizados no âmbito privado das casas. Em certo sentido, como o espaço ideal da mulher foi o privado/doméstico,²⁹ houve uma feminilização das tarefas de cuidado para com as famílias executadas dentro das casas.

As costureiras possuíram mais braços especializados, embora as designações pudessem expressar grau maior ou menor de qualificação. Quiçá, costureira foi uma pessoa altamente qualificada, quem foi do serviço

29 CUNHA, Olívia M. G. da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia M. G. da e GOMES, Flávio dos S. (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 377-417.

de costura deteve um conhecimento satisfatório, e quem fazia “costura chã” ou tinha princípio de “costura chã” era a costureira menos treinada. Afinal, não foi encontrada explicação para “costura chã”. Seria uma forma específica de costura? Mas uma coisa foi certa, o trabalho dessas mulheres foi importante para marcar *status* social, demarcar distinções através de roupas ricamente confeccionadas.

As ocupações que concentraram tanto mulheres como homens foram o “serviço de casa” e a de cozinheiro. O primeiro termo foi muito genérico, poderia ser pessoa que fizesse todos os serviços necessários para a reprodução e manutenção das famílias e da casa em seus espaços interno e externo – neste caso: jardinar, jogar dejetos, portar recado e encomendas, fazer compras de mantimentos, transportar água e pessoas, entre outros.

Os ofícios exclusivamente masculinos foram o de alfaiate e de bolieiro. Os 2 demandaram conhecimentos básicos e específicos. O alfaiate fez o trabalho correlato ao da costureira, consertando e costurando a roupa dos homens e mulheres da casa, produzindo vestimentas e os investindo de prestígio. Ele também poderia ser alugado e ingressar no sistema de ganho para gerar rendimentos à família.

Não é difícil imaginar os conhecimentos, habilidades e destrezas necessários aos bolieiros (derivado de boleia) ou cocheiros para conduzirem veículos puxados por cavalos ou bestas. No Rio de Janeiro, “Para a condução desses veículos de roda, foram empregados os escravos considerados pelos senhores como os mais fiéis e responsáveis, os mais inteligentes e de melhor aparência (especialmente os mulatos ou pardos), depois de serem treinados no ofício (...)”³⁰

As carruagens, seges, tîlbures, entre outros veículos de roda, foram introduzidos no Rio de Janeiro depois da chegada da Família Real portuguesa. Até a década de 1840, eles foram poucos, pois só os indivíduos muito ricos ou a Família Real, depois imperial, Ministros de Estado, eram capazes de possuí-los. Como era o caso do potentado José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, que já em meados dos anos 1840 possuía um veículo desses, conduzido pelo angolano Davi de 55 anos de idade.³¹

Luiz Carlos Soares argumenta que no Rio de Janeiro oitocentista havia uma tendência a maior especialização dos cativos domésticos nas famílias mais abastadas, diferente das famílias mais pobres onde os cativos eram obrigados a desempenhar uma série de tarefas.³² Esta tendência se reproduziu no Recife de 1830 a 1850 nas famílias ricas ou médias, de grande ou média escravaria, onde houve uma frequência maior de

30 SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil...* p. 117.

31 IAHP, 1846, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, f. 16v, 17.

32 SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil...* p. 112.

cativos especializados, do que nas casas menos afortunadas. Ainda assim, a maioria dos cativos com ocupações conhecidas (68,06%) esteve concentrada na designação genérica “serviço de casa”, que poderia significar a execução das múltiplas tarefas do cuidado com a família e com a casa. Gente muito trabalhadora e capaz, mas que talvez não possuísse mão de obra altamente qualificada, não tivesse recebido investimento em aprendizado formal.

Na época também houve um grande número de escravos sem ocupação informada e sem ocupação/habilidade nas famílias pesquisadas, 35,06% e 7,57% respectivamente, do total de 251 escravos na amostra de 1830-50. Foram principalmente mulheres, crianças, jovens e velhas trabalhadoras, com certeza, aprendendo algum ofício, ou bem treinadas pela experiência em atividades lucrativas ou não, ou fadadas aos trabalhos manuais mais reles feitos na sociedade.

Na segunda fase do recorte cronológico o que salta aos olhos é a diminuição da variedade dos ofícios, como pode ser visualizada a seguir:

Tabela 2-b: Proporção de trabalhadores por ocupação/ofício com o sexo - Recife (1851-1870).

Ocupação/Ofício		Sexo dos Trabalhadores			Total
		Não Informado	Feminino	Masculino	
Contagem	Bolieiro	0	0	2	2
% do Total		0,00%	0,00%	3,70%	3,70%
Contagem	Costureira	0	3	0	3
% do Total		0,00%	5,56%	0,00%	5,56%
Contagem	Cozinheiro	0	0	2	2
% do Total		0,00%	0,00%	3,70%	3,70%
Contagem	Cozinheira/ Engomadeira	0	1	0	1
% do Total		0,00%	1,85%	0,00%	1,85%
Contagem	Serviço de casa	0	10	4	14
% do Total		0,00%	18,52%	7,41%	25,93%
Contagem	Serviço de engomado	0	2	0	2
% do Total		0,00%	3,70%	0,00%	3,70%
Contagem	Serviço de engomado/ Costura	0	1	0	1
% do Total		0,00%	1,85%	0,00%	1,85%
Contagem	Serviço doméstico	0	21	8	29
% do Total		0,00%	38,89%	14,81%	53,70%
Contagem	Total	0	38	16	54
% do Total		0,00%	70,37%	29,63%	100,00%

Fonte: IAHGP, inventários post mortem, 1851-1870.

Esta mudança foi fruto do tempo da diminuição da escravaria em geral e consequente aumento do seu preço, após proibição do tráfico negreiro transatlântico e intensificação do tráfico para o Sudeste cafeeiro.



cultor. Ela gerou processos articulados: contenção no investimento em cativos especializados nos serviços domésticos e concentração maior de escravos nas designações genéricas “serviço de casa” e “serviço doméstico” (79,63%).

Embora os proprietários recifenses tenham comprovadamente investido menos na mão de obra cativa no decorrer do século XIX, eles deram uma resposta conservadora ao contexto favorável à dissipação do seu patrimônio escravo. Em não podendo e/ou não querendo ter valiosos cativos qualificados nos serviços domésticos, optaram em manter uma escravaria menor “não-especializada” para fazer as muitas e pesadas tarefas do lar.

De onde se conclui que os ofícios destinados aos serviços domésticos gozaram de relativa importância quando a escravidão era pujante e a mão de obra cativa garantida. A partir do momento em que a existência da escravidão foi ameaçada, os ofícios para as atividades domésticas perderam a pouca importância que possuíam, e os proprietários concentraram os afazeres nas mãos de poucos cativos. Assim eles optaram pela manutenção da escravidão, conservando parte da estrutura da sua riqueza, e aprofundando a exploração e dominação sobre os trabalhadores com os grilhões do poder escravista e patriarcal.

Esta conjuntura se completou com a crise no mercado de trabalho como um todo. Em 1851-70 muitos escravos foram vendidos para a cafeeira no Sudeste, e os sem idade e condições para serem traficados se deslocaram para os serviços domésticos, tanto que a proporção dos homens nestas funções aumentou bastante (29,63%), comparando-se à fase anterior. Nesta perspectiva, os muito novos, sem condições físicas suficientes e ofícios de outra natureza, assim como os velhos - sem vigor, muitas vezes doentes e mais presentes no âmbito da casa - foram aproveitados nas tarefas domésticas. Enquanto a diminuição das mulheres escravas (70,37%) nos mesmos serviços foi sintomática da crise no mercado de trabalho doméstico escravo.

Ademais, muitos cativos (41,30%) continuaram com ofícios não declarados na época, sendo a maioria mulher, criança e velha, mas com um contingente maior de homens e adultos do que antes. Era muita gente no limbo de funções indeterminadas, em parte ainda promovendo lucros para os donos, exercendo seus próprios ofícios ou outros, ou realizando as tarefas mais desprestigiadas.

O movimento de desvalorização dos ofícios destinados aos serviços domésticos se acentuou nos dois últimos decênios da escravidão. A seguir é possível visualizar uma diminuição acelerada na diversidade das especialidades, além de concentração maior nas denominações “serviço de casa” e “serviço doméstico” (84,80%):



Tabela 2-c: Proporção de trabalhadores por ocupação/ofício com o sexo - Recife (1871-1888).

Ocupação/Ofício		Sexo dos Trabalhadores			Total
		Não Informado	Feminino	Masculino	
Contagem	Costureira	0	2	0	2
% do Total		0,00%	2,53%	0,00%	2,53%
Contagem	Costureira/ Engomadeira	0	1	0	1
% do Total		0,00%	1,27%	0,00%	1,27%
Contagem	Cozinheira/o	0	2	4	6
% do Total		0,00%	2,53%	5,06%	7,59%
Contagem	Engomadeira	0	3	0	3
% do Total		0,00%	3,79%	0,00%	3,79%
Contagem	Serviço de casa	0	2	1	3
% do Total		0,00%	2,53%	1,27%	3,79%
Contagem	Serviço doméstico	0	48	16	64
% do Total		0,00%	60,76%	20,25%	81,01%
Contagem	Total	0	58	21	79
% do Total		0,00%	73,42%	26,58%	100,00%

Fonte: IAHGP, inventários post mortem, 1871-1888.

Diante da Lei do Ventre Livre e de todas as suas cláusulas que, além de por fim à última fonte de renovação da população escrava, garantiram direitos costumeiros aos cativos e promoveram manumissões, os senhores sentiram sua propriedade escrava e a inviolabilidade da vontade senhorial ameaçadas, e o trabalho livre uma possibilidade real. Em resposta, as famílias afortunadas recifenses seguiram o padrão de comportamento de conservar parte da sua riqueza na posse de cativos, embora em menor quantidade, mantendo prerrogativas de exploração e controle sobre os trabalhadores emanadas do seu poder patriarcal e paternalista.

Neste processo, eles continuaram reduzindo os domésticos divididos por diversas funções e concentrando os afazeres domésticos nas mãos de poucos. Foi quando o mercado de trabalho doméstico entrou em retração para os escravos em geral, diante das demais ocupações, os homens assumiram menos postos do que antes (26,58%) na área, e conseqüentemente a proporção das mulheres aumentou (73,42%).

O crescimento da concentração dos cativos “não especializados” nos serviços domésticos certamente produziu a super exploração a partir do acúmulo de funções sobre eles. E o recuo dos senhores no investimento em escravos qualificados para os serviços domésticos precarizou as suas vidas, empobreceu suas possibilidades de trabalho, e diminuiu as suas chances de aquisição de pecúlio, nas pequenas brechas que o sistema de escravo de ganho ofereceu, escasseando também suas chances de autonomia e liberdade. Por esta via, os proprietários aprofundaram a exploração sobre os cativos, construindo o caminho para relações de servidão e dependência no pós-abolição.

É possível até fazer um paralelo entre o passado e o tempo presente. Pois também houve recuos dos empregadores após a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2012, mais conhecida como PEC das Domésticas. Eles dispensaram trabalhadores domésticos, não legalizaram a contratação de muitos deles, e lançaram mão do trabalho de diaristas sem garantias trabalhistas e direito à seguridade social.



Os “vultos e feitos” de “Alagoinhas e seu município”: uma memória do pós-abolição no interior da Bahia

Aline Najara da Silva Gonçalves*

The “figures and feats” of “Alagoinhas and its municipality”: a memory of the Post-Abolition in the interior of Bahia

Resumo

Américo Barreira foi financiado pelo poder público municipal para escrever a história de Alagoinhas (BA). Em *Alagoinhas e seu Município* trouxe registros de uma cidade cosmopolita e governada por uma elite escravista. Analisar a obra de Américo Barreira perpassa pela ideia de refletir como o poder público alagoinhense, no pós-abolição imediato, elaborou e guardou a história local da segunda metade do século XIX, num período em que as leis emancipatórias davam sinais da degeneração do regime escravista. A análise dessa obra nos coloca diante de uma “história oficial” da cidade, escrita nos moldes das produções encomendadas pelo IHGB e repleta de “pretensões”. Dessa forma, este texto propõe a problematização dos caminhos percorridos para forjar uma história que buscou apagar a presença negra e o escravismo da sua memória.

Palavras-chave: Américo Barreira. Alagoinhas. Pós-Abolição.

Abstract

Américo Barreira was financed by the municipal public power to write the history of Alagoinhas (BA). In *Alagoinhas e Seu Município* brought records of a cosmopolitan city and governed by elite slave. Analyzing the work of Américo Barreira, he goes through the idea of reflecting how the Alagoinhas public power, in the immediate post-abolition, elaborated and kept the local history of the second half of the nineteenth century, at a time when the emancipatory laws showed signs of the degeneration of the slave regime. The analysis of this work puts us before an “official history” of the city, written in the mold of the productions commissioned by the IHGB and full of “pretensions”. Thus, this text proposes the problematization of the paths taken to forge a history that sought to erase the black presence and the slavery of its memory.

Keywords: Américo Barreira. Alagoinhas. Post-Abolition.

* É professora de História do Brasil e História Afro-brasileira e Indígena na UNEB, Campus XIII. Mestre em Estudos de Linguagens, especialista em História Afro-brasileira e licenciada em História, é membro da ANPUH, do GT Nacional Emancipações e Pós-abolição e dos Grupos de Pesquisa Núcleo de Estudos da Política e História Social, Grupo de Estudos Mundos do Trabalho e o Pós-Abolição e do Laboratório de Estudos Africanos e Espaço Atlântico (LEAFRO/UNEB-XIII). No Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alagoinhas (GEPEA), coordena a linha de

pesquisa Estudos Étnico-raciais e Religiosidades. Atuou no documentário *Bênção, Mãe Stella*, é autora dos livros *Luiza Mahin: Uma rainha africana no Brasil* e *Luiza Mahin: A guerreira dos Malês*. Atualmente é doutoranda em História Social no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde pesquisa a política da escravidão e os caminhos da liberdade no interior da Bahia. Áreas de interesse: escravidão no século XIX; processo de emancipação da mão-de-obra escravizada; alforrias; Lei 10639/03.



Entender a dinâmica da escravidão no interior da Bahia na segunda metade do século XIX, bem como a autonomia escrava no que diz respeito à conquista da liberdade e da vivência no pós-abolição imediato em cidades além do Recôncavo Baiano e da capital, foram as principais inquietações levaram a pensar e começar a elaborar a pesquisa que abrange o debate aqui apresentado.

Analisar essa dinâmica que envolve a compreensão sobre a política da escravidão em Alagoinhas (BA) parte da intenção de investigar de que modo o poder local, representado por proprietários de terras e de escravos, buscou estratégias para a sustentação do escravismo, apesar das pressões exercidas pelas leis emancipacionistas e pelo poder provincial, especialmente no período pós-1871.¹

Na Vila de Santo Antônio de Alagoinhas, a Câmara Municipal era composta basicamente por “genuínos escravistas” que tentaram a todo custo manter a escravidão na cidade.² Analisar se a produção de uma história local encomendada foi uma estratégia para forjar uma memória de exaltação a esses políticos e seus feitos é a intenção desse artigo e é nessa direção que o olhar se volta tanto à escrita de Américo Barreira, em especial, à sua obra *Alagoinhas e seu município*, quanto ao “trabalho-documentário” *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*, de Salomão A. Barros.³

- 1 O período proposto se enquadra no que Dale Tomich denominou “segunda escravidão”. Segundo ele, a escravidão moderna não manteve o mesmo perfil do século XVI ao XIX, e as principais mudanças aconteceram com o advento do capitalismo, que levou a uma “formação e reformulação das relações escravistas dentro dos processos históricos da economia capitalista mundial”. Nesse sentido, Tomich aponta que a segunda metade do século XIX foi o apogeu da exploração escravista no Novo Mundo, que determinou, tanto a política quanto as possíveis ações que conduzissem à liberdade do trabalhador escravizado, principalmente por conta da relação intrínseca entre o poder político das câmaras municipais e o poder econômico, representado pelos proprietários de terras e escravos. Cf. TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011. Já Tâmis Parron afirmou que historiadores norte-americanos utilizaram o termo “política da escravidão” para designar “o conjunto de valores e práticas que direcionava eleitores sulistas dos Estados Unidos a escolher apenas candidatos que não pusessem em questão, na esfera das questões nacionais, a existência do sistema escravista”. Ao transportar o termo para a realidade brasileira, entendeu que esta política se fez presente através da “rede de alianças políticas e sociais que, costurada em favor da estabilidade institucional da escravidão, contava com o emprego dos órgãos máximos do estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhoriais”. Cf. PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p, 17-18.
- 2 BARREIRA, Américo. *Alagoinhas e seu município*. Notas e apontamentos para futuro. Alagoinhas: Typografia do Popular, 1902.
- 3 Na apresentação do seu livro, sob o título “Guia e Incentivo”, Salomão Barros se refere ao seu escrito como um trabalho-documentário: “Gostaríamos de conhecer as omissões que forem registradas pelo leitor e as possíveis lacunas em qualquer dos pontos-de-vista em que seja olhado este trabalho-documentário”. Cf. BARROS, Salomão. *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas, 1979. A análise de Barros será pontual, reforçando o argumento acerca da exaltação de uma memória dos políticos locais e seus feitos inaugurada pela obra de Américo Barreira.

Bacharel em medicina, o cearense Américo Barreira chegou à Alagoínas em 1898, com a incumbência de prestar serviços médicos à população e redigir um relatório a ser apresentado à Inspetoria Geral de Higiene do Estado da Bahia. Além da formação em medicina, trazia em seu currículo a experiência como jornalista. Foi redator-chefe do *Diário de Notícias*, na capital da província, e do *O Popular*, em Alagoínas, o que certamente contribuiu para seu trânsito fácil dentre as elites locais, bem como para a escolha do seu nome na tarefa de registrar os “vultos da época e o progresso da municipalidade”.⁴

Já Salomão Barros, alagoinhense nascido em 27 de junho de 1899, certamente cresceu ouvindo as narrativas contadas a partir das letras de Américo Barreira. Talvez por mera coincidência, quis o destino que também ele fosse editor-chefe do periódico *O Popular*, na segunda fase do jornal. Foi promotor público da Comarca de Alagoínas entre 1931 e 1942, atuou como tesoureiro, escriturário e gerente de agências da Caixa Econômica Federal em Alagoínas e na capital e, nos últimos anos de vida, escreveu *Vultos e Feitos do Município de Alagoínas*, publicando-o setenta e sete anos após o primeiro, que lhe serviu de “direção e estímulo”, atendendo ao desejo expresso por Américo Barreira de que seu livro servisse de “guia e incentivo a qualquer operoso amador ou profissional das coisas baianas”.⁵

A obra do Américo Barreira atende a uma estratégia do poder público alagoinhense para forjar uma memória condizente com os ideais da elite local, buscando ressaltar as glórias e grandes feitos daqueles que controlavam a economia e o poder político municipal e ocultar referências diretas à escravidão.

Conforme mencionado acima, os maiores escravistas eram também os principais representantes do poder político da localidade. A relação entre política e economia leva a supor que a política alagoinhense, especialmente após o fim do tráfico negreiro e em virtude do iminente fim do regime escravista, se articulou no sentido de buscar estratégias para a sustentação do escravismo, garantindo, inclusive, o desenvolvimento de ações que possibilitassem a manutenção do poder e controle sobre os libertos após a obtenção da alforria. Isso pode ser verificado a partir da análise de cartas de liberdade assinadas após 1871 e registradas no cartório da Vila de Santo Antônio de Alagoínas que, contrariando a determinação da Lei do Ventre de limitar o tempo de cumprimento de condições a sete anos, trazem muitos registros com prazos que se estendem até a morte dos proprietários.⁶

4 *Ibidem*, p. 24.

5 *Ibidem*, p. 23.

6 Nota suprimida para não gerar identificação de autoria.

Em 19 de setembro de 1902, a Câmara Municipal sancionou a lei de nº 185, que determinava:

Art. 1º - É concedido ao Dr. Américo Barreira o auxílio de R\$. 500.000 para a publicação de sua obra — *Alagoinhas e seu município* —, sendo obrigado a fornecer ao município 200 exemplares da referida obra.

Art. 2º - Fica aberto para o fim do art. 1º desta lei o crédito respectivo.⁷

Assim, após ser financiado pelo governo municipal de 1902, Américo Barreira elaborou e guardou em *Alagoinhas e seu município* a história de uma cidade próspera, desenvolvida, cosmopolita e voltada ao progresso, painel que se configura desde a sua fundação, em fins do século XVIII, até os anos imediatamente posteriores ao fim do regime escravista.

Neste sentido, a análise da obra de Américo Barreira perpassa pela ideia de refletir sobre os caminhos que o poder público alagoinhense percorreu para elaborar e guardar uma história local que buscou apagar a presença negra e o escravismo da sua memória, garantindo a cristalização de uma “história oficial” da cidade, escrita nos moldes das produções encomendadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Em *O Espetáculo das Raças*, Lília Schwarcz analisou a relevância e a utilização das teorias racialistas no Brasil entre 1870 e 1930 e, para isso, apresentou reflexões a respeito do modo como a intelectualidade brasileira da época lidou com a questão racial, enfocando, principalmente, os espaços oficiais de construção e legitimação da história.⁸ Assim, problematizou a fundação dos Museus Etnográficos, dos Institutos Históricos e Geográficos e das Faculdades de Direito (no Recife e em São Paulo) e de Medicina (na Bahia).

A respeito da fundação do IHGB em 1839, Schwarcz destacou sua função de “guardião da história oficial”, cujo papel, além de construir a história da nação, era o de recriar um passado e solidificar mitos, ordenando os fatos memoráveis, principalmente aqueles que exaltassem as elites intelectuais e econômicas.⁹ Assim, “além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, havia a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que se dedicasse à exaltação e glória da pátria”.¹⁰

7 Cf. Registros de Leis e Resoluções do Conselho de Alagoinhas, 1898-1902. Livro nº 03. Arquivo da Câmara Municipal de Alagoinhas.

8 SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

9 *Ibidem*, p. 99.

10 *Ibidem*, p. 102.



A criação da Revista do Instituto (RIHGB) respondeu a essa intenção, conforme ressaltou Lília Schwarcz. A revista apresentava-se dividida em três partes distintas: a primeira fazia referência a eventos históricos e limites geográficos, a segunda a biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes” e a terceira parte “trazia extratos das atas das sessões que reproduziam o cotidiano do IHGB”.¹¹

A semelhança entre a estrutura da obra de Américo Barreira e a da Revista do IHGB é evidente. Feita sob encomenda e escrita às pressas, *Alagoinhas e Seu Município*, foi tomada como a principal referência acerca da história da cidade.¹² Alagoinhas é ali a personagem de uma narrativa que se desenrola a partir da chegada de um padre português àquelas terras, em fins do século XVIII. Um segundo padre, também português — José Rodrigues Pontes — é quem eleva a capela à categoria de Freguesia de Santo Antônio de Alagoinhas, sendo os limites da freguesia registrados no Alvará de D. João VI, de 07 de novembro de 1816, onde cita os engenhos Orobó, Europa, Engenho Velho e Engenho Barra.

Conforme dito, as partes que compõem o livro em muito se assemelham à estrutura da RIHGB: *Geographia; Dados e Factos; Nosographia*; e por fim, *Comércio, Indústria e Agricultura*. A leitura da obra revela uma narrativa repleta de pretensões.¹³ Apresentar a cidade de Alagoinhas segundo o olhar atento dos homens de poder daquele período certamente foi uma delas.

O capítulo inicial mostra como a os aspectos geográficos, principalmente a existência de grande quantidade de rios e terras férteis foram determinantes para o desenvolvimento econômico da cidade de Alagoinhas, registrada por Américo Barreira, como uma das mais prósperas e desenvolvidas da Bahia à época da escrita, com uma população total de cerca de 30.000 habitantes, dos quais 16.000 residiam na sede.

O cosmopolitismo local destacado por Barreira foi reforçado em registros de outros escritores que por ali passaram naqueles tempos, como é o caso de Euclides da Cunha, que em 1897 surpreendeu-se, ao notar no trajeto que ia de Salvador a Alagoinhas, a existência de muitos engenhos movimentados e plantação opulenta.¹⁴

A referência a datas, fatos e dados históricos é algo que assinala e caracteriza a segunda parte da obra, bem como a lista extensa com biografias dos homens que se destacavam na sociedade, fosse na política, na economia, na imprensa ou na segurança pública, também eles, “distintos

11 Ibidem, p. 109.

12 BARREIRA, op.cit, p. 212.

13 “Tem pretensões este livro”. As palavras iniciais de Américo Barreira evidenciam a intencionalidade de “prestar um derradeiro serviço” à terra que o acolheu. Cf. BARREIRA, op.cit. p.7.

14 CUNHA, Euclides da. Canudos: Diário de uma expedição. São Paulo: Martin-Claret, 2006.



por letras, armas e virtudes”. Políticos, proprietários de terra, senhores de engenho, bacharéis, capitães, coronéis, religiosos e intelectuais alagoanhenses foram lembrados com honras nessa escrita, principalmente no que diz respeito aos feitos que se relacionavam à administração de obras públicas, como a inauguração da estrada de ferro e a construção do hospital de variolosos; ao ordenamento político, como a criação de novas freguesias, a transferência da sede do governo e a adesão precoce ao regime republicano; às estratégias para a urbanização e iluminação públicas, como a construção de casas comerciais e a compra de lâmpadas; ou, ainda, a propriedade de terras e escravos.

Tratando da Revista do IHGB, Schwarcz afirmou que os textos relacionados à geografia perfazem 18% do total e cumprem um papel bastante específico, sendo boa parte deles relacionados a questões territoriais e de limites. No caso do livro de Américo Barreira não foi diferente. A primeira parte corresponde a pouco mais de 10% da obra e é apresentada como um painel informativo acerca da cidade e região.

Como ressaltou Lília Schwarcz, “fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação”. Lembrar era o ponto de partida para “comemorar, documentar e para bem festejar”.¹⁵ Assim, a prática de biografar grandes vultos da história da pátria, garantindo legitimidade a seus pares, bem característica da estrutura interna da Revista do IHGB, também se destaca no registo sobre Alagoinhas. Naquela revista, a apresentação de perfis dos sócios do IHGB não foi aleatória, sendo a maioria deles políticos e proprietários de terra.

As *Notas Biográficas*, conforme mencionado antes, deram destaque aos homens que compunham a alta sociedade alagoanhense.¹⁶ Ali, foram apresentados 144 nomes de “grandes homens”, protagonistas de “grandes feitos”, como o Coronel José Joaquim Leal, o primeiro presidente da câmara municipal, um escravocrata de grandes posses e abastado proprietário de dois engenhos e onze fazendas na região. Em nota explicativa, Barreira justificou-se, desculpando-se pela pequena quantidade de nomes lembrados:

[...] a exiguidade do tempo de que pude dispor para a confecção deste livro não me permitiu colecionar todos os apontamentos que desejava para fazer tão completa quanto possível esta parte, aliás interessantíssima, do meu trabalho.¹⁷

15 SCHWARCZ, op. cit., p. 104.

16 BARREIRA, op.cit, p. 103-149.

17 BARREIRA, op.cit, p. 103.

Conforme destacado por Phillippe Levillain, “curtas notícias biográficas podiam entrar na História. Mas a História não podia caber inteira numa biografia”, ainda que direcionada ao panegírico, como parece ter sido uma das pretensões de Américo Barreira.¹⁸ Levando em conta a justificativa apresentada e o fato de o recurso para a publicação ter sido liberado em setembro de 1902, vê-se que poucos meses se passaram entre sua encomenda e a confecção do livro, no qual o autor afirmou ter dito “a verdade sem propósito de ser agradável a indivíduos, mas firme na intenção de ser útil à coletividade”.¹⁹

Relacionando aqui a “coletividade” aos contratantes dos serviços do médico e jornalista, não é de se espantar que ao longo da narrativa, embora esta se desenrole de fins do século XVIII até os anos iniciais do século XX, a presença negra seja tímida e incômoda. Vale salientar que, como afirmou Schwarczs, a questão racial foi também um incômodo no IHGB. Com relação à população negra, vigorava ali uma visão determinista. Nos artigos do IHGB, os negros representavam uma espécie de grupo incivilizável, cujas populações viviam no estado mais baixo da civilização humana — “Não há dúvida de que o Brasil teria tido uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros”, afirmou Karl Friedrich Philipp von Martius num artigo publicado em 1844.²⁰

Aldo José Morais Silva lembrou que a Bahia foi a primeira província a abraçar o exemplo dado pela criação do IHGB, criando também, em 03 de maio de 1856, o seu instituto, que durou até 1877 e foi reinaugurado em 1894, a partir da iniciativa de integrantes da elite local.²¹ Caberia ao Instituto Histórico Baiano (IHB),

[...] produzir a biografia dos homens célebres da Província; formar biblioteca; adquirir, organizar e arquivar documentos de interesse histórico e geográfico, quer para a Província ou para o Império, auxiliando assim o Instituto do Rio de Janeiro; publicar o seu periódico e discutir temas de interesse da instituição, numa clara alusão aos objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.²²

18 LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: René Rémond. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 145. Disponível no site <<https://docslide.com.br/documents/remond-rene-por-uma-historia-politica.html>>

19 BARREIRA, op.cit, p. 149.

20 SCHWARCZ, op. cit., p. 112.

21 SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e estratégias de Consolidação Institucional, 1894-1930*. (Tese de Doutorado em História), UFBA, Salvador, BA, 2006.

22 SILVA, op. cit. p. 85.

Cabe sinalizar que, dentre os trinta sócios do IHB em sua reinauguração, “havia um marquês, dois barões, senadores e conselheiros provinciais, oficiais militares e clérigos, além de professores da Faculdade de Medicina da Bahia”²³, possivelmente colegas de trabalho do “ilustrado professor” Américo Barreira, que estudou e lecionou naquela faculdade e se referia a Nina Rodrigues como seu amado mestre. Assim como no IHGB, a questão racial é referencial ao se mencionar a Faculdade de Medicina da Bahia. Naquela instituição, o “cruzamento de raças” era fator determinante para explicar criminalidade, loucura e degeneração.

Numa das poucas passagens em que se refere à gente negra, Barreira descreveu e classifica as doenças que assolavam o município. Neste momento, chamou atenção à má conduta de “certa classe de indivíduos”.²⁴ Ao transcrever o relatório que apresentou à Inspectoria Geral de Hygiene do Estado da Bahia, em 30 de janeiro de 1898, onde registrou a vacinação de crioulos adultos e crianças, reforçou não só a presença de descendentes de africanos na cidade como, implicitamente, os relacionou às pessoas sem senso de higiene e má educação que, segundo o referido doutor, seriam propensos a uma conduta negativa que poderia ser a causadora da epidemia de varíola que devastava Alagoinhas e maculava sua imagem progressista.

Como já mencionado, a referência a datas, fatos e dados históricos é marcante na escrita de Barreira. Os grandes acontecimentos da história da cidade e os homens ilustres são o foco da narrativa. Cabe aqui uma observação: após referir-se à elevação de Alagoinhas à categoria de cidade, Américo Barreira dá um salto de nove anos e silencia o período que se estende entre 1880 e 1889, dando segmento a seu texto sob o subtítulo de *ALAGOINHAS REPUBLICANA*. A respeito da lacuna de nove anos, afirma não ter se dado qualquer fato político digno de referência especial.²⁵ Assim, fica mais uma vez evidente a pretensão de invisibilizar o processo político que resultou na abolição legal da escravidão. Como bem lembrou Michael Pollack, “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”.²⁶ A atenção foi dada à exaltação do regime republicano e à análise completa dos males que a este país havia causado o antigo regime.

Contrariando a narrativa de Barreira no que tange à invisibilidade da população escravizada, parte da imprensa alagoinhense em fins do século XIX noticiava não só a presença de trabalhadores escravizados em Ala-

23 Ibidem.

24 BARREIRA, op.cit, p. 152.

25 BARREIRA, op. cit., p.49.

26 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. p. 203. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>.



goinhas, como apontava caminhos para a liberdade de cativos. O periódico *A Verdade de 01 de abril de 1882*, deu sinais da atuação da Sociedade Abolicionista Sete de Setembro, que apesar de ter sua sede na capital, atuava também no interior da província. Naquele dia, divulgava-se no jornal um espetáculo realizado em favor da alforria de uma escrava, cujo nome não foi mencionado. A carta de alforria de “João, cabra, solteiro com 27 anos de idade, pouco mais ou menos, matriculado sob o número de ordem na matrícula do termo de Santo Amaro, nº 4826”, escravo de Maria Olindina do Nascimento Benevides foi publicada neste mesmo periódico, bem como um edital do Juizado de Órfãos e Ausentes, que anunciou o recebimento de propostas de arrematação dos escravizados.²⁷

Além dos vestígios apontados por periódicos locais, a análise de Livros de Notas disponíveis no Cartório do 1º Tabelionato de Notas de Alagoinhas dá conta de vasta documentação acerca do escravismo na cidade, variando de escrituras de compra e venda de escravizados, hipotecas de engenhos, até o registro de cartas de liberdade ou procurações para negociação de mão-de-obra escravizada, datadas desde 1854 até a primeira década do pós-abolição imediato.

A Vila de Santo Antônio de Alagoinhas possuía terras muito férteis. A existência de uma quantidade significativa de rios e a fertilidade do solo foram determinantes para o seu desenvolvimento, bem como para instauração da seção da via férrea em seu território, que, após a instauração do prolongamento, chegou a conectar Alagoinhas com a capital e mais de 15 cidades do interior. Tanto no mapa traçado originalmente pela Câmara Municipal quanto na narrativa de Américo Barreira, fica evidenciada a existência de engenhos e fazendas como referências para a demarcação dos limites territoriais da cidade.²⁸

Além da presença de dois dos grandes Engenhos da região ali demarcados, vê-se que a Estrada Real do Sertão cortava o município em direção à capital. Por esta estrada, passava diariamente um grande fluxo de boiadas, tropas e mercadorias. Segundo correspondência do engenheiro Antônio Salustiano Antunes, de Santo Amaro da Purificação, publicada no *Relatório Geral das obras dirigidas pelo Engenheiro Dr. Francisco Pereira de Aguiar do ano de 1853* eram transportados de Santo Amaro para Alagoinhas, diariamente, “1500 animais, guiados por perto de 500 homens”. Antunes ressaltou neste documento a vantagem econômica que uma reforma na estrada traria para todo território que a compreendia, uma vez que “animais e homens utilizados no transporte seriam aplicados

27 Cf. *A Verdade*, Alagoinhas, 11 de fevereiro de 1877. N 15. Série 1ª, bem como *A Verdade*, Alagoinhas, 01 de Abril de 1882. N 208. Anno 5.

28 O mapa com esses limites foi traçado pela Câmara Municipal em 1855, quando Alagoinhas já tinha sido elevada à categoria de vila, portanto município independente, pela resolução imperial nº 442, de 16 de junho de 1852.

à produção na lavoura”, beneficiando os engenhos e fazendas da região, que a “abordam em toda sua extensão”, mandando para o mercado provincial “todos os produtos da sua indústria”.²⁹ Esta declaração permite considerar a importância da região de Alagoinhas para o desenvolvimento das atividades econômicas escravistas da província durante a segunda metade dos oitocentos.

O perfil escravista de Alagoinhas pode ainda ser desenhado quando analisados os *Livros de Registros Eclesiásticos de Terras de 1857 e 1859*. Ali estão mapeados os engenhos e fazendas da região, totalizando mais de quarenta grandes propriedades rurais na então Freguesia de Santo Antônio de Alagoinhas, algumas das quais registrando cerca de 900 e até mesmo 2.770 tarefas de terra.³⁰

Embora não seja a intenção neste artigo avançar a discussão acerca da história da escravidão no município, os dados apresentados permitem entender a Alagoinhas retratada por Barreira como uma cidade letrada, elitista, que teve sua economia sustentada pelo “braço forte do cativo” e pretendia-se voltada ao progresso, apagando a nódoa deixada pela presença negra.³¹

O declínio na produção de engenhos como o Orobó e o Retiro, além de outros tantos que compunham a paisagem alagoinhense, representou, nas palavras de Américo Barreira, o resultado de uma “obsessão cega e teimosia absurda” dos escravocratas. A crise econômica que abateu a região foi fruto do descuido dos antigos senhores de escravos, que não se prepararam para a “transformação radical” anunciada desde 7 de novembro de 1831, quando a primeira Lei de proibição de importação de mão-de-obra escravizada foi promulgada. Prestes a finalizar seu escrito, Barreira citou todos os “golpes” dados nos senhores, como uma tentativa de sacudir-lhes os ombros a questionar o porquê de, “na certeza da perda total e irreversível da propriedade escrava”, foram tomados pelo desânimo e não souberam preparar-se “para o trabalho livre, honrado e produtivo”.³²

29 Cf. - Relatório Geral das obras dirigidas pelo Engenheiro Dr. Francisco Pereira de Aguiar do ano de 1853. In: Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889. Disponível no site da Hemeroteca Digital Brasileira <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=relat%C3%B3rio%20Geral>> Acesso em 09 de abril de 2016, às 20h 13min.

30 Seção Colonial-Provincial. Série Agricultura. Livro 1 e 2 de Registros Eclesiásticos de Terras, de 1857-1860. Maços 4641 e 4642.

31 BARREIRA, op. cit, p. 207.

32 “Não acreditavam na próxima abolição da escravatura, apesar dos golpes que lhe haviam dado – em 7 de novembro de 1831, abolindo o tráfico de escravos pelo trancamento de portos brasileiros ao comércio da carne humana (Eusébio de Queiroz), em 28 de setembro de 1871 libertando o ventre da mulher escrava (Rio Branco), em 1883 e 1884 com a libertação total do Ceará e do Amazonas (Satyro Dias e Theodureto Souto), e em cidades e municípios inteiros do norte e do sul pelas vitórias consecutivas da propaganda abolicionista, que se alastrava rapidamente, audaz e conquistadora, por todos os recantos do país!”. Cf: BARREIRA, op. cit. P. 207.



A crítica de Barreira recaiu, desse modo, sobre o comportamento inadequado dos senhores alagoanhenses diante da crise financeira que a cidade enfrentava antes mesmo da abolição, e fora agravada pelo 13 de maio. “Como se pode então compreender que antigos e prósperos engenhos estejam hoje se transformando em fazendas de criar e entregues quase exclusivamente a pequenos rendeiros?” – questionou.

A respeito do olhar de homens das Letras, como o Américo Barreira, acerca da escravidão na Bahia, Marcelo Souza Oliveira destacou:

Na Bahia da Primeira República, os homens de letras eram, em sua maioria, membros das famílias tradicionais da época do Império, sendo assim a escrita sobre o passado escravista privilegiava, uma interpretação cujo ponto de vista dos senhores era claramente demarcado. A abolição na Bahia ocorreu de forma traumática para uma elite agrária que esperava manter as relações de dominação mesmo depois do fim do “elemento servil”, mas que teve que conviver com diversas demonstrações de “rebeldia” de muitos libertos desde a década de 1870 até os anos subseqüentes ao pós-abolição. Essa experiência legou a construção de uma memória que procurava negar o protagonismo desses indivíduos e mesmo de seus colaboradores, os abolicionistas.³³

A ação das sociedades abolicionistas, como a já citada Sete de Setembro, bem como as alforrias provenientes do Fundo de Emancipação criado no âmbito da Lei de 28 de setembro de 1871, certamente foram fatores que abalaram os ânimos dos escravistas alagoanhenses. Cerca de 100 trabalhadores escravizados foram libertados em Alagoinhas graças ao Fundo Emancipatório³⁴. Conforme sentenciou Américo Barreira, a propaganda abolicionista se alastrou rapidamente.

No Relatório Provincial apresentado à Corte, em 17 de outubro de 1871, o então presidente da província da Bahia, Francisco José da Rocha, afirmou que a insubordinação já não era um problema na província, especial-

33 OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Xavier Marques entre os intérpretes do Brasil: raça e nação na Primeira República*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2013.

34 Falla com que o Ilm.^o e Exm. Conselheiro Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 4 de outubro de 1887. Bahia, Typographia da Gazeta da Bahia, 1887. pp. 129-135. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/163/>.

mente nas propriedades em que se tem “dado ou prometido a liberdade”.³⁵ Alagoinhas pode ter sido uma dessas localidades, pois ao que parece, a incidência de registros de alforrias condicionais, especialmente nos dois primeiros anos após a Lei do Ventre, talvez tenha sido uma prática recorrente para a garantia do controle social e da manutenção da autoridade senhorial.³⁶

Diante do exposto, parece que para Américo Barreira e o grupo que representava, tratar do declínio do Império e do processo de abolição do regime escravista no Brasil era certamente um fato indigno de ser lembrado. Pollack ressaltou que “a vontade de esquecer os traumatismos do passado frequentemente surge em resposta à comemoração de acontecimentos dilaceradores”.³⁷ Talvez, “traumatismos do passado”, que deveriam ser esquecidos pelos senhores alagoanhenses, tenham sido, justamente, o passado escravista e os movimentos emancipacionistas — símbolos do império, do atraso e da degeneração populacional, que em nada se assimilava ao contexto de prosperidade que Alagoinhas exalava —, frente ao “acontecimento dilacerador” que foi a abolição, marco da derrota dos senhores em suas tentativas de manter a escravidão e o controle sobre os indivíduos escravizados e libertos.

A propósito, a população escrava é praticamente invisível neste escrito. A impressão é que Alagoinhas era uma cidade sem escravos! A única referência direta a um escravo na obra de Américo Barreira é feita quando mencionou uma lenda sobre um negro que foi alforriado após fazer uma promessa, num ato de fé e súplica. Alguns pontos merecem ser considerados. Em primeiro lugar, percebe-se que o único escravo que surge na narrativa como personagem, o faz como um mito; alguém que, de fato, não existiu. É a figura do escravo anônimo, em meio a tantos senhores com nome e sobrenome, e aparece muito mais para ilustrar uma história cristã, carregada de fé e benevolência do que para sinalizar ali a existência de uma população escravizada.³⁸

Conforme pontuou Hebe Mattos, a política municipal era um aspecto importante da vida política da Primeira República e o coronel republicano, enfraquecido com a perda da autoridade senhorial após a abolição, preci-

35 Relatório apresentado ao Illm.e Exm. Sr. Dez. João José D’Almeida Couto pelo DR. Francisco José da Rocha ao passar-lhe a administração da Província em 17 de outubro de 1871. p. 04. In: *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1823 a 1889*. Disponível no site: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=elemento%20servil>>

36 Nota suprimida para evitar a identificação da autoria.

37 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989, p. 13. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>.

38 BARREIRA, op. cit., p. 97.



sava agora do poder de administrar as benesses e o poder repressivo do Estado.³⁹ Neste sentido, a obra do Américo Barreira se faz um reflexo da tentativa de manutenção da autoridade e legitimação do discurso desses coronéis, senhores do pós-abolição imediato em Alagoinhas. Retomando Pollack, vale lembrar que “a memória é um fenômeno construído”, especialmente a memória que se pretende oficial, vinculada a propósitos políticos, como esta que ora analisamos. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória, e quando se trata de uma memória coletiva sua estruturação tende a ser fortemente influenciada pelo ponto de vista político e se constitui num objeto de disputa constante.⁴⁰

Conforme sinalizado por Barreira, “tem pretensões este livro”⁴¹, e a intencionalidade da escrita revela que aquele “documento não é inocente”. Como bem lembrou Jacques Le Goff, “o documento é produzido, consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer ‘a verdade’”.⁴² Ao analisar o que denomina “os materiais da memória coletiva e da história”, Jacques Le Goff concebeu a História como a “forma científica da memória” e afirmou:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.⁴³

Cabe aqui a apropriação de uma questão levantada por Le Goff: “Quem detinha, numa sociedade do passado, a produção dos testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se os documentos da história?”⁴⁴ O olhar sobre *Alagoinhas e seu município* encontra neste questionamento e na relação entre a História e a memória coletiva apresentada por Le Goff o terreno fecundo para entender a intenção da obra de Barreira e o que Pollak conceituou como um “trabalho de enquadramento

39 MATTOS, Hebe. Trabalho, voto e guerra civil: algumas considerações interpretativas sobre pós-abolição e coronelismo. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

40 POLLAK, Memória e identidade social, p. 204.

41 BARREIRA, op. cit., p. 7.

42 LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 54.

43 LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 535.

44 LE GOFF, Jacques. *A Nova História*, p.54.

da memória”; um trabalho que, segundo ele, é parcialmente realizado por historiadores orgânicos e se constitui na tarefa de enquadrar a memória visando a formação de uma história nacional.⁴⁵

Considerando a seletividade peculiar à memória, bem como o seu papel enquanto um elemento constitutivo da identidade individual e coletiva, é possível compreender que a seleção feita por Barreira forjou uma memória a partir do campo de interesses e identificações de um grupo específico, que, naqueles anos, controlava a política, a economia e as relações de poder. Jaques Le Goff afirmou que o documento,

[...] é antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas, durante as quais continuou a viver [...] continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.



Le Goff lembra, ainda, que em fins do século XIX e início do século XX — época que coincide com a escrita do livro em questão —, o documento escrito, ainda que resultasse da decisão de um historiador, apresentava-se por si mesmo como uma prova histórica e sua legitimidade era inquestionável. Vê-se então, que tomada como um documento, a memória escrita por Barreira foi incorporada como uma referência e passou a influenciar as gerações futuras. Cabe aqui retomar as considerações de Pollack sobre a relação entre o trabalho do historiador e o “enquadramento da memória”, o que para ele acaba se configurando como um investimento, uma vez que além de enquadrar esta memória construída, ela passa a operar por si mesma. “Cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”.⁴⁶

Isso pode ser verificado quando adentrarmos à escrita de Salomão A. Barros. Assim como *Alagoinhas e seu município, Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas* traz constantes referências a uma “cidade de tanta gente significativa e boa. [...] nobremente servida por famílias de sobrenome”, como sinalizou Osvaldo Devay de Sousa, na apresentação do livro.⁴⁷

45 POLLAK, Memória e identidade social, p. 206.

46 Ibidem.

47 A julgar pelo sobrenome incomum na região, é possível que Osvaldo Devay de Sousa seja descendente materno de Pedro José Devay, presidente do Conselho Municipal Republicano em 1890 e um dos principais nomes referentes ao movimento republicano em Alagoinhas. Desse modo, percebe-se a perpetuação do interesse de membros da elite local na manutenção da memória de exaltação dos políticos alagoinhenses, a maioria dos quais, proprietários de terras e de escravos. Natural de Alagoinhas, Osvaldo Devay era filho de José Hermenegildo de Sousa. Médico e Bacharel em Direito, era também escritor e “incentivador da boa norma familiar”. Cf. BARROS, op. cit., p. 290.

Determinado aprofundar o escrito de Américo Barreira, Salomão Barros retomou o “mito” da fundação da cidade apresentado anteriormente a partir da chegada de um padre português em fins do século XVIII — um “homem inteligente e de família nobre” —, cuja identidade era até então desconhecida. Barros o identificou como João Augusto Machado e afirmou ter sido informado por intermédio de um [suposto] descendente do vigário. Disse ainda que a ocultação do seu nome por Barreira foi uma tentativa de proteger a descendência que o seguia, algo impróprio para um sacerdote católico.

Thales de Azevedo, no prefácio da obra, afirmou que obras como as de Américo Barreira e de Salomão Barros são concebidas como “monografias municipais”, um gênero que, apesar de se aproximar mais das memórias pessoais, não se desliga dos arquivos. Cabe aqui a problematização de duas questões que persistem no que diz respeito à escrita da História: por um lado, a perpetuação da invisibilização das populações negras, de sua agência e de seu protagonismo em determinados escritos e, por outro, a forma como alguns historiadores, em especial pesquisadores que investigam a história da cidade de Alagoinhas ou temas correlatos, ainda se apropriam das narrativas de Américo Barreira e Salomão A. Barros como referências, não como fontes a serem interrogadas e questionadas.

À luz de Halbwachs, Pollack entendeu que um dos elementos constitutivos da memória são os “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”, bem como por pessoas, personagens e lugares. Ao que parece, tratar da trajetória e da memória histórica das populações negras ainda é um desafio. Como assinalou Ana Rios e Hebe Mattos, “com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história”.⁴⁸

O “paradigma da ausência” relacionado aos trabalhadores escravizados é o ponto central da crítica feita por Álvaro Pereira do Nascimento, que discutiu o silenciamento acerca do trabalhador negro nas últimas décadas do século XIX e no pós-abolição, em especial, pela historiografia que se destina a investigar os “mundos do trabalho”. Segundo ele, ainda persiste na produção historiográfica uma recusa a enegrecer que reforça o embranquecimento. “Que dificuldades citam os historiadores para não incluir essa urgente discussão em suas pesquisas?”, questionou. Um dos caminhos apontados por Nascimento para quebrar este paradigma diz respeito à problematização do que a História “diz” sobre o negro e sobre o que “deveria dizer” e, em especial, à crítica das fontes, principalmente no que tange aos quesitos cor/raça/classe.

48 RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 170-198.

A propósito da análise documental, é oportuna a crítica relacionada às apropriações dos escritos acerca em *Vultos e feitos e Alagoinhas e seu município*. Ao serem tomados como referências em pesquisas e investigações históricas que têm como propósito o fazer historiográfico sobre a cidade de Alagoinhas, o historiador deve atentar para não incorrer no equívoco de tomá-las como verdades incontestáveis, desconsiderando, conforme pontuou Pierre Nora, que “há tantas memórias quantos grupos existem”, de modo que nenhuma fonte deve ser utilizada sem que seja problematizada e, em certa medida, questionada.⁴⁹

É a crítica à fonte que nos permite “explicar as lacunas da história e assentá-la tanto sobre esses vazios quanto sobre os cheios que sobreviveram”⁵⁰. Sendo assim, é tempo de desenquadrar memórias que silenciam e ocultam personagens, pessoas e lugares. É tempo de (re)escritas, (re)descobertas, (re)existências; tempo de desarquivamento de narrativas e (re)conhecimento de sujeitos e experiências invisibilizadas pela História... Tempo de revelar as memórias ocultadas em favor daquelas protegidas por poderosos guardiões.



49 NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993. P.7-28. Disponível no site <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>.

50 Idem.

O papel da religião na consciência antiescravista e sua relação com o debate historiográfico internacional

Cristiano Buoniconti Camargo*
Jaqueline Martinho dos Santos**

The Role of Religion in Anti-Slavery Conscience and its relation with the International Historiography Debate

Resumo

Este artigo apresenta as reflexões de historiadores que buscaram compreender o papel da religião no desenvolvimento da consciência antiescravista, surgida no final do século XVIII, no contexto da Revolução Industrial Inglesa. A guisa de introdução, parte-se do debate que busca compreender o início e o fim da escravidão na América, analisando tanto os argumentos econômicos que justificam a introdução e a derrocada do regime escravista nesse continente, bem como as teses que refutam esses argumentos. Prossegue concentrando-se no papel das seitas protestantes para o fim da escravidão anglo-saxã, cujas consequências seriam sentidas em todo o mundo escravista, inclusive no Brasil.

Palavras-chave: Escravidão, abolição, religião.

Abstract

This article presents the reflections of historians who sought to understand the role of religion in the development of anti-slavery consciousness, which emerged in the late 18th century in the context of the English Industrial Revolution. The starting point is the debate that seeks to understand the beginning and end of slavery in America, analyzing both the economic arguments that justified the introduction and the overthrow of the slave regime in the continent, as well as the thesis that refute these economic arguments. Continues focusing on the role of Protestant sects towards the end of Anglo-Saxon slavery, whose consequences would be felt throughout the world, including Brazil.
Keywords: Slavery, abolition, religion.



* Bacharel em Direito pela PUC-SP, mestre em Direitos Humanos e doutorando em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

** Bacharela em História e mestranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O escravismo moderno e antiescravismo no debate historiográfico internacional

Embora a ascensão e a queda da escravidão negra no Ocidente possivelmente estejam entre os temas mais debatidos pelos historiadores, pelo menos desde meados do século XX, ainda hoje seria impossível afirmar que os pesquisadores chegaram a uma conclusão sobre todos os pontos conflitantes que envolvem os debates acerca do início e do fim do escravismo nas antigas colônias europeias.

Diversas são as questões que permanecem sem consenso nas respostas, começando pelo próprio caráter étnico da escravidão da Era Moderna. O que teria motivado o cativo de africanos e, no entanto, a proibição da escravização de populações indígenas por parte de governantes europeus? O elemento “cor” foi a grande causa da migração forçada de mais de 12 milhões de pessoas da África para outras localidades do planeta, entre os séculos XVI e XIX?¹ Tais perguntas não poderiam ser respondidas no curto espaço deste escrito, mas o debate que suscitam tem sido foco de amplo debate na historiografia e permeiam a questão do papel da religião na consciência antiescravista, tema central do presente artigo.

De acordo com Herbert Klein e Francisco Vidal Luna, o argumento racial para justificar a implantação da escravidão negra na América não se sustenta, uma vez que era longo o contato entre a África e a Europa. Ademais, no período medieval, quando a escravidão teve acentuada queda, mas ainda persistia, houve grupos escravizados originários da Europa Oriental – os eslavos – e do norte da África – os berberes. Assim, segundo esses autores, as razões que teriam levado à instauração da compra e da venda de escravizados africanos, destinados a executarem os mais diversos trabalhos na Europa e na América, estariam mais bem relacionadas a critérios econômicos e à segurança em relação à obtenção de cativos, uma vez que o continente africano surgia, com a descoberta de imensos novos territórios a serem cultivados, como fonte praticamente inesgotável de mão de obra.²

Essa ideia já havia sido defendida pelo historiador Eric Williams, em *Capitalismo e escravidão*, obra publicada pela primeira vez em 1944 e que influenciou gerações de estudiosos em diversos países, incluindo o Brasil. Levando em consideração alguns pontos dos argumentos de Adam Smith, para quem a escravidão existiu menos por razões econômicas do que pelo orgulho dos senhores e de seu desejo pelo poder, Williams afir-

1 Os dados sobre o total de escravos transportados para Europa, América e Ásia entre os séculos XVI a XIX foram extraídos do site Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/>>. Pesquisado em: 30 jan. 2019.

2 KLEIN, Hebert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 23.

ma que o economista inglês tratou “como preposição abstrata algo que é uma questão específica de tempo, espaço, trabalho e solo”.³ Apesar de concordar com o Smith acerca da maior rentabilidade do trabalho livre na maioria dos casos, já que o escravo, não vendo vantagens no seu trabalho, procuraria desempenhar desleixadamente o mínimo de tarefas possíveis, no início do desenvolvimento da empresa colonial não havia outra escolha de trabalho, a não ser o escravo. A população reduzida na Europa impedia a utilização de mão de obra assalariada para o cultivo das *plantations* na América, com produção destinada à exportação. “Por isso foi necessária a escravidão; e, para conseguir escravos, os europeus recorreram primeiro aos aborígenes e depois à África”.⁴

Ademais, em seu argumento para justificar a existência da escravidão na América Eric Williams aponta que o lucro gerado por meio das culturas de cana-de-açúcar, de tabaco e de algodão – cujos custos de produção diminuem consideravelmente nas grandes fazendas –, podia compensar os altos custos do trabalho escravo, do qual também não se exigiriam grandes qualificações, além de um conhecimento simples e rotineiro. Assim, a instalação da escravidão teria possuído motivações estritamente econômicas; e, embora muitas vezes o escravismo no mundo atlântico seja identificado com o negro, a “escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão”.⁵

Já para David Eltis as explicações estritamente econômicas para justificar a escravidão negra no Novo Mundo e a não escravização extensiva de outros povos, como os ameríndios e a própria população da Europa, merecem contestações. Isso porque, segundo Eltis, um estudo superficial acerca dos custos no século XVII seria suficiente para mostrar que, considerando critérios econômicos, escravos brancos provenientes da Europa deveriam ter sido preferíveis aos escravizados africanos ou aos trabalhadores contratados europeus. Nesse estudo, os indígenas, embora pudessem ter um custo ainda menor do que os demais grupos étnicos, possuíam baixa expectativa de vida e menor produtividade,⁶ o que os tornariam impróprios para os trabalhos nas *plantations*.

O argumento de Eltis sustenta-se por meio da comparação do custo com o transporte entre os continentes, sendo muito mais barata a viagem entre a América e a Europa do que entre a África e a América. Além disso, a mortalidade era maior entre os escravizados africanos do que entre os condenados europeus, destinados à prestação de serviço forçado nas

3 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 32.

4 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Op. cit., p. 33.

5 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Op. cit., p. 33-34.

6 ELTIS, David. “Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation”. In *The American Historical Review*, v. 98, n. 5 (Dec., 1993), p. 1399-1423, p. 1404.

plantations americanas por um período de sete a dez anos, “o mais próximo que os ingleses chegaram de usar os europeus como escravos em forma de propriedade”.⁷

Havia também o preço relativo pago pelo trabalho dos condenados, três vezes mais baratos aos colonos do que o preço pago pelo trabalho dos africanos. Ainda que Eltis reconheça que esse baixo valor estivesse ligado ao tempo de prestação de serviço, temporário para os condenados europeus, ele afirma que os donos de *plantations* provavelmente estariam dispostos a pagar um preço maior pelos condenados, caso eles tivessem sido rebaixados à escravidão até o fim de suas vidas.⁸

Dessa maneira, de acordo com o historiador, o que explica o não emprego de europeus como escravos está relacionado à percepção de quais grupos eram elegíveis à escravidão (os “de fora”) e de quais grupos não eram elegíveis à escravidão (os “de dentro”), percepção cambiável no tempo.⁹ Segundo ele, analisando as sociedades com escravos na África e na América, e mesmo na própria Europa medieval, verifica-se que, nessas sociedades, a percepção a respeito daqueles que eram considerados “de fora” era mais flexível. Essa situação, entretanto, teria se alterado na Europa após a Idade Média, e a escravidão, por volta de 1500 em diante, foi reintroduzida sobre novas bases mais excludentes do que a anterior.¹⁰

Na historiografia da escravidão, outra questão também causadora de grandes debates entre os estudiosos, além da adoção do escravismo na América, gira em torno da razão que teria determinado o próprio fim do regime escravista no Ocidente. Para Eric Williams, não apenas a introdução do escravismo no continente americano teve motivações econômicas como também a extinção desse regime. Segundo ele, em uma frase que sintetiza as suas ideias, “a ascensão e queda do mercantilismo é a ascensão e queda da escravidão”.¹¹ Nesse sentido, o escravismo moderno, implantado juntamente com o sistema colonial, foi condenado ao desaparecimento a partir da evolução do sentimento antiescravista na Grã-Bretanha, no final do século XVIII, no contexto de emergência do capitalismo industrial.

7 ELTIS, David. “Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation”. Op. cit., p. 1405.

8 ELTIS, David. “Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation”. Op. cit.

9 ELTIS, David. “Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation”. Op. cit.

10 ELTIS, David. “Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation”. Op. cit., p. 1401.

11 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Op. cit., p. 190.

De acordo com sua tese, a concomitância entre o sentimento antiescravista e a Revolução Industrial não foi mera coincidência: as campanhas pela abolição do tráfico de escravos, que culminaram na lei de 1807, seguidas pela emancipação da escravidão em 1833 e pela extinção das tarifas especiais sobre o açúcar das Índias Ocidentais britânicas em 1846 eram frutos de um único processo que visava ao fim do monopólio, pois se “o mercantilismo tinha chegado ao fim. Era preciso dar uma expressão política à nova situação econômica”.¹²

Logo, sob o argumento econômico, a manutenção das colônias britânicas nas Antilhas, com seus fazendeiros fiéis a “seu primeiro amor, a cana-de-açúcar” – cuja produção, por sua vez, já não estaria rendendo lucros satisfatórios à Metrópole em razão da acirrada disputa com os novos produtores, Brasil e Cuba –, teria deixado de ser interessante aos políticos e industriais, que vinham faturando milhões de libras esterlinas com a exportação de tecidos, maquinários e dinheiro: “o capital britânico, tal como sua indústria, estava pensando em termos mundiais”.¹³

Conforme já apontado, os argumentos de Williams tiveram grande aceitação no cenário historiográfico brasileiro de meados do século XX em diante, influenciando trabalhos como *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, de Fernando Henrique Cardoso; e *Da Senzala à Colônia e Da Monarquia à República*, de Emília Viotti da Costa; entre outras obras. De acordo com as explicações desses e de outros autores, enquanto na Europa e em boa parte do continente americano ocorria um desmonte do sistema escravista na primeira metade do século XIX graças ao novo sentimento antiescravista surgido no contexto do capitalismo industrial, na sociedade brasileira, assim como em Cuba e no Sul dos Estados Unidos, houve um recrudescimento da escravidão em razão das demandas internacionais por café, açúcar e algodão. No entanto, o escravismo estava com seus dias contados.

Apesar do sucesso da obra de Eric Williams, inclusive nos dias de hoje, ela passou a ser contestada por diversos historiadores a partir de Seymour Drescher, o qual, questionando a ideia do declínio econômico das Índias Ocidentais britânicas a partir do terceiro quartel do século XVIII, argumenta, que, na verdade, ocorreu o inverso do que passou a ser afirmado após a publicação de *Capitalismo e escravidão*, tendo havido, no período de 1783 a 1815, um crescimento comercial entre a Grã-Bretanha e as Índias Ocidentais. Por meio das mesmas fontes estudadas por Williams, acerca dos dados relacionados ao comércio, Drescher vai mais longe na sua contestação ao apontar que, de “todos os territórios ‘coloniais’, britâ-

12 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Op. cit.

13 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Op. cit., p. 184-188.

nicos ou estrangeiros”, foi o Caribe britânico que apareceu como “setor mais importante para a Grã-Bretanha” na época.¹⁴

Além disso, estudando outros dados sobre o valor relativo da propriedade e da produção escravista colonial, o historiador chega aos seus mesmos argumentos anteriores, de que “em termos de valor real e de comércio ultramarino no Império inglês, o sistema escravista estava em expansão, e não em declínio, no final do século XVIII”.¹⁵ Dessa maneira, ele concluiu que o declínio das colônias escravistas na economia política imperial, antes das campanhas pela abolição do tráfico de escravos e, em seguida, da própria escravidão, “parece ser pura ilusão estatística, resultando simplesmente numa completa ocultação da verdade sobre o período de 1788-1815”.¹⁶

228



O papel da religião na derrocada da escravidão na América

Com as refutações de Drescher à hipótese econômica de Eric Williams, os historiadores viram-se no desafio de trazer novas explicações à arena historiográfica sobre o que teria motivado o desenvolvimento do sentimento antiescravista britânico, que, de modo direto ou indireto, contribuiu para a abolição do regime escravista em todo o mundo. Explorar todos os argumentos seria impossível no curto espaço deste artigo, pois são inúmeros os autores que tomaram essa temática como desafio de estudo, cada qual com seu ponto de vista e, em muitos momentos, mais divergentes do que convergentes entre si.

No entanto, um aspecto importante a ser explorado, reconhecido em boa parte das análises de historiadores e utilizado como exemplo de elementos que distinguem o abolicionismo anglo-americano do movimento abolicionista brasileiro, foi o importante papel desempenhado pelas instituições religiosas nas justificativas humanitaristas da abolição, tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos.

Durante muito tempo, escravidão e religião não foram consideradas opostas, conforme apontam textos escritos por religiosos – a exemplo, no caso brasileiro, do Padre Antônio Vieira e do bispo Azeredo Coutinho –, que não apenas possuíam escravos negros, mas também defendiam

14 DRESCHER, Seymour. “Le ‘déclin’ du système esclavagiste britannique et l’abolition de la traite”. In: *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 31, n. 2, mar.-abr., 1976, p. 417.

15 DRESCHER, Seymour. “Le ‘déclin’ du système esclavagiste britannique et l’abolition de la traite”. Op. cit., p. 418.

16 DRESCHER, Seymour. “Le ‘déclin’ du système esclavagiste britannique et l’abolition de la traite”. Op. cit.

o regime escravista ou o tráfico atlântico de africanos. Passagens bíblicas, como o trecho do livro de Gênesis, capítulo 4, versículos de 11 a 15, o qual relata a maldição de Caim, após o assassinato de seu irmão, Abel; e o trecho, também no livro de Gênesis, capítulo 9, versículo 25, em que Canaã é amaldiçoado por seu pai ao observar-lhe a nudez – “(...) Que ele seja, para os seus irmãos, o último entre os escravos” –, eram utilizadas para justificar o cativo dos africanos, ora considerados descendentes de Caim, ora de Canaã.¹⁷ Ademais, a escravidão era vista como caminho para a conversão ao cristianismo dos negros que eram vendidos como espólios de guerra, garantindo-lhes duas vezes a salvação: a da alma, com o conhecimento da *verdadeira religião*; e a do corpo, uma vez que o destino dos inimigos de guerra entre os povos africanos era a morte.

No Brasil, mais uma vez, poderiam ser encontrados exemplos desse pensamento, segundo o que mostra José Bonifácio, em sua *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Nesse texto, ele aponta para o fato de que os defensores da continuidade do tráfico atlântico e da escravidão, na primeira metade do século XIX, afirmavam ser esta instituição “um ato de caridade aos africanos” porque eles escapavam de serem vítimas de “despóticos”, tinham acesso à “luz do Evangelho”, abandonavam “clima e país ardente e horrível, por outro doce, fértil e ameno”, e eram salvos da morte destinada aos prisioneiros de guerras.¹⁸

De qualquer forma, mesmo com a convivência há mais de um milênio entre o sistema escravista e a religião católica, de acordo com David Brian Davis, o cristianismo sempre evoluiu em direção a um “igualitarismo latente”, relacionado aos desejos de concretização da profecia e da libertação da miséria do pecado e canalizado na forma de atividade monástica, missionária, em movimentos para a purificação ou, ainda, no modo explosivo por que membros de seitas perfeccionistas buscavam purgarem-se do pecado. Para esse autor, a “relação dessas seitas com os movimentos de reforma moderados dentro da Igreja foi basicamente análoga à relação dos abolicionistas posteriores com os grupos que trabalhavam pela cristianização e melhoria da escravidão”.¹⁹

Não houve uma simples transmissão direta de ideias sectárias e perfeccionistas para o movimento abolicionista, ainda que muitos entre os primeiros a contestarem a escravidão negra tenham sido herdeiros dessas

17 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) *The Quaker origins of antisla-*
very. Norwood: Norwood Editions, 1980, p. 1-30, p. 5.

18 ANDRADE E SILVA, José Bonifácio. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legis-*
lativa do Império do Brasil sobre a escravatura. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral,
1840, p. 8 a 10.

19 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civiliza-
ção Brasileira, 2001, p. 331.



tradições religiosas. A relação entre esses dois elementos foi muito mais profunda, considerando o fato de que “gnósticos, albigenses, valdenses, hussitas, taboritas, *ranter*s e *quakers* (...) estavam envolvidos com sua própria liberdade do pecado e não com a libertação dos escravos”.²⁰

No entanto, a “chave das origens religiosas do pensamento antiescra-
vocrata” poderia ser encontrada na ideia de pecado, porque sendo este visto como uma forma de escravidão, e a escravidão dos homens considerada como fruto do pecado, mudanças a respeito da concepção de pecado acarretariam, provavelmente, em transformações nas atitudes em relação à escravidão.²¹

Segundo consta na Bíblia Sagrada, a desobediência de Adão e Eva a Deus implicou não apenas em sua expulsão do Paraíso, mas também na condenação de seus descendentes a comerem do “fruto de seu suor”. Com Santo Agostinho, essa passagem bíblica embasou a doutrina do pecado original, que relacionava as origens do sofrimento, da imperfeição humana e do mal na “queda do homem”. Assim, na tradição cristã, o pecado, intrínseco aos seres humanos, era também tradicionalmente considerado como desejos e impulsos que deveriam ser reprimidos pela sociedade para que se pudesse alcançar a paz e a harmonia geral. De acordo com Davis, a ideia do pecado original serviu como um poderoso instrumento de controle social – mesmo que constantemente colocado em xeque –, pois para as autoridades eclesiásticas a essência do pecado nada mais era do que a recusa para a autossobrerania.²²

Entretanto, seitas milenaristas, que, ao longo do século XVIII, passaram a perceber a história como substituta dos rituais e dos sacramentos sagrados da Igreja à esperança ao homem relacionada à salvação, contribuíram para uma nova concepção de história, identificada como processo criativo que leva à perfeição. Por meio dessa “visão modificada da história, tornou-se possível relacionar a virtude com os desejos mais profundos do homem, e o pecado com as forças inibidoras e repressivas que bloqueiam o caminho para o milênio”.²³

Do ponto de vista dos milenaristas mais radicais, o universo foi repentinamente transformado de uma hierarquia fixa de gradações morais em uma divisão irreconciliável entre mal e bem, trevas e luz, liberdade e escravidão. Uma vez que todos os protestantes rebelaram-se contra a Igreja como um símbolo de uma autoridade temporal que mantinham as almas

20 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 332.

21 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 329.

22 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 331.

23 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 334.

dos homens na servidão, eles compartilhavam da reavaliação de valores que destronou o superego coletivo.²⁴

Ainda que os grandes reformadores não defendessem o fim absoluto da autoridade e nem deixassem de acreditar que o pecado fosse inerente ao homem, como os sectários radicais, o grande momento havia chegado; pois, inspirado pelo Espírito Santo, o homem tinha a possibilidade de livrar-se do pecado e alcançar o reino de Deus.²⁵

As instituições mundanas não encontravam mais legitimação no argumento de que Deus estava por trás de todo o poder legítimo, havia chegado o tempo em que “todas as instituições puderam ser julgadas pela lei absoluta de Deus”, colocando em risco a ordem social vigente. Além disso, a crença na vontade e no amor do homem deu novo sentido à liberdade humana, capaz de vencer a todas as dominações e restrições, levando o valor fundamental da autoridade externa para o impulso interno.²⁶

Os *quakers*, seita fundada no século XVII e que teve papel fundamental no movimento abolicionista anglo-americano – constituindo-se, na história mundial, na “primeira coletividade a endossar a ideia de que a escravidão era um erro e a primeira a se libertar da mácula de possuir homens”²⁷ –, acreditavam que todo o homem possuía dentro de si uma Luz Interior, por meio da qual se poderia chegar a Deus. Sendo essa luz potencialmente disponível a todos, os *quakers*, conforme alega Frost, não poderiam concordar com a visão da inferioridade natural atribuída aos negros que os impediam de serem cristãos, e não aceitariam a tese de que era dispensável agir em favor de suas necessidades físicas e espirituais.²⁸

Além disso, por negarem o pecado original, argumentando que as crianças nasciam inocentes e, ao chegarem à idade adulta, corrompiam-se por meio de ações pecaminosas, os *quakers* não acreditavam na punição transmitida de geração a geração. Logo, “os amigos não poderiam se satisfazer com a argumentação tradicional de que os negros tinham sido condenados à escravidão por causa dos pecados dos seus ancestrais cometidos em tempos bíblicos”.²⁹

Entretanto, o pensamento antiescravista *quaker* não coincide com o seu surgimento como grupo religioso. Isso porque – apesar de terem sido vítimas de discriminações (e mesmo perseguições) devido às vestimen-

24 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit.

25 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 335.

26 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 336.

27 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) Op. cit., p. 1.

28 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) Op. cit., p. 2.

29 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) Op. cit.



tas e aos comportamentos peculiares, à recusa ao pagamento do dízimo, à prestação de juramentos perante os magistrados, curvar-se ou tirar o chapéu como forma de cumprimento às autoridades – os *quakers* acreditavam na união dos homens por meio da renúncia e do sofrimento mútuos e eram adeptos do princípio da não violência e da não resistência, o que os impediam de procurar a transformação da estrutura social de maneira abrupta e violenta. Além disso, diferentemente dos anabatistas, desconsideravam que os homens eram livres para a construção de uma utopia igualitária.³⁰

Por um lado, se “a ética pessoal dos *quakers* era semelhante à do anabatismo, por outro, seus pontos de vista sobre a propriedade e o governo lembravam os dos puritanos ingleses”³¹. Assim, esse grupo religioso tanto respeitava as autoridades governamentais quanto defendia a inviolabilidade da propriedade privada, considerando o trabalho uma obrigação e uma disciplina necessária.³²

Além disso, coincidência ou não, o crescimento da Sociedade dos Amigos – como se autodesignam os *quakers* –, coincidiu com a expansão inglesa no Atlântico Norte e no Caribe e, portanto, com o tráfico de africanos. Também é claramente reconhecido que a prosperidade dessa sociedade no Novo Mundo deveu, em grande parte, à exploração da mão de obra africana. George Fox, fundador dessa sociedade, ainda que tenha exortado os *quakers* além-mar em 1657, fortalecendo as doutrinas tradicionais da fraternidade e da misericórdia cristã, aceitou a ideia de que a escravidão negra poderia ser explicada por meio dos dualismos antigos, como corpo e alma, matéria e espírito.³³

Conforme pontua Rocha, no século XVII e em grande parte do século XVIII, os *quakers*, assim como todas as pessoas, viam a escravidão com naturalidade, o que justificava o interesse de alguns amigos no tráfico negreiro e de outros, que viviam nas colônias inglesas, no emprego da mão de obra escrava, “embora, em tese, a escravidão fosse incompatível com o princípio da ‘Luz Interior de Cristo’ no coração dos homens na medida em que a Luz os igualava numa fraternidade universal”.³⁴

As guinadas rumo ao antiescravismo na Sociedade dos Amigos apenas ocorreu no final do século XVIII, embora tenha havido algumas vozes isoladas que, em épocas anteriores, manifestaram-se contra-

30 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 338-339.

31 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 341.

32 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit.

33 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 342.

34 ROCHA, Antonio Penaves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 47.



riamente à escravidão dos negros. Em 1676, após sua segunda visita a Barbados, William Edmundson enviou uma carta aos *quakers* que se encontravam nas colônias, expondo o fato de que os senhores, ao negarem aos escravos a liberdade de serem servos de Cristo, abandonavam-nos em suas próprias naturezas corruptas. Assim, sugerindo que a escravidão física era incompatível com a liberdade cristã, Edmundson chega à conclusão de que os negros eram escravos do pecado porque eles eram escravos dos homens. “A partir dessa posição foi preciso apenas um curto passo para a conclusão de que a própria escravidão era pecado”.³⁵

Além de Edmundson, George Keith, que estudou filosofia, matemática e línguas modernas e tornou-se mestre em ciências humanas, em Aberdeen, também se posicionou de forma contrária à escravidão. Entretanto, é possível que ele tenha usado a questão da escravidão para atraparalhar seus inimigos ricos mercadores. Ademais, Keith não era a favor da liberdade imediata dos negros, os quais não poderiam ser emancipados de uma única vez. Para esse erudito, era razoável que os cativos, tendo alcançado a alforria, prestassem serviços por um período determinado como forma de pagamento por sua manutenção. Davis observa que, “combinando conveniência com uma condenação absoluta do próprio princípio da escravidão, ele anunciou as doutrinas centrais do futuro abolicionismo”.³⁶

Segundo Rocha, a posição publicamente antiescravista dos *quakers* britânicos ocorreu por meio da influência dos *quakers* americanos. Esses, por sua vez, no século XVIII, foram liderados por John Wooldman, que pregava as iniquidades da escravidão aos *quakers* que viviam entre os donos de escravos, e por Anthony Benezet, que recolhia informações a respeito dos horrores do tráfico, difundindo-as aos amigos. No ano de 1776, a Reunião Anual da Filadélfia proibiu seus membros de possuírem escravos sob o risco de expulsão e, seis anos mais tarde, solicitaram que os *quakers* britânico se opusessem ao tráfico de africanos e pressionassem o governo a proibi-lo.³⁷

Em 1783, a solicitação foi atendida, e os *quakers* da Inglaterra enviaram uma petição ao Parlamento requerendo a interdição do tráfico atlântico de escravos. Quatro anos mais tarde, nove *quakers*, dois anglicanos e um evangélico fundaram a Sociedade para a Abolição do Tráfico de Escravos (*Society for the Abolition of the Slave Trade*). Então, “daí em diante, os Amigos marcaram presença nas associações antiescravistas da Grã-Bretanha nas décadas de 1820 e 1830 e foram

35 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 345.

36 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 345-346.

37 ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. Op. cit. p. 48.

majoritários na fundação da BFASS [British and Foreign Anti-Slavery Society]”.³⁸

É possível que as causas para o pioneirismo dos *quakers* americanos no antiescravismo tenham ido além de questões religiosas, envolvendo razões de outra natureza, como o medo das insurreições de escravos e o preconceito racial. Davis afirma que, segundo fortes evidências, muitos fazendeiros e artesãos independentes, embora tivessem suas opiniões acerca da moralidade da propriedade de escravos, eram contrários ao tráfico de africanos. Também, por volta de 1690 na Pensilvânia, mesmo no terreno econômico podia-se perguntar se uma introdução maior de cativos seria vantajosa para a região, perante as perspectivas de um comércio negreiro ampliado³⁹. Além disso, deve-se lembrar que nos Estados Unidos, diferente de outras sociedades escravistas no Novo Mundo, a taxa de natalidade entre os escravos era positiva. Logo, a dependência de fazendeiros escravistas no tráfico era menor, o que pode explicar, em partes, o vanguardismo dos amigos americanos na busca pela a abolição do comércio de africanos.

William Frost, na introdução de *As origens quacres no antiescravismo*, busca responder a três questões que permeiam o envolvimento da Sociedade dos Amigos no movimento abolicionista, dentre as quais: “que contribuições vieram das influências intelectuais de fora [da Sociedade]”? Na resposta a esse questionamento – que também é abordado na obra de David Brian Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental* –, além da importância de alguns filósofos iluministas, cujas ideias foram utilizadas para embasar o antiescravismo, leva-se em consideração o ressurgimento evangélico, que motivou a repulsa geral contra o regime escravista e foi simbolizado pelo pietismo na Alemanha; na Inglaterra, pelo movimento wesleyano e a Seita Clapham; e pelo Grande Despertar⁴⁰ nas colônias britânicas.⁴¹

Apesar de os *quakers* americanos não simpatizarem com a ênfase que o Grande Despertar dava “ao pecado original, às pregações revivalistas e

38 ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. Op. cit.

39 DAVIS, David Brian. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Op. cit., p. 350.

40 O Primeiro Grande Despertar Religioso, movimento protestante ocorrido em meados do século XVIII, tinha como objetivo a conversão ao protestantismo, enfatizando a crença religiosa mais do que o conhecimento acerca das escrituras sagradas e dos preceitos estabelecidos pela religião. VIANA, Larissa Moreira. “A América negra em tempos de revolução: raça e república nos Estados Unidos (1776-1860)”, *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2014, p. 146-165, p. 151.

41 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) *The Quaker origins of antislavery*. Op. cit., p. 1-30, p. 17.



às conversões súbitas”⁴², o *Evangelical Revival* foi fundamental para que os *quakers* abandonassem seu tradicional quietismo, encerrado definitivamente no século XIX. Nesse processo, além da saída do isolamento pelos amigos, a caridade passou a ser fundamental, considerada a “quintessência das boas obras”.⁴³ “As ações filantrópicas, por sua vez, aproximaram os Amigos das outras denominações e, portanto, pavimentaram o caminho que os levou, ao longo do século XIX, a abandonar as suas possibilidades e a reconduzir o quacrismo à corrente dominante do cristianismo britânico”.⁴⁴

As influências religiosas no movimento antiescravista na Grã-Bretanha podem ser consideradas uma das causas que justificam o caráter “ordeiro” do fim da escravidão no Império britânico, em relação às emancipações anteriores no Haiti e na América espanhola. Segundo Drescher, até os anos de 1820, os abolicionistas viam com maus olhos as rebeliões de escravos, julgadas mais prejudiciais do que favoráveis à causa da liberdade; sendo que o abolicionismo utilizou-se, principalmente, de técnicas de propaganda, como forma de mobilização da opinião pública, combinadas com petições ao Parlamento e com o lobismo.⁴⁵

Nos Estados Unidos, ainda que também tenha havido influências religiosas no processo abolicionista, bem como petições ao governo e campanhas para mobilizar a população em favor dos negros, o fim do regime escravista se deu não por meios pacíficos, mas por uma guerra civil que arrasou os estados do Sul. Isso porque, nesses estados, a escravidão estava profundamente enraizada na economia e na vida dos cidadãos, com os escravos constituindo-se na maior fonte de riqueza depois da terra e, em 1860, às vésperas da Guerra de Secessão, representando um capital de mais de 3,5 bilhões, equivalentes a 70 bilhões de dólares em 2007.⁴⁶

Ainda de acordo com Drescher, nas décadas de 1820 e 1830 o movimento abolicionista britânico tornou-se mais bem organizado sobre bases religiosas, sendo que o antiescravismo e o não conformismo evangélico atingiram, quase simultaneamente, seu pico nas primeiras quatro décadas do século XIX. “Isso deu aos abolicionistas não apenas uma grande rede de assinantes, mas também redes para a reunião de pessoas nas palestras públicas e para a ajuda financeira”.⁴⁷

42 FROST, J. William. “Introduction”. In: FROST, J. William (ed.) *The Quaker origins of antislavery*. Op. cit..

43 ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. Op. cit., p. 45.

44 ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses. A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. Op. cit., p. 45-46.

45 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 296.

46 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. Op. cit., p. 420.

47 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. Op. cit., p. 355.

Uma das consequências dessa nova fase em que a força religiosa para a luta da abolição dos escravos intensificou-se foi que a primeira grande petição para a emancipação imediata dos cativos, nos anos de 1830-1831, foi organizada por batistas e metodistas, os quais organizaram uma campanha dentro da própria congregação. Além disso, com abertura dos cultos aos escravos, os templos religiosos tornaram-se espaço para reunião e organização de revoltas.

A Revolta de Demerara, de 1823, “uma das maiores revoltas de escravos no Novo Mundo”⁴⁸ e que contou com a participação de 10 a 12 mil escravos revoltosos, foi organizada na capela do reverendo John Smith, posteriormente condenado à morte pelas autoridades coloniais; o que, por sua vez, motivou a crítica ao escravismo de religiosos até então apáticos e transformou as opiniões dos abolicionistas a respeito da eficácia da luta dos escravos no processo de emancipação. Como aponta Drescher “os líderes rebeldes não efetuaram suas ações na crença de um desafio à autoridade imperial (...). Eles apostaram na reconfiguração das regras de luta e objetivaram alinhar suas condições o máximo possível com as dos bretões”.⁴⁹ Assim nas eleições gerais de 1826, a escravidão, que desde 1807 adormecia no Parlamento, tornou-se uma questão graças a essa revolta e à repressão do Governo a ela,⁵⁰ em que, segundo Emília Viotti da Costa, foram mortos mais de 200 revoltosos de uma única vez, muitos foram levados a julgamentos e outros tantos foram condenados à força, “acompanhados de toda pompa que a colônia podia reunir”.⁵¹

Entre 1830 e 1831, pouco antes de o Parlamento britânico aprovar a abolição da escravidão nas Índias Ocidentais, foi a vez de a Jamaica viver uma revolta de escravos, encabeçada pelo diácono-chefe da Igreja batista Samuel Sharpe. Apesar do alcance dessa revolta, que causou a destruição maciça de plantações, não houve o assassinato de senhores e de suas famílias. Esse comportamento dos cativos, para Drescher, sugere que eles “estavam cientes de que um público metropolitano, que havia peticionado maciçamente a favor da abolição imediata alguns meses antes, atribuiria algum peso a qualquer massacre de brancos na equação da ‘prontidão’ dos escravos para a liberdade”.⁵²

48 COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, lágrimas de sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13.

49 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. Op. cit., p. 363.

50 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. Op. cit., p. 366.

51 COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, lágrimas de sangue: A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. Op. cit., p. 13.

52 DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. Op. cit., p. 369.

Encerrada a escravidão na parte Ocidental do Império britânico, as pressões do movimento abolicionista inglês se voltaram aos demais redutos da escravidão na América, sobretudo o Brasil, nação de menor peso no cenário internacional e cujo sistema escravista recebeu o apoio da Igreja Católica até, praticamente, os seus últimos anos de vigência.

Considerações finais

A proposta deste artigo foi a de apresentar um breve balanço da historiografia anglo-saxã que buscou refletir sobre a emergência e a derrocada da escravidão negra na América, levando-se em consideração o papel da religião no antiescravismo internacional. Ao se debruçar sobre os trabalhos desses historiadores ingleses, estadunidenses ou provenientes de antigas colônias britânicas, pudemos concluir que a religião teve um papel contraditório, ora legitimando a escravização, ora sendo utilizada como argumento pela igualdade. No entanto, é inegável que teve um importante papel nas discussões sobre a abolição, sendo utilizada, conforme analisado ao longo do texto, em diversos momentos como motor para a promoção de um debate público sobre a questão da escravidão e fonte de argumentos para justificar e defender o seu fim.

Notamos que o esforço de boa parte dos historiadores em suas obras está concentrado na explicação do início e do fim do regime escravista na América de maneira geral, quase não se atentando às peculiaridades de cada região em que vigorou essa forma de trabalho.

Apesar disso, o conhecimento dessa historiografia é de fundamental importância aos estudiosos brasileiros que se dedicam à análise do regime escravista no Brasil e ao processo que levou ao fim esse regime na década de 1880, na sociedade brasileira, uma vez que não apenas a historiografia nacional encontra-se em constante diálogo com a produção dos pesquisadores estrangeiros, mas o próprio movimento abolicionista no Brasil não se manteve isolado em sua luta antiescravista, buscando no repertório internacional o apoio e a legitimação de suas ações.

Conforme foi visto, as refutações às teses estritamente econômicas para justificar a queda do escravismo moderno abriu espaço para diversas interpretações sobre o tema, entre as quais as influências religiosas na conscientização britânica contra a escravidão, no contexto da Revolução Industrial inglesa. Outro argumento sugerido, mas não aprofundado, é o da agência escrava, isto é, da luta promovida pelos escravizados em busca de sua própria liberdade.

Apesar dos inúmeros trabalhos apresentados a cada ano, não há consenso entre os historiadores sobre diversas questões relacionadas ao início e ao fim do escravismo na América. Uma das razões seria, talvez, o



fato de muitos buscarem em um único elemento a resposta para um processo histórico que envolveu diversos agentes e variadas formas de luta. Entretanto, as publicações dessas obras revelam a importância do tema, cuja reflexão está longe de se esgotar no debate historiográfico tanto nacional quanto internacional.





ARTIGOS

Faculdade de Farmácia e Odontologia “Annibal Freire”: uma instituição constituída por médicos.

Danilo Mota de Jesus*
Ane Rose de Jesus Santos Maciel**
Patrícia de Sousa Nunes Silva***

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar as trajetórias dos professores que fizeram parte do corpo docente da Faculdade “Annibal Freire” no ano de 1926. O recorte temporal dá-se no ano de 1926, pois, foi o único ano em que a faculdade funcionou. O presente estudo buscou a aplicação de uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem na História Cultural, utilizando o método prosopográfico – segundo Heinz (2006) e Stones (2011). O grupo de professores, aqui biografado de forma sucinta, foi responsável por diversas mudanças no cenário social e político de Sergipe, alguns deles chegaram a tornar-se figuras de admiração até os dias atuais. Com o desenrolar deste estudo fica evidente a formação de uma rede de sociabilidade que tinha como ponto ligante o chefe do poder estadual, Maurício Graccho Cardoso.

Palavras-Chaves: Faculdade Annibal Freire. Professores. Prosopografia.

* Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em odontologia legal pela Uningá. Graduado em odontologia pela Universidade Tiradentes.

** Doutoranda e Mestra em Educação também pela Universidade Federal de Sergipe - PPGED/UFS. Graduada em História pela Universidade Tiradentes. Especialista em Arte Educação pela Faculdade São Luís de França. Membro do Grupo de Pesquisa sobre História do Ensino Superior - GREPHES.

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes; Graduanda em Pedagogia, em

Pharmacy and Dentistry College “Annibal Freire”: an institution constituted by doctors.

Abstract

This study aims to analyze the trajectories of teachers who were part of the faculty of the “Annibal Freire” Faculty in the year 1926. The temporal cut-off occurs in the year 1926 as it was the only year the college ran. The present study sought the application of bibliographical and documentary research with an approach in cultural history, using the prosopographic method – according to Heinz (2006) and Stones (2011). The group of teachers here briefly biography was responsible for several changes in the social and political scenario of Sergipe, some of them became figures of admiration until the present day. With the development of this study, it is evident the formation of a network of sociability that has as linking point the head of state power, Maurício Graccho Cardoso.

Keywords: Annibal Freire College. Teachers. Prosopography.

Educação Física e em Graduada em Gestão Pública pela Universidade Tiradentes; Pós-graduada em Educação Inclusiva pela Unit; Especialista em Psicomotricidade pela Faculdade Pio Décimo; Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior - GREPHES; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares. Docente, Coordenadora do Curso de Educação Física e Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Faculdade do Nordeste da Bahia (FANEB); Docente (convidada) da Pós-Graduação EaD (UNIT).



O objetivo deste artigo é realizar uma breve análise das trajetórias de professores que fizeram parte do corpo docente da Faculdade “Annibal Freire” no ano de 1926. O recorte temporal dá-se no ano de 1926, pois, foi o único ano em que a faculdade funcionou, no entanto, a análise do estudo não se restringe ao ano informado, haja vista que o recorte foi dado apenas para delimitar os sujeitos, e não suas trajetórias. Para a realização desta pesquisa utilizamos documentos disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, bem como do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, além de documentos físicos (exemplares do Diário Oficial do Estado, relatório do Inspetor de Higiene, e mensagens do Presidente do Estado) levantados pelos autores em diferentes locais de pesquisa.

Os cursos de Farmácia e Odontologia no Estado de Sergipe tiveram seu primeiro momento em 1926. A implantação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Sergipe foi mais uma das medidas do então presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso (1922 – 1926), na tentativa de modernizar o campo da saúde e estimular a permanência dos jovens no Estado, visto que uma pequena parte daqueles que deixavam seus lares em busca de formação superior retornavam a sua terra natal.

Outras ações do governo auxiliaram para que essa ideia pudesse sair dos documentos oficiais e tomar forma, entre elas, a criação do Instituto de Química (1923), do Instituto Parreiras Horta (1924) e do Hospital de Cirurgia (1926) que serviram como palco para a curta apresentação da Faculdade “Annibal Freire”. Embora a referida Faculdade não tenha sido a primeira do Estado, ela tem sua importância por ser a pioneira no âmbito da saúde.

Criada em 15 de dezembro de 1925 pelo decreto nº 913, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Sergipe teve sua nomenclatura alterada em 16 de julho de 1926 pelo decreto nº 942, passando assim a ser nomeada de Faculdade de Farmácia e Odontologia Annibal Freire¹. De acordo com o decreto nº 913^o, o objetivo da instituição era “abrir novas carreiras profissionais para a juventude sergipana e encaminhar o sexo feminino para uma atividade laboral que lhes pudesse garantir melhores condições futuras”. As aulas tiveram início no dia 05 de abril de 1926, e, contou com uma turma de 22 alunos. O corpo docente da novel faculdade era composto pelo médico Augusto Leite (nomeado como seu diretor), pelo também médico Lauro Hora (secretário da instituição), além de outros profissionais da medicina como Josaphat da Silveira Brandão, Oscar Baptista do Nascimento, João Firpo Filho e Ranulpho Hora Prata, pelo farmacêutico-químico Antônio de Tavares Bragança, pelo enge-

1 Essa alteração foi feita para homenagear o sergipano Anibal Freire da Fonseca que na época exercia o cargo de Ministro da Fazenda.

nheiro agrônomo Américo de Miranda Ludolf e pelo engenheiro químico Archimedes Pereira Guimarães.²

É relevante destacar que em nosso levantamento não encontramos nenhum dentista como professor naquela entidade de ensino, além disso, chama-nos atenção a criação de uma Faculdade de Odontologia e Farmácia ao invés de uma Faculdade de Medicina, visto que a maior parte do corpo docente da mesma era formado por médicos. No entanto, há uma explicação.

A partir do início do século XX aconteceu uma expansão do ensino superior no Brasil, e com os cursos de Farmácia e Odontologia não foi diferente. Segundo Rosenthal³, até o ano de 1924 o Curso de Odontologia estava presente em 15 Faculdades (ou Universidades) brasileiras. No Estado de Sergipe, a criação da faculdade se configurou como uma necessidade, pois, uma informação encontrada num documento produzido pelo Inspetor de Higiene de Sergipe do ano de 1910, o médico Francisco de Barros Pimentel Franco relata que, das causas de mortes diagnosticadas no Estado naquele ano, os “Accidentes da denticção” foram os responsáveis pelo maior número de óbitos, num total de 35. Ao que o Inspetor de Higiene chama de Accidentes de Denticção referia-se a hemorragias, causadas pela extração, e infecções dentárias após as exodontias⁴; fato esse que fortaleceu a ideia para concepção de uma instituição para o ensino de odontologia, concretizada alguns anos depois.

Em relação à ausência de dentistas no corpo docente da instituição, entendemos que no início os alunos teriam aulas de disciplinas Generalistas, presentes nos cursos do campo da saúde, por esse motivo encontramos muitos médicos como professores da instituição de ensino, levando os dentistas a atuarem somente a partir da implementação do curso prático.

Assim, para compor as trajetórias dos personagens dessa pesquisa fizemos uso da prosopografia, conhecida também como biografia coletiva. O que pretendemos com essa metodologia é colher e reunir dados biográficos de um grupo de agentes históricos, que apresentam algo em comum, seja uma atividade, um cargo, uma posição social, ou qualquer outro aspecto predefinido. A referida abordagem se constitui, portanto, de um estudo coletivo de suas vidas.

Nos últimos anos a prosopografia desenvolveu-se como um dos mais valiosos e familiares instrumentos utilizados pelo pesquisador histórico.

2 JESUS, Danilo Mota de. *Uma História da Odontologia em Sergipe: do ensino à estruturação do campo*. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

3 ROSENTHAL, Elias. *A Odontologia no Brasil no Século XX – História Ilustrada*. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2001.

4 Extrações de dentes.

O referido instrumento constitui-se como um meio de investigação das particularidades comuns de um grupo de indivíduos na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas.⁵ O método,⁶ segundo Heinz⁶ “utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar características comuns de um determinado grupo social em dado período histórico”.

Quando nos propusemos a utilizar abordagem, o fizemos para analisar o itinerário dos professores **médicos** que fizeram parte da “Faculdade de Farmácia e Odontologia Annibal Freire” e isso foi feito através das trajetórias desses profissionais considerando, por um lado, a história do grupo do qual faziam parte e, por outro, sua relação com os lugares por onde transitaram e estabeleceram relações de amizade e ou de parcerias.



Caracterizando os indivíduos

O corpo docente da Faculdade de Farmácia e Odontologia “Annibal Freire” foi constituído por professores “[...] competentes, nomeados por decreto do Presidente do Estado”⁷. Com isso, a congregação da faculdade ficou instituída como mostra o quadro 01:

Quadro 01: Docentes da Faculdade de Farmácia e Odontologia “Annibal Freire”

Nome	Formação	Local de Formação	Ano
Américo de Miranda Ludolf	Eng. Agrônômica	Rio de Janeiro	1919
Antônio Tavares de Bragança	Farmácia	Bahia	1923
Archimedes Pereira Guimarães	Eng. Química	São Paulo	1917
Augusto César Leite	Medicina	Rio de Janeiro	1909
Lauro Dantas Hora	Medicina	Bahia	1922
João Firpo Filho	Medicina	Rio de Janeiro	1924
Josaphat da Silveira Brandão	Medicina	Bahia	1902
Oscar Baptista do Nascimento	Medicina	Rio de Janeiro	1924
Ranulpho Hora Prata	Medicina	Rio de Janeiro	1919

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base nos documentos encontrados.

5 STONE, Lawrence. Prosopography. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

6 HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites: à guisa de introdução. In: _____ (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.9.

7 SERGIPE. Regulamento para a Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Sergipe. In: SERGIPE. Decreto n. 921, 20 de fevereiro de 1926. *Diário Oficial do Estado*. 21 de fevereiro de 1926. p. 7596

Os professores do quadro apresentados, médicos em sua maioria, tinham aspectos sociais em comum, como por exemplo, todos eles vinham de famílias que possuíam um poder econômico considerável; apenas dois vieram de outros estados, foram eles, Archimedes Guimarães que veio da Bahia e Américo Ludolf do Rio de Janeiro. No que se refere ao local de formação, dos sete professores sergipanos, três se formaram na Faculdade de Medicina da Bahia (dois médicos e um farmacêutico químico) e os quatro restantes (todos médicos) se formaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Esses médicos eram todos nascidos no interior do Estado e dois deles tinham médicos na família, eram eles, João Firpo Filho e Augusto Leite que eram irmãos de médicos; Antônio Tavares de Bragança que não era formado em medicina, mas era filho de médico, diferente do pai, optou em estudar farmácia.

Entre os nove professores, quatro deles desenvolveram a atividade docente em outro contexto educacional e em diferentes momentos de suas vidas. Augusto Leite, por exemplo, foi professor catedrático de Higiene Geral e História Natural do Colégio Atheneu Sergipense e de História Natural do Seminário Diocesano de Aracaju; Josaphat Brandão atuou como professor catedrático da Escola Normal Ruy Barbosa, lecionando Química e Física; Oscar Batista foi professor de História Natural dos Colégios Atheneu Sergipense e Tobias Barreto, já Archimedes Guimarães atuou como professor da Escola de Agronomia de Niterói.

Ainda sobre os referidos professores, cabe acrescentar que um deles teve uma visibilidade social muito grande em Sergipe. Estamos falando de Augusto Leite, um dos médicos de sua época que mais aproveitou sua posição dentro da sociedade para lutar por seus ideais. Embora seus maiores êxitos tenham sido ligados a medicina, ele também era graduado em Humanidades por isso atuou em alguns espaços de ensino, como informamos anteriormente. Além da docência e da medicina, o Dr. Augusto Leite exerceu cargos administrativos; segundo Silva⁸, ele foi diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Aracaju (precursora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS), membro efetivo do Conselho Superior da Instrução Pública, membro do Conselho Municipal de Aracaju, diretor da Faculdade Annibal Freire e do Hospital de Cirurgia. Augusto Leite também esteve à frente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe uma das principais fontes financiadoras da obra de construção do Hospital de Cirurgia que foi inaugurado de forma festiva em 02 de maio de 1926 durante a gestão do Governo de Maurício Graccho Cardoso.⁹

8 SILVA, Henrique Batista. *A História da Medicina em Sergipe*. Aracaju: J. Andrade, 2006.

9 SANTANA, Antônio Samarone de. *As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: O Autor, 2005.



O Hospital de Cirurgia (HC) foi também um espaço de sociabilidade dos professores (médicos); Ranulpho Prata atuou como radiologista até 1927 e após sua saída, João Firpo Filho passou a exercer aquela atividade; Lauro Hora, um dos fundadores do Hospital de Cirurgia, que também exerceu a função de diretor do hospital por duas gestões, realizou no HC a primeira anestesia geral em Sergipe no dia 14 de junho de 1926, ajudando o cirurgião Augusto Leite. Josaphat da Silveira Brandão e Oscar Batista do Nascimento também atuaram no HC, segundo Souza e Graça¹⁰, este último chefou o serviço de urologia do referido hospital.

Algumas questões em relação a esse grupo são mais pontuais. Alguns deles viajaram para fora do Brasil para se qualificar como, por exemplo, Archimedes Guimarães, que viajou para os Estados Unidos, onde trabalhou e completou a sua formação acadêmica, assim como Américo Ludolf que, quando esteve a serviço do Ministério da Agricultura, viajou também para os Estados Unidos para se aperfeiçoar. O dr. Augusto Leite esteve várias vezes no exterior em busca de aperfeiçoamento, segundo Silva¹¹, em julho de 1913 viajou para a Europa, onde em Paris encaminhou seus estudos para a Clínica Cirúrgica, ainda na capital francesa fez intensivo curso particular de técnica operatória na Escola Prática da Faculdade de Medicina, sob orientação do professor Michel Deniker. Em seguida, assistiu aulas de clínica médica ministradas pelo Prof. Widal. Dando continuidade a seus projetos, frequentou várias clínicas, participando de cursos de especialização com renomados médicos. De partos, com Cauvelaire; de cistocopia, com Papin; de olhos, com Lapersone; de otorrino, com Sebilleau; de moléstias da nutrição, com Marcel e Henri Labbé. Em 1920, vai para os Estados Unidos onde participou de estágios de aperfeiçoamento na Clínica Mayo. Encontramos fontes que nos revelaram que o médico, no mesmo ano, regressou a Paris para a realização de novos cursos.

A partir das fontes encontradas, é possível perceber que esses professores faziam parte de redes de sociabilidade que desde suas vidas acadêmicas vinham se ampliando e formando outras redes. Das amizades e laços construídos resultaram convites para ocupação de cargos e apoios políticos, podemos citar em especial a amizade que existia entre os professores e o presidente do Estado de Sergipe Graccho Cardoso, pois, mesmo antes de serem convidados para participarem da equipe que formaria a Faculdade de Farmácia e Odontologia (Annibal Freire) todos possuíam algum cargo na equipe do governo, como pode ser observado do quadro 02.

10 GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da; SOUZA, Josefa Eliana. *Catálogo das Escolas Municipais de Aracaju*. (org.). Aracaju: Sercore, 2000.

11 SILVA, Henrique Batista. *A História da Medicina em Sergipe*. Aracaju: J. Andrade, 2006

Quadro 02: Cargos ocupados pelos professores da Faculdade Annibal Freire antes da criação da mesma.

Nome	Cargo
Américo de Miranda Ludolf	Diretor do Centro Agrícola Epitácio Pessoa
Antônio Tavares de Bragança	Professor do Instituto de Química
Archimedes Pereira Guimarães	Fundador e Diretor do Instituto de Química
Augusto César Leite	Professor de Higiene na Escola de Comércio e cotado como Professor da Faculdade Tobias Barreto
Lauro Dantas Hora	Membro do serviço de profilaxia rural do Estado
João Firpo Filho	Assistente Técnico do Instituto Parreiras Horta
Josaphat da Silveira Brandão	Professor da Escola Normal Ruy Babosa
Oscar Baptista do Nascimento	Membro do serviço de profilaxia rural do Estado
Ranulpho Hora Prata	Responsável pelo gabinete de radiologia do Estado

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base nos documentos encontrados.



A Faculdade de Farmácia e Odontologia foi o único espaço no qual esse grupo de professores esteve reunido, visto que devido as suas particularidades, a descontinuidade da Faculdade e o fim do mandato de Graccho Cardoso fizeram com que cada um dos docentes seguisse os seus projetos pessoais. Com isso, essa rede estabelecida em prol da Faculdade acaba por desfazer-se. No entanto, essa rede não foi formada por vontade dos professores, mas por uma vontade externa a eles. Warde¹² nos auxilia a entender melhor isso quando afirma que:

Tornar-se membro de uma rede intelectual, [...], não se impõe como lei sobre um indivíduo que pode decidir dela participar ou não. De outro lado, pensar os intelectuais em rede – por oposição à imagem de um cipal de indivíduos cujos caminhos se cruzaram por força do acaso - aponta para a existência de regras de inclusão e exclusão, de pertença ou de oposição.

[...] a rede opera como o veículo de acesso a um conjunto determinado de ferramentas mentais disponíveis em um tempo e lugar; valida e legitima aquele conjunto, admitindo, dispensando ou se opondo a outros; funciona como base de apoio para investidas individuais dos seus membros, assim como opera como filtro dos novos arranjos morfológicos que as criações originais desencadeiam.

12 WARDE, Miriam Jorge. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 3, n. 1 [5], 2003. p.150

De acordo com Sirinelli¹³, essas redes – também chamadas estruturas de sociabilidade – constituem um instrumento explicativo para compreender a organização e a dinâmica do campo intelectual com suas amizades e inimizades, vínculos e tomadas de posição. A rede criada entre esses nove profissionais em um mesmo espaço se deu decorrente da amizade com Graccho Cardoso, no entanto, outra rede mais duradoura veio a se formar entre os professores médicos, tendo como palco o Hospital de Cirurgia.

Além dos itinerários que apresentamos até este ponto, outros dados nos auxiliam a compor as trajetórias desses profissionais. A exemplo de Augusto Leite, que fundou a primeira maternidade de Sergipe – “Francino Melo” em 1930 e o primeiro hospital infantil em 1937, a Escola de Enfermagem e a Casa Maternal Amélia Leite.¹⁴ Lauro Hora, que foi diretor por duas vezes do Hospital de Cirurgia, atuou como anestesista por 20 anos e depois se dedicou somente à pediatria na Legião Brasileira de Assistência. Foi diretor do serviço de amparo à infância e adolescência do Estado de Sergipe, inspetor e diretor do Serviço Sanitário do Estado de Sergipe, Diretor Geral do Departamento de Saúde Pública de Sergipe.¹⁵

Outros médicos dessa lista também exerceram um papel relevante na sociedade, a exemplo de João Firpo Filho, que, foi diretor do Instituto Parreiras Horta após o retorno do fundador da instituição ao Rio de Janeiro, permanecendo à frente da entidade até falecer. Foi o primeiro médico a utilizar a insulina em Sergipe, e, o segundo radiologista do Hospital de Cirurgia em 1927, substituindo Ranulfo Prata. Foi também um inovador no tratamento da tuberculose pelo pneumotórax artificial e pelos sais de ouro e destacou-se como obstetra. Já Ranulfo Prata, foi o organizador de um gabinete radiológico na cidade de Aracaju, no governo de Graccho Cardoso. Além de jornalista e escritor, atuou em São Tomás de Aquino/MG, depois transferiu-se para Mirassol/SP e em seguida para Santos/SP.¹⁶

Josaphat da Silveira Brandão foi nomeado Delegado de Higiene na cidade de Estância/SE, em 1903, e Inspetor de Ensino em 1906. Cinco anos depois, em 1911, atuou no surto de varíola em Laranjeiras. Sua atuação não permaneceu apenas no campo da saúde, pois, entre os anos de 1912 a 1916 assumiu a direção do Colégio Atheneu Sergipense, embora já tenha sido inspetor de ensino em 1906, conforme já mencionado. Em 1913, passou a exercer a medicina em Aracaju. Em 1930, foi nomeado membro do Conse-

13 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003. p.232-253.

14 SILVA, Henrique Batista. *A História da Medicina em Sergipe*. Aracaju: J. Andrade, 2006

15 SANTANA, Antônio Samarone; DIAS, Lúcio Antônio Prado; GOMES, Petrônio Andrade. *Dicionário Biográfico do Médicos de Sergipe: séculos XIX e XX*. Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2009.

16 Idem.

Iho Penitenciário de Sergipe e em 1936 membro do Conselho de Educação. Em 1939, assumiu o Departamento de Saúde Pública de Sergipe. Atuou nos hospitais Santa Isabel e Cirurgia, em Aracaju e Amparo de Maria, em Estância, tornando-se sócio benemérito.¹⁷

Oscar Baptista do Nascimento atuou nos primeiros anos de vida médica como clínico e urologista e praticou atividades cirúrgicas auxiliando Dr. Augusto Leite, chegando inclusive a realizar algumas anestésias. Exerceu as funções de Secretário da Mesa Administrativa do Hospital de Cirurgia em 1943, foi médico do Departamento de Saúde Pública, e diretor do Departamento de Educação durante o governo do Interventor Freitas Brandão.¹⁸

Esses professores possuíam seus agrupamentos intelectuais e políticos, os médicos, por exemplo, a maioria deles pertenciam à Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe, a mesma que lutou pela construção do Hospital de Cirurgia. O engenheiro-agrônomo Américo de M. Ludolf quando viveu em Pernambuco foi filiado a Associação dos Agrônomos do Nordeste. No campo político, propriamente dito, encontramos três médicos ligados a política partidária: o médico Oscar Baptista que foi filiado ao Partido Republicano, Lauro Hora exerceu o cargo de senador no ano de 1957 e Augusto Leite que foi deputado estadual de 1926 a 1929, deputado federal de 1929 a 1934 e senador de 1935 a 1937. Segundo Abreu¹⁹, ele fundou em março de 1933, juntamente com Erônides Ferreira de Carvalho e Gonçalo Rollemberg do Prado, o partido União Republicana de Sergipe, sendo eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte no pleito de maio do mesmo ano. Durante os trabalhos constituintes votou, em junho de 1934, contra a elegibilidade de Getúlio Vargas, até então chefe do Governo Provisório. O engajamento desses médicos em outras causas, fora do campo da saúde, nos faz perceber que esses profissionais transitavam por espaços com muita facilidade, e isso amplia os olhares do pesquisador e auxilia a compreender e reconstruir suas trajetórias.

De acordo com Sirinelli²⁰, a reconstrução de trajetórias possibilita o mapeamento dos territórios de engajamento intelectual, permitindo não só o estudo dos grandes intelectuais como, também, daqueles de menor expressão em um dado momento, além de permitir a identificação da evolução de um grupo de intelectuais oriundos de uma matriz comum. Apesar de sua importância, o estudo dos itinerários intelectuais só adquire rele-

17 Idem.

18 Idem.

19 ABREU, Alzira A. de. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/Ed. FGV, 2001.

20 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003. p.232-253.



vância, enfatiza Sirinelli²¹, quando vai além da mera reconstituição e passa a envolver, também, a sua interpretação. Segundo Correia²², no processo de elaboração um estudo apoiado nas estruturas de sociabilidade dos grupos intelectuais, faz-se necessário considerar as variações ao longo do tempo dessas redes, tais academias, instituições escolares, associações e grêmios literários e culturais, em torno das quais vão se conformando as opções políticas e ideológicas dos intelectuais.

Buscando esboçar um estudo prosopográfico baseado nas trajetórias dos professores da Faculdade de Farmácia e Odontologia “Annibal Freire” percebemos que todos eles chegaram ao final de suas vidas vivendo em locais diferentes dos quais nasceram, como podemos observar no quadro 03, com isso percebemos a busca individual pelos espaços que lhes poderiam oferecer mais oportunidades.

250



Quadro 03: Local de Nascimento e Morte dos professores

Nome	Ano e local de nascimento	Ano e local de morte
Américo de Miranda Ludolf	????(Rio de Janeiro/RJ)	1942 (Recife/PE)
Antônio Tavares de Bragança	1903 (Laranjeiras/SE)	1980 (Aracaju/SE)
Archimedes Pereira Guimarães	1894 (Campinas/SP)	1984 (Salvador/BA)
Augusto César Leite	1886 (Riachuelo/SE)	1978 (Aracaju/SE)
Lauro Dantas Hora	1898 (Lagarto/SE)	1979 (Aracaju/SE)
João Firpo Filho	1899 (Maruim/SE)	1945 (Aracaju/SE)
Josaphat da Silveira Brandão	1880 (Estância/SE)	1969 (Aracaju/SE)
Oscar Baptista do Nascimento	1896 (Jabotão/SE)	1947 (Aracaju/SE)
Ranulpho Hora Prata	1896 (Lagarto/SE)	1942 (São Paulo/SP)

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base nos documentos encontrados.

Considerações finais

Até aqui é possível fazer algumas breves considerações a respeito do grupo em questão como, por exemplo, a atuação no serviço público como uma constante entre eles, seja em hospitais, no caso dos médicos, seja em instituições de ensino, ou até mesmo em espaços políticos.

Mesmo com a curta existência da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Sergipe, a estruturação do seu corpo docente mostra que cada profissional que o compôs foi escolhido, sistematicamente, devido a sua relação de amizade com o presidente do Estado. Embora esse fato seja relevante à elucidação dos objetivos desta pesquisa, não buscamos com

21 Idem.

22 CORREA, Rubens Arantes. Os intelectuais: Questões históricas e historiográficas—Uma discussão teórica. *Saeculum—Revista de História*, n. 33, p. 395-410, 2015.

isso desqualificar suas capacidades intelectuais, ao contrário, estamos apenas destacando as redes sociais que o interligavam e proporcionavam àqueles intelectuais, ascensão social, tornando-os membros de uma rede de profissionais com destaque e renome que os distinguiam dos demais membros da sociedade.

Assim, ao adentrar na natureza biográfica de cada integrante constata-se uma estratégia de ascensão social que se apoiam no dinamismo das redes de sociabilidades, e é na atividade dinâmica dessas redes que se apoiam os estudos prosopográficos. Como nos propomos no objetivo deste estudo, aqui realizamos uma breve análise das trajetórias de um grupo de intelectual, abrindo, de tal modo, questões que podem se tornar pesquisas futuras.



A escrita dos imortais da Academia Sergipana de Letras na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-2017)

José Genivaldo Martires*
Marluce de Souza Lopes**

The writing of imortais of the sergipan academy of letters in the magazine of the historical and geographical institute of sergipe (1913-2017)

Resumo

Este artigo apresenta uma análise da escrita dos/as acadêmicos/as da Academia Sergipana de Letras (ASL) na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no período de 1913 a 2017, buscando evidenciar os acadêmicos que publicaram no periódico e as temáticas abordadas por eles, destacando a participação da escrita de mulheres acadêmicas. Um dos pilares do IHGSE é a circulação de sua Revista, que iniciou a sua publicação em 1913 e continua até os dias atuais. Para a elaboração desse artigo foram consultadas as 47 edições da Revista do IHGSE (1913-2017) e, nesse processo, foram identificadas 208 publicações produzidas por 42 acadêmicos/as da ASL, dentre os/as que publicaram na RIHGSE destaca-se Maria Thétis Nunes. Essa historiadora apresentou-se como a acadêmica que mais publicou artigos (15), tratando de aspectos da história e cultura sergipana.

Palavras-chave: Academia Sergipana de Letras. Intelectuais. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Abstract

This article presents an analysis of the writing of the academics of the Sergipean Academy of Letters (ASL) in the Journal of the Historical and Geographical Institute of Sergipe, from 1913 to 2017, seeking to highlight the academics who published in the periodical and the topics addressed for them, highlighting the participation of the writing of academic women. One of the pillars of the IHGSE is the circulation of its Magazine, which began its publication in 1913 and continues to this day. For the preparation of this article, the 47 editions of the IHGSE Magazine (1913-2017) were consulted and 208 papers produced by 42 ASL academics were identified in this process, among those who published at RIHGSE, Maria Thétis Nunes. This historian presented herself as the academic who most published articles (15), dealing with aspects of Sergipe's history and culture.

Keywords: Academia Sergipana de Letras. Intellectuals. Journal of the Historical and Geographical Institute of Sergipe.

* Doutorando e Mestre em Educação (PPGED/UFS). Professor de História do Ensino Básico Técnico e Tecnológico da Universidade Federal de Sergipe, lotado no Colégio de Aplicação. Membro do GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED).

** Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS (PPGED/UFS). Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS), lotada na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Membro do GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED).



Introdução

Este artigo apresenta compreensões a respeito da escrita dos/as acadêmicos/as da Academia Sergipana de Letras (ASL) na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (RIHGSE), no período de 1913 a 2017, evidenciando os acadêmicos/as que publicaram no periódico, as temáticas abordadas por eles, destacando a participação dos escritos de mulheres acadêmicas no conjunto dessas publicações. O marco temporal corresponde ao período compreendido entre a primeira publicação da revista até o volume publicado no ano de 2017.

A pesquisa documental teve como lugar o acervo da ASL e o *site* do IHGSE, onde estão disponíveis as edições digitalizadas da RIHGSE. Como procedimentos metodológicos iniciais foram identificados todos os acadêmicos/as da ASL no lapso temporal da pesquisa. Nesse levantamento foram identificados 42 acadêmicos/as, com predominância de homens que tinham como atividade principal o magistério, seguida do direito, medicina, jornalismo e engenharia agrônoma. No tocante ao universo feminino, constata-se a existência de 03 acadêmicas que publicaram da revista do IHGSE, cuja formação e profissão fora o magistério. Com a montagem do quadro com a lista dos acadêmicos/as iniciou-se a leitura e coleta nos sumários de todas as edições da RIHGSE publicadas no período de 1913 a 2017, buscando identificar escritos dos acadêmicos/as nos referidos periódicos e principais temáticas abordados por eles. Com esses levantamentos foram produzidos quadros informativos e análises delineadas no decorrer deste artigo.

Desse modo, a História da Educação como campo de conhecimento foi se constituindo no decorrer dos séculos XIX e XX. De acordo com Vidal e Faria Filho (2005) “[...] já desde a segunda metade do século XIX, tratados sobre a história da educação brasileira foram elaborados por médicos, advogados, engenheiros, religiosos, educadores e historiadores e circulavam no país e no exterior”¹. A pesquisa se enquadra no campo da história da educação, especialmente na perspectiva de análise da história cultural. Entendendo que esse diálogo, desde as últimas décadas do século XX, tem resultado na problematização do uso de fontes e suas tipologias, diversificação dos objetos de estudos e de novas perspectivas de análise, resultando na ampliação dos estudos histórico-educacionais.

Dentre as múltiplas temáticas propiciadas por essa expansão dos estudos históricos educacionais, esse estudo compartilha do interesse e de compreensões de pesquisas sobre os intelectuais em diferentes concepções e/ou abordagens. Em uma perspectiva histórica a concepção de in-

1 VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In: VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005. p.73.



telectual esteve atrelada à ideia de conhecimento e erudição, vinculada à instância pública, como personagem responsável por disseminar sabedoria e entendimento. Segundo Vieira (2008)², não há uma única interpretação ou um único sentido para o termo intelectual.

Ao analisar os distintos significados que o termo intelectual assumiu em contextos específicos nos âmbitos temporal e cultural, Vieira (2008) identificou três diferentes teorias acerca do papel político do intelectual, quais sejam:

[...] o intelectual como mediador dos conflitos sociais, presente na obra de Karl MANNHEIM; o intelectual como dirigente e organizador da cultura, problematizado na obra de Antonio GRAMSCI; e, por fim, o intelectual como produtor de capital simbólico, analisado na obra de Pierre BOURDIEU³.

Nos limites e finalidades deste artigo utiliza-se a noção de intelectual segundo o entendimento de Jean François Sirinelli (2003) Para este autor os intelectuais são compreendidos como “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada no engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto jornalista como escritor, o professor secundário como o erudito”⁴. O enquadramento dessa noção de intelectuais exige que se observe as redes de sociabilidades em que os intelectuais estudados estão inseridos, identificando seus projetos e suas articulações, como ressalta Xavier (2016):

Os diferentes tratamentos dispensados a esse personagem indicam que a ampliação do atributo de intelectual requer a reflexão acerca das funções que determinados educadores desempenharam em suas trajetórias profissionais. Requer, ainda, a observação dos lugares institucionais, sociais, políticos e culturais que eles ocuparam, além de demandar a análise da contribuição e das suas repercussões de seus esforços⁵.

2 VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e Intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas - SP, v. 8, n. 16, p. 63-85, jan./abr., 2008.

3 VIEIRA, Carlos Eduardo. Op. Cit., p. 01.

4 SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 2003, p.242.

5 XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.473.

Nesse sentido, os intelectuais sergipanos, no início do século XX, criaram instituições e ocuparam diversas funções na esfera política, estabelecendo redes e validando o seu campo de atuação e legitimação. No caso em estudo, a ASL e o IHGSE foram espaços de convergência e atuação da intelectualidade sergipana, apresentando como uma característica marcante das redes de sociabilidades o compartilhamento e atuação simultânea nos dois espaços por intelectuais sergipanos e a escrita desses acadêmicos na revista do IHGSE. Portanto, o estudo sobre a produção acadêmica dos intelectuais da ASL na Revista do IHGSE, é uma forma de verificação dessas posições sociais e culturais desempenhadas por esses intelectuais.



O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Academia Sergipana de Letras: espaços de atuação e convergência da intelectualidade sergipana.

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), denominado pelos seus fundadores com a “Casa de Sergipe”, foi criado na capital Aracaju em 06 de agosto de 1912 por intelectuais que propagavam ideais republicanos e conhecimentos cientificistas da época. O estado de Sergipe, foi um dos últimos estados da região Nordeste a criar a agremiação. No início do século XX, período da fundação do IHGSE, o estado de Sergipe e a capital Aracaju passava por transformações socioeconômicas e urbanísticas. A esse respeito, o historiador Iberê Dantas (2004) explicita que:

O perfil da província monocultora, que marcou o período do império, foi sendo modificado com a diversificação de atividades sem precedentes em Sergipe, alterando o quadro social que adquiria maior densidade. Embora na primeira década republicana as opções de trabalho estivessem concentradas no campo, nos engenhos ou nas fazendas, paulatinamente as indústrias e os serviços, inclusive as casas comerciais foram proliferando no meio urbano e com elas aumentando o contingente de empregados. [...] a cidade inóspita do fim do século passado passou a ser atrativa. Os pântanos foram substituídos por bonitas praças. As condições sanitárias evoluíram, na terceira década a capital foi se impondo como opção de morada. Prósperos proprietários do campo e da cidade, sobretudo depois de 1914, foram investindo, construindo seus palacetes em estilo predominantemente eclético⁶.

6 DANTAS, Iberê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 53-55.

Portanto, novos atrativos urbanísticos, reorganização do espaço produtivo e de grupos sociais, foram características marcantes de Aracaju nas primeiras décadas do regime republicano. No tocante à educação, Santos (2013) informa que ações/ou discursos educacionais disseminavam a propaganda republicana com foco na erradicação do analfabetismo e na “construção da civilização brasileira”⁷. Foi nesse cenário que intelectuais sergipanos, sob a liderança de Florentino Menezes⁸ e Prado Sampaio⁹, fundaram o IHGSE com o propósito de ser um espaço de reunião pensadores e discussão de questões políticos, socioeconômicos e culturais do estado de Sergipe, bem como um centro difusor de produções acadêmicas e literárias sergipanas. Nesse sentido, de acordo com Freitas (2002):

Funcionando como incubadora de diversas entidades, o IHGS vai produzir os corpos que lhe tirarão a hegemonia, o prestígio em setores, como a promoção Literária (Academia Sergipana de Letras) e o fomento artístico (Sociedade de Cultura Artística de Sergipe)¹⁰.

Com a fundação e atuação em instituições e/ou agremiações como o IHGSE, os intelectuais sergipanos propagavam um discurso salvacionista em que enfatizavam e defendiam “[...] ideias educacionais, científicas e culturais”¹¹ para o “progresso” e desenvolvimento cultural do estado e do país. Nesse intuito, ampliando e fortalecendo suas redes de sociabilidades, os intelectuais do IHGSE criaram a Academia Sergipana de Letras (ASL).

A ASL foi instituída no dia 1 de junho de 1929 e resultou de um processo que se iniciara em 1919 com a criação da Hora Literária, agremiação que re-

- 7 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecoss da modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, p. 126.
- 8 Florentino Menezes - Nasceu na cidade de Aracaju, em 07 de novembro de 1886. Estudou na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1906. Em 1907, transferiu o curso para a Bahia, mas não concluiu. Ingressou no serviço público em 1913, na condição de escrivão. Em 1926 foi nomeado para a cátedra de Sociologia no Atheneu Sergipense. Faleceu em 20 /11/ 1959. SILVA, Adriana Elias Magno da. Florentino Menezes: Um pioneiro da Sociologia do Brasil. In *Revista Tomo*. São Cristóvão –Se, nº01. 1998.
- 9 Joaquim Prado Sampaio Leite - Aracajuano nascido em 03/06/1865. Estudou no Atheneu Sergipense, graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas, em 1891, na Faculdade de Direito de Recife. Em 1907 foi nomeado lente catedrático de Literatura e Lógica do Atheneu Sergipense. Faleceu em 13/02/1932. SANTOS, Nelson Santana. A Propósito do Sesquicentenário de Prado Sampaio: Notas Biobibliográficas sobre um Grande Intelectual Sergipano. in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju. nº 46. 2016. v.01.
- 10 FREITAS, Itamar. *A Escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913/1999*. São Cristóvão: Editora UFS, 2002, p.17.
- 11 Ver: MARTIRES, José Genivaldo. *A trajetória de vida intelectual e profissional da professora Maria Lígia Madureira Pina (1954-1972)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016, p. 101.

unia poetas, escritores e professores com o propósito promover discussões livres sobre temáticas diversas, recitar poesias e difundir a cultura letrada sergipana. Em 1927, membros da Hora Literária reunidos em assembleia decidiram pela transformação da sociedade recreativa em uma de caráter acadêmico, resultando na criação da Academia Sergipana de Letras.

Nascimento (2017)¹² transcreve a ata que registra a fundação da ASL. Neste documento, estão consignados os patronos e acadêmicos conforme apresentado no quadro em sequência:

Quadro 01 – Relação dos patronos e acadêmicos da ASL (1929)

Nº	PATRONOS	ACADÊMICOS
01	Tobias Barreto	Antônio Garcia Rosa
02	Sylvio Romero	José de Magalhães Carneiro
03	Fausto Cardoso	Cleomenes Campos
04	Francisco Leite Bittencourt Sampaio	José Augusto da Rocha Lima
05	Ivo do Prado	Dom Antônio Cabral
06	Gumercindo Bessa	Gilberto Amado
07	Manuel Curvêlo de Mendonça	Ranulpho Prata
08	Felisbelo Freire	Manoel Campos de Oliveira
09	Maximino Maciel	Rubens Figueiredo
10	Eliziário da Lapa Pinto	Arthur Fortes
11	Francisco Antônio de C. Lima Júnior	Luiz José da Costa Filho
12	Severiano Maurício Cardoso	Carlos Camélio Costa
13	Frei José de Santa Cecília	Clodomir de Sousa e Silva
14	Horácio Hora	Manuel José Santos Melo
15	Manuel Armindo Cordeiro Guaraná	Helvécio Ferreira de Andrade
16	Pedro Calazans	Hermes Fontes
17	Ascendino Ângelo dos Reis	Manoel dos Passos de Oliveira Teles
18	Vigário José Gonçalves Barroso	Dom Mario Miranda Villas-Bôas
19	João Antônio Pereira Barreto	João Pires Wynne
20	José Luiz Coelho e Campos	Alfeu Rosas Martins
21	Francisco Antônio V. Caldas Junior	Joaquim Maurício Cardoso
22	Martinho Garcez	João Passos Cabral
23	Cyro de Azevedo	Joaquim Prado Sampaio Leite
24	Pedro Ribeiro Moreira	Júlio de Albuquerque
25	Antônio Dias Barros	Antônio Manuel de Carvalho Neto
26	Mons. Antônio Fernandes da Silveira	Florentino Teles de Menezes
27	Manuel Luiz Azevedo de Araújo	Benedito da Silva Cardoso
28	Salustiano Orlando de Araújo Costa	Gervásio de Carvalho Prata
29	Jackson Figueiredo Martins	Abelardo Maurício Cardoso
30	José Jorge de Siqueira Filho	Enock Matusalém Santiago
31	José Maria Gomes de Souza	João Esteves da Silveira
32	Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro	Edison de Oliveira Ribeiro

12 NASCIMENTO, José Anderson. *Perfis Acadêmicos*. Aracaju, Edise, 2017.

Continua

Nº	PATRONOS	ACADÊMICOS
33	Manuel Joaquim de Oliveira Campos	Humberto Olegário Dantas
34	Manuel Ladislau Aranha Dantas	Olegário Ananias Costa e Silva
35	José Lourenço de Magalhães	Augusto César Leite
36	Bricio Mauricio de Azevedo Cardoso	Hunald Santaflor Cardoso
37	José Joaquim de Oliveira	Pedro Sotero Machado
38	Guilherme Pereira Rabelo	Marcos Ferreira de Jesus
39	Joaquim Martins Fontes da Silva	Zózimo Lima
40	Balthazar de Araújo Côes	Epifânio da Fonseca Doria e Menezes

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, a partir de Nascimento, 201713.

Da relação dos acadêmicos indicados no quadro anterior confrontados com informações contidas nas edições da Revistas do IHGSE entre os anos de 1919 a 1930 nos números: 08(1919); 09(1920); 10(1925); 11(1925); 12(1926); 13(1928) e 14(1929), foram constatados que 27 acadêmicos da ASL, no momento da sua fundação (1929), já eram sócios do IHGSE, inclusive compondo a diretoria do Instituto. Informações que contribuem para fundamentar a compreensão do IHGSE como fomentador de outras instituições culturais no estado de Sergipe.

A escrita dos/as imortais da Academia Sergipana de Letras na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Com a finalidade de divulgar as produções acadêmicas e literárias dos seus sócios, o IHGSE criou, em 1912, o periódico denominado de Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a esse respeito Freitas (2002) informa que:

O título 'Revista do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe' foi instituído oficialmente em 27/08/1912, com a publicação dos *Estatutos* do IHGS. A produção de um periódico que divulgasse as 'atas, os nomes dos sócios, discursos e trabalho literários' era um dos fins da entidade.

Inicialmente, a *Revista* foi programada para circular trimestralmente, periodicidade que não chegou a ser respeitada para além do primeiro ano (1913). Em 1916 já surgia como fascículo único e, no ano seguinte, uma determinação estatutária a transformaria em veículo de circulação anual¹⁴.

13 NASCIMENTO, José Anderson. Op. Cit.

14 FREITAS, Itamar. Op. Cit., p. 21.

A falta de recursos para impressão da Revista, contribuiu para existência de hiatos na sua publicação, ocorrendo períodos com publicações bianuais, estendendo para uma temporalidade de cinco anos entre as publicações. O período que ocorreu uma parada significativa foi de 1965 a 1978. Na atualidade a revista é publicada anualmente com dois volumes impressos e em plataforma digital¹⁵ e é a revista mais antiga em circulação no Estado de Sergipe.

A revista do IHGSE, no decorrer de sua existência, apresentou-se como veículo disseminador do pensamento intelectualizado e foi utilizada por acadêmicos da ASL como estratégia para a consolidação e ampliação do capital cultural¹⁶ desses intelectuais. Assim, por meio da publicação de artigos e discursos disseminaram ideias e interpretações a respeito da história e cultura sergipana, fortalecendo o campo¹⁷ intelectual sergipano e estabelecendo diálogos com os seus pares.

O quadro apresentado a seguir apresenta os acadêmicos/as da ASL que utilizaram a Revista do IHGSE como veículo de difusão de suas produções acadêmicas e/ou literárias.

Quadro 02 – Acadêmicos/as da ASL que publicaram na Revista do IHGSE

Nº	Nomes dos Acadêmicos/as	Principais atividades profissionais
01	Acrísio Torres de Araújo	Advogado e Professor
02	Ana Maria do N. Fonseca Medina	Professora
03	Antônio Garcia Filho	Médico, Professor
04	Antônio M. de Carvalho Neto	Advogado
05	Ariosvaldo Figueiredo Santos	Engenheiro Agrônomo, Professor Jornalista
06	Clodomir de Souza e Silva	Advogado, Professor e Jornalista
07	Emmanuel Franco	Engenheiro Agrônomo e Professor
08	Enock Matusalém Santiago	Advogado
09	Epiphany da F. Dória e Menezes	Jornalista, Bibliotecário
10	Estácio Bahia Guimarães	Administrador, Advogado e Engenheiro de Produção

15 A RIHGSE recebe artigos de sócios e pesquisadores de todo o país. No entanto, o seu foco é a divulgação dos conhecimentos históricos, geográficos e culturais do estado de Sergipe. http://www.ihgse.org.br/revista_apresentacao.asp. Acesso: outubro de 2018.

16 Segundo Bourdieu (2002) o capital cultural é verificado por meio da a sua existência em três formas: *no estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; *no estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias, de problemáticas, etc. e; enfim, *no estado institucionalizado*, forma de objetivação [...]. BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

17 Campo é entendido como “[...] os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas.” BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais das ciências*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.



Continua

Nº	Nomes dos Acadêmicos/as	Principais atividades profissionais
11	Exupero de Santana Monteiro	Jornalista
12	Felte Bezerra	Odontólogo e Professor
13	Filadelfo Jônatas de Oliveira	Padre
14	Florentino Teles Menezes	Professor
15	Francisco Guimarães Rollemberg	Médico e Advogado
16	Francisco Leite Neto	Advogado, Professor e Jornalista
17	Gervásio de Carvalho Prata	Advogado
18	Helvécio Ferreira de Andrade	Médico e Professor
19	Hunald Santaflor Cardoso	Advogado e Professor
20	João Batista P. Garcia Moreno	Médico e Professor
21	João Freire Ribeiro	Jornalista
22	João Oliva Alves	Jornalista
23	João Pires Wynne	Advogado e Jornalista
24	Joaquim Prado Sampaio Leite	Advogado e Professor
25	Jorge Carvalho do Nascimento	Professor
26	José Amado Nascimento	Professor e Advogado
27	José Augusto de Rocha Lima	Padre, Advogado e Professor
28	José Bonifácio Fortes Neto	Advogado, Professor e Jornalista
29	José da Silva Ribeiro Filho	Advogado e Professor
30	José de Magalhães Carneiro	Odontólogo e Professor
31	José Sebrão Sobrinho	Promotor e Jornalista
32	José Silvério Leite Fontes	Advogado e Professor
33	Luiz Antonio Barreto	Jornalista
34	Luiz Fernando Ribeiro Soutelo	Economista e Professor
35	Luiz José da Costa Filho	Advogado e Professor
36	Manuel dos Passos Oliveira Teles	Advogado e Professor
37	Maria Lígia Madureira Pina	Professora
38	Maria Thétis Nunes	Professora
39	Mário de Araújo Cabral	Advogado, Professor e Jornalista
40	Urbano Lima de Oliveira Neto	Engenheiro Agrônomo
41	Wagner da Silva Ribeiro	Advogado e Professor
42	Zózimo Lima	Jornalista

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, a partir de Nascimento, 2017

Como apresentado no quando anterior, 42 acadêmicos/as figuram como autores de publicações na Revista do IHGSE. Somadas as publicações de todos esses acadêmicos, foram registrados 208 artigos correspondente ao período em análise (1913 a 2017). Mas, quais as temáticas abordadas? Quais os intelectuais que mais produziram? Qual a participação das mulheres/acadêmicas no resultado dos levantamentos? São aspectos discutidos em seguida.

As publicações da Revista do IHGSE abordam diversas temáticas, exceto quando a edição é alusiva a algum marco comemorativo ou dedicada a um intelectual. Temas sobre documentos inéditos, discursos, transcri-

ções de conferências, apresentação dos editores, ações da diretoria, geografia física, educação, comissões, atas de reuniões, biografias, notícias, necrológicos, dentre outros. Além de contribuir para a mediação da produção dos seus sócios, a revista também tem um caráter informativo com relatos de doações de livros, transcrições de atas, relação de sócios e notas de falecimento.

Dentre as temáticas abordadas nas publicações dos/as acadêmicos/as da ASL na RIHGSE, o maior número é de estudos biográficos. Assim, das 208 publicações coletadas nas edições da revista, no período destacado, 64 escritos apresentam estudos biográficos, o que representa 30,7% do total da produção, denotando o interesse e/ou investida desses estudos nos escritos dos acadêmicos/as que publicaram na revista.

Esses estudos biográficos publicados pelos acadêmicos/as na RIHGSE caracterizam-se como uma escrita interessada em “enaltecer e engrandecer aquele que seria biografado”¹⁸, ou seja, são escritos que tiveram como finalidade a exaltação de personalidades consideradas referências para o estado, a respeito das quais os sergipanos deveriam conhecer e buscar imitar suas trajetórias e contribuições. A partir da década de 2000, percebe-se modificação nesse enfoque, com a incorporação de novas abordagens na escrita biográfica advindas da publicação de estudos resultantes, sobretudo, de estudos desenvolvidos em cursos de pós-graduação.

A temática educacional é bastante diminuta no conjunto dos escritos dos acadêmicos/as na revista. Assim, foram encontrados apenas quatro artigos produzidos por acadêmicos da ASL que retratam aspectos educacionais, foram eles: Zózimo Lima, com o artigo “O Esperanto em Sergipe” (1959); José Amado Nascimento, com o texto “Educadores e Sociólogos se completam e se precisam hoje mais do que nunca” (1960); Francisco Rollemberg, com o artigo “Os sergipanos estudantes da Faculdade de Direito do Recife no eleitorado de sua província” (1989); e Acrísio Torres, que escreveu “Os mestres de outros tempos” (2009). O quadro em sequência destaca os nomes dos acadêmicos/as da ASL que mais publicaram na Revista do IHGSE, temos o seguinte quadro:



18 SCHWARCZ, L. M. Biografia como gênero e problema in: *Revista História Social*. Campinas. Nº 24, 2013, p. 51 – 73. Disponível em: < <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/issue/view/94/showToc>> acesso em outubro/2017

Quadro 03 – Acadêmicos/as da ASL que mais publicaram na Revista do IHGS.

Nº	Acadêmicos (as)	Quantitativo de artigos
01	Epiphânio da F. Dória e Menezes	42
02	Joaquim Prado Sampaio Leite	24
03	Maria Thétis Nunes	15
04	João Pires Wynne	13
05	Manuel dos Passos Oliveira Teles	12
06	Felte Bezerra	08
07	Luiz Antônio Barreto	08
08	José Sebrão Sobrinho	07
09	José Silvério Leite Fontes	06
10	Zózimo Lima	05
11	José Amado Nascimento	05
12	Luiz Fernando Ribeiro Soutelo	05

Fonte: Revistas do IHGSE¹⁹ e Nascimento, 2017.

Das informações apresentadas no quadro anterior é possível inferir, cruzado com outras informações levantadas, a preponderância da escrita de acadêmicos/as da ASL que exerceram cargos na diretoria do IHGSE, a exemplo dos três que mais publicaram. Por outro lado, observa-se que esses intelectuais também exerceram alguns cargos na ASL, destacando o Epiphânio da F. Dória e Menezes que atuou na ASL, como tesoureiro e bibliotecário.

As publicações dos/as acadêmicos/as que mais publicaram na RHHGSE, em geral, também revelam algumas particularidades quanto aos assuntos de maior interesse. Assim, no conjunto dessas publicações se destacam, além dos escritos biográficos, temáticas sobre a História de Sergipe, discursos de homenagens às figuras consideradas ilustres, estudos sobre a cultura sergipana, necrológicos, estudos geográficos, dentre outros.

O destaque dos escritos da acadêmica Maria Thétis Nunes na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

De acordo com as fontes apresentadas nesse artigo, as primeiras mulheres admitidas como sócias do IHGSE foram Leonor Teles de Menezes e

19 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Aracaju. 1913 a 2017. Disponível em: <http://ihgse.org.br> Acesso: setembro a novembro de 2018.

Ítala Silva de Oliveira, como consta na Ata do dia 06 de outubro de 1916²⁰. A presença feminina na ASL ocorreu somente no final da década de 1970, com a eleição da Professora Núbia Marques, em 1978. No período em análise, foram eleitas como imortais:

Quadro 04 – Acadêmicas empossadas entre 1978 e 2017.

Nº	Acadêmicas	Ano da posse
01	Núbia do Nascimento Marques	1978
02	Ofenísia Soares Freire	1980
03	Maria Thétis Nunes	1983
04	Carmelita Pinto Fontes	1984
05	Gizelda Santana de Moraes	1992
06	Maria Lígia Madureira Pina	1998
07	Aglaré D'Ávila Fontes	2004
08	Marlene Alves Calumby	2004
09	Clara Leite de Rezende	2004
10	Luzia Maria da Costa Nascimento	2007
11	Ana Maria do Nascimento F. Medina	2008
12	Patrícia Verônica S. de Souza	2012
13	Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira	2017

Fonte: Nascimento (2017)²¹

De acordo com Freitas (2002) “O gênero feminino somente passa a colaborar a partir de 1939 com Maria Alice Firpo (discurso sobre Tobias Barreto) e Carmem Sobral (discurso sobre Tobias Barreto)”²², o que demonstra a exígua participação das mulheres, situação que começa a se modificar a partir dos anos 1980. A história das mulheres aponta para a existência de uma internalização da discriminação e da dominação que negou a elas o poder da linguagem como um conjunto de elementos capazes de contribuir para o entendimento do seu cotidiano. Chartier (1995)²³ anuncia que a linguagem não é apenas o conjunto de palavras de uma língua, mas é, também, discurso, uma forma de tornar o cotidiano inteligível, interferindo na maneira de se experimentar o mundo.

20 ATAS DAS SEÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju. nº 09, 1920, p. 247. Disponível em: <http://revistaihgse.org.br/index.php/revista/issue/view/16>. Acesso em setembro de 2018.

21 NASCIMENTO. José Anderson. Op. Cit.

22 FREITAS, Itamar. Op. Cit., p. 27.

23 CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*- fazendo história das mulheres, nº 4, p. 40-42, 1995.

A história da literatura de autoria feminina mostra que o controle da escrita cerceou, durante muito tempo, a autonomia necessária para que as mulheres pudessem romper com uma história de silêncio a elas imposta, impedindo-as de expressar seu pensamento através da linguagem escrita. Para Tedeschi (2016), a prática feminina da escrita de variados gêneros textuais pode ser vista “como algo que ocorreu marcado pela necessidade das mulheres de se inscreverem no mundo masculino das letras e pelo risco iminente de serem apagadas dele”²⁴, impulsionando as mulheres a se aventurarem na escrita.

Inicialmente restritas a uma escrita no âmbito privado da família, as mulheres se apropriaram, conforme Perrot (2005), “de todos os campos da comunicação e da criação: poesia, romance sobretudo, história às vezes, ciência e filosofia mais dificilmente”²⁵, passando, progressivamente, a ocupar um cenário outrora eminentemente masculino.

Nos levantamentos dos escritos dos acadêmicos da ASL na Revista do IHGSE, transparece com presença bastante expressiva as produções da historiadora, professora e imortal da ASL Maria Thétis Nunes, autora de 15 artigos e figurando em terceiro lugar entre todos os acadêmicos que escreveram na RIHGSE. Tais publicações também coincidem com o período que a Prof.^a Thétis exerceu cargos na diretoria do IHGSE.

Maria Thétis Nunes Nasceu na cidade de Itabaiana SE, no dia 06 de janeiro de 1923 e faleceu, na cidade de Aracaju, no dia 25 de outubro de 2009. Estudou no Atheneu Sergipense no período de 1935 a 1941, concluindo os cursos secundário e o pré-jurídico. Em 1946, graduou-se em Geografia e História, pela Faculdade Católica da Bahia. No mesmo ano foi aprovada no concurso da Cátedra de Geografia do Atheneu Sergipense. Na ASL foi eleita imortal em 1983, ocupando a cadeira de nº 39. Também foi a primeira mulher a exercer o cargo de presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

As outras acadêmicas da ASL que publicaram na Revista do IHGSE foram Ana Maria do N. Fonseca Medina (2 artigos) e Maria Lígia Madureira Pina (1 artigo). A primeira foi eleita em 2008 para a cadeira de nº 16 da ASL, tendo como atuação principal as atividades do magistério e atividades no setor dos cerimoniais do Tribunal de Justiça e Prefeitura Municipal de Aracaju. A segunda, Maria Lígia Madureira Pina, foi eleita em 1997, para a cadeira de nº 27, exerceu o magistério em diversos colégios em Aracaju, em especial o Colégio Atheneu e o Colégio de Aplicação da UFS.

24 TEDESCHI, Losandro Antonio. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. *Raído*, Dourados, MS, v.10, n.21, jan./jun. 2016, p.157.

25 PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005, p.13.



Considerações finais

Os intelectuais do IHGSE fomentaram a criação de instituições culturais sergipanas, dentre elas, a ASL. Por intermédio da sua revista, esses intelectuais evidenciam o seu papel de mediadores, ou seja, promovendo a disseminação dos seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, fortalecendo o seu capital cultural. No que concerne a formação acadêmica desses intelectuais, percebe-se a concentração nos cursos de direito, medicina e engenharia. E, quanto as atividades profissionais exercidas, além de terem atuado como profissionais liberais ou agentes do estado em áreas relacionadas com a formação acadêmica, a maioria exerceu a atividade no magistério no ensino secundário, principalmente no Colégio Atheneu Sergipense. Constatou-se que 42 acadêmicos(as) da ASL publicaram na Revista do IHGSE, no período de 1913 a 2017. Os artigos discorrem sobre diversas temáticas, sobressaindo os trabalhos referentes à produção de biografias. Outro aspecto verificado foi a diminuta publicação de autoria das mulheres acadêmicas na Revista do IHGSE, pois somente três publicaram no periódico. O maior número de publicações foi da professora e historiadora Maria Thétis Nunes que publicou 15 artigos, sendo o terceiro maior quantitativo de publicação entre os intelectuais da ASL – homens e mulheres – que veicularam seus trabalhos nesse periódico.





SEÇÃO COMEMORATIVA

Felisbello Freire e a Casa de Sergipe

Samuel Albuquerque*

269

Realizou-se como fôra previamente anunciada, ás 19 horas de ante-hontem, a sessão solene do Instituto Histórico, em homenagem á memória do inolvidavel sergipano dr. Felisbello Freire, sócio honorario d'aquella douta associação. | O acto foi presidido por s. ex. o sr. general Oliveira Valladão, Presidente do Estado e sócio benemerito do mesmo Instituto. | [...] O discurso [do dr. Prado Sampaio, orador do Instituto,] lembrou os serviços prestados pelo illustre morto á causa da abolição e da Republica, não só em Sergipe como em todo o paiz. | [...] Pelo desembargador Armindo Guaraná, foi requerida a inserção de um voto de pesar pelo passamento do notável patricio e pelo dr. Octaviano Oliveira que o Instituto inaugurasse o retrato do dr. Felisbello Freire no seu salão de honra. | Approveds unanimemente [os] ditos requerimentos, s. ex. o sr general Oliveira Valladão, Presidente Honorario do Instituto, ao terminar agradeceu aos presentes a associarem-se a aquella justa homenagem que o Instituto Histórico prestava á memória de um dos filhos mais illustres de Sergipe [...] (Clodomir Silva, jornal Estado de Sergipe, Aracaju, 9 jun. 1916).

Passados cem anos da morte de Felisbello Freire, passados cem anos da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico em homenagem ao seu ilustre sócio honorário, a Casa de Sergipe, sob minha presidência, tornou a celebrar a memória do historiador, cujo legado intelectual foi tema do V Congresso Sergipano de História & V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, realizado em outubro de 2016.

O médico e político Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1858-1916), sabemos, deixou um importante legado à historiografia brasileira. São de sua lavra, por exemplo, a *História de Sergipe* (1891), a *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893* (1896), a *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil* (1894 e 1895), a *História Territorial do Brasil* (1906), *Os portugueses no Brasil* (1907), a *História do Banco do Brasil* (1907) e a *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1912 e 1914).

* Professor da UFS e sócio do IHGSE

A programação do congresso que tomou a obra de Felisbello como tema desdobrou-se, com pleno sucesso, entre os dias 24 e 27 de outubro de 2016, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em Aracaju.

Brilhantes foram as conferências, cujos textos, em parte, conseguimos aqui reunir. Na noite do dia 24 (segunda-feira), o Prof. Dr. Francisco José Alves (UFS) tratou da *Teoria da História em Felisbello Freire*. O Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (UFF), por sua vez, tratou do *Rio de Janeiro na historiografia de Felisbello Freire*, na noite do dia 25 (terça-feira). A Profa. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) e a Profa. Dra. Joceneide Cunha (UNEB) trataram, respectivamente, do *Espírito Santo na Historiografia de Felisbello Freire* e da *Bahia na historiografia de Felisbello Freire*, na noite do dia 26 (quarta-feira). Encerrando o evento, tratei da *Escrita de si na 'História de Sergipe' de Felisbello Freire*, na noite do dia 27 (quinta-feira).

A mesa redonda *Felisbello Freire, a pesquisa e o ensino de História*, realizada na tarde do dia 27, contou com as também brilhantes participações da Profa. Dra. Terezinha Alves de Oliva (IHGSE) e da Profa. Me. Lenalda Andrade Santos (IHGSE), seguidas pela Profa. Maria Fernanda dos Santos (discente PROHIS/UFS) e pelo Prof. Marcos Vinicius Melo dos Anjos (SEED/SE).

O evento contou com cerca de 150 trabalhos, apresentados em mais de uma dezena de simpósios temáticos, coordenados por profissionais de vários estados. Além disso, os sete minicursos oferecidos foram bastante concorridos, e a divulgação de obras de autores sergipanos surpreendeu pela demanda.

Evidentemente, um evento tão bem sucedido – que contou com mais de três centenas de inscritos – não foi fruto de diminutos esforços. Na ocasião, manifestamos gratidão aos que faziam a Associação Nacional de História - ANPUH/SE, representados por seu presidente, o professor Diogo Monteiro; aos conferencistas e palestrantes que aceitaram partilhar os resultados de seus estudos e pesquisas, muitos deslocando-se dos seus estados de origem para dar vida ao evento; à Universidade Tiradentes, pelo apoio e parceria, abrigando os minicursos e simpósios temáticos nas salas do Campus Centro; aos coordenadores de simpósios temáticos e ministrantes de minicursos, que também deram vida e fizeram daquele um evento multifacetado; além dos dedicados monitores, estagiários e funcionários do IHGSE.

A quinta edição do Congresso Sergipano de História congregou profissionais e estudantes de História e áreas afins, aprofundando discussões sobre a historiografia de Felisbello Freire, bem como os seus reflexos na pesquisa e no ensino de História. Foi um evento à altura da importância da obra de Felisbello Freire, tão significativa para todos nós, pedra angular da historiografia sergipana.



Coroando as recentes iniciativas em torno da obra de Felisbello Freire, os editores da Revista do IHGSE decidiram pela publicação do material que, com muito esforço, consegui reunir após a realização do evento de 2016. Além dos editores, João Paulo Gama Oliveira e Joaquim Tavares da Conceição, preciso registrar gratidão aos professores Paulo Knauss de Mendonça e Adriana Pereira Campos, conferencistas que reagiram ao desafio de verter os textos-base de suas falas em artigos para nossa centenária revista, que circula desde 1913.

Vida longa ao legado de Felisbello! Vida longa ao nosso Instituto Histórico e sua Revista!



Escrita de si na *História de Sergipe* de Felisbello Freire

Samuel Albuquerque*

Resumo

Consenso entre os estudiosos da Historiografia Sergipana, Felisbello Freire (1858-1916) é considerado o pioneiro nos fazeres historiográficos no estado. Sua *História de Sergipe*, publicada em 1891, é a mais consagrada síntese histórica sobre Sergipe. Este trabalho estuda a obra de Felisbello, destacando seu caráter autobiográfico, analisando como aspectos da biografia do autor mulato e republicano influíram na narrativa produzida sobre a história de sua província natal, sobretudo ao tratar do século XIX.

Palavras-chave: Felisbello Freire; Escrita de si; História de Sergipe – século XIX.

Abstract

A consensus among the researchers of Sergipe's Historiography, Felisbello Freire (1858-1916) is considered a pioneer in the state's historiographic work. His *História de Sergipe*, published in 1891, is the most consecrated historic synthesis about the state of Sergipe. This work studies the work of Felisbello, highlighting its autobiographical character and analyzing how aspects of the author's biography, a brown man who was also a republican, influenced in the narrative of the history of his homeland province, especially when dealing with the 19th century.

Keywords: Felisbello Freire; Writing of the self; History of Sergipe – 19th century.



* Professor da UFS e sócio do IHGSE

Tomado de excitação, Felisbello deixou a Tipografia Perseverança. Perambulando pelas ruas do centro do Rio, folheava sua *História de Sergipe*, que acabara de ficar pronta. Era o primeiro livro do médico e a pedra fundamental da historiografia sergipana, lançada naquele ano de 1891.

Mesmo que abdicássemos da imaginação histórica, registrando, friamente, que a *História de Sergipe* foi publicada em 1891, pela Tipografia Perseverança, no Rio de Janeiro, não poderíamos ignorar o significado do fato. A obra inaugurou a historiografia sobre o pequeno estado da federação e consagrou-se como a mais importante síntese da história de Sergipe¹.

Desde a emergência dos estudos de história da historiografia sergipana, em princípios da década de 1970, o pioneirismo da obra de Felisbello Freire vem sendo destacado.

Silvério Fontes, mesmo registrando a “preocupação historiográfica” do comendador Travassos em seus *Apontamentos históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe (1875)*², considerou Felisbello o fundador da historiografia sergipana propriamente dita, com sua incontornável *História de Sergipe* (FONTES, 1972: 5)³, que seria “o mais valioso estudo global da história sergipana” (FONTES, 1973: 383)⁴.

Para Vladimir Souza Carvalho, os livros de Felisbello (referindo-se, também, ao *História territorial do Brasil*, de 1906)⁵ seriam “os dois maiores monumentos” da historiografia sergipana, “a ponto de, depois deles, não aparecer nenhum outro de destaque e mérito equivalentes” (CARVALHO, 1973: 12)⁶.

José Calazans considerou Felisbello o “primeiro historiador de Sergipe”, o “pai da historiografia sergipana”. A ausência de uma historiografia local teria levado Felisbello a “começar do nada”, fato que engrandeceria a “realização empreendida e levada a bom termo” (CALAZANS, [1973] 1992: 13-14)⁷.

Itamar Freitas, tratando da malograda proposta de um concurso para a escolha da “mais perfeita história da Província de Sergipe” – lançada pelo então deputado Sílvio Romero à Assembleia Provincial de Sergipe, em mea-

1 FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia de Sergipe (1575-1855)*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891.

2 TRAVASSOS, Antonio José da Silva. *Apontamentos historicos e topographicos sobre a Provincia de Sergipe*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1875.

3 FONTES, José Silvério Leite. Historiografia Sergipana. In: Levantamento das fontes primárias da história de Sergipe. *Cadernos da UFS*, Aracaju, n. 1, p. 4-7, 1972.

4 FONTES, José Silvério Leite. Vultos da historiografia brasileira: Felisbello Freire (1858-1915). *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, n. 49, p. 381-385, set. 1973.

5 FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia territorial do Brazil (Bahia, Sergipe e Espirito Santo)*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1906. p. 273-363.

6 CARVALHO, Vladimir Souza. A História em/de Sergipe. In: *Santas Almas de Itabaiana Grande*. Itabaiana: O Serrano, 1973. p. 11-15.

7 SILVA, José Calazans Brandão da. Introdução ao estudo da Historiografia Sergipana. In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1992 (Coleção João Ribeiro). p. 7-37.



dos da década de 1870 – concluiu que “a tão esperada *História de Sergipe* seria publicada apenas em 1891, por Felisbello Freire” (FREITAS, 2007: 28)⁸.

Entre os nomes mais consagrados da historiografia sergipana, Maria Thetis Nunes assinalou que, “como historiador, [Felisbello] deixou diversas obras importantes, destacando-se a *História de Sergipe*, publicada em 1891, e que continua, até hoje, como a melhor interpretação, em conjunto, da evolução histórica sergipana” (NUNES, 1984: 126)⁹.

Ibarê Dantas, ao estudar a “criação da Casa de Sergipe”, registrou que, “[em 1912,] entre os historiadores sergipanos afastados de sua terra, estava Felisbello Freire (1858-1916), o primeiro a publicar uma análise sistemática e de grande importância sobre a *História de Sergipe* (1891)” (DANTAS, 2012: 25)¹⁰. Décadas antes, Ibarê já considerava que

[a obra] representa no todo a síntese de maior mérito sobre o Estado [...], não apenas por representar um trabalho imprescindível para quem procura conhecer o passado de Sergipe, mas também pelo desafio que significa para os historiadores sergipanos que, malgrado seus projetos, ainda não construíram uma síntese que superasse ou continuasse o estudo de Felisbello Freire (DANTAS, 1978)¹¹.

Pioneiro no estudo do conjunto da obra de Felisbello, Bonifácio Fortes, em 1958, considerava que a *História de Sergipe* seria “a única sistematização séria da História sergipana” (FORTES, 1958: 40)¹². Já Francisco José Alves, principal estudioso da historiografia de Felisbello, assinalou:

A *História de Sergipe* de F. Freire inaugura a historiografia científica do Estado. Até então tínhamos memórias e descrições. Com esta obra temos a primeira tentativa de interpretação científica da História estadual. Valendo-se do evolucionismo, paradigma científico hegemônico na época, Freire oferecerá uma síntese da evolução de Sergipe (ALVES, 1991)¹³.

8 FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

9 NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Educação e comunicação, 13). Verificar observação similar na página 178 da mesma obra e no artigo ‘Felisbello Freire, o historiador’ (Nunes, 1987: 92-93) [NUNES, Maria Thetis. Felisbello Freire, o historiador. *Caderno de Cultura do Estudante*, Aracaju, n. 4, p. 92-93, 1987].

10 DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE, 1912-2012*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012 (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15).

11 DANTAS, Ibarê. Do regional ao nacional, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1978, p. 2.

12 FORTES [NETO], [José] Bonifácio. *Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constituinte*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1958.

13 ALVES, Francisco José. Centenário de uma história inaugural, *Jornal da Manhã*, Aracaju, 29 dez. 1991, Arte e Palavra, p. 6.



Acredito que a tese da “síntese não superada”, felizmente, expirou, considerando que a historiografia sergipana, sobretudo a partir de década de 1980, passou a receber significativas contribuições de autores como Ibarê Dantas e Maria Thetis Nunes. Sobre essa questão, considero que a contribuição de Felisbello foi superada, no que diz respeito à História da Capitania de Sergipe, pelo conjunto do legado de Maria Thetis Nunes – com os livros *Sergipe Colonial I* (1989)¹⁴ e *Sergipe Colonial II* (1996)¹⁵ – e Luiz Mott – com os livros *Sergipe del Rey* (1986)¹⁶, *A Inquisição em Sergipe* (1989)¹⁷ e *Sergipe Colonial e Imperial* (2008)¹⁸. Quanto à História da Província de Sergipe, Felisbello foi superado por Ibarê Dantas, que, em 2009, publicou a biografia do senador *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel*, estudando com afinco a política e a sociedade sergipana oitocentista¹⁹.

Ainda assim, considero que Felisbello e sua obra representam a cumeeira da historiografia sergipana. Todavia, preocupa-me o fato de, há mais de um século, a celebrada *História de Sergipe* ser tomada, grosso modo, como um livro sagrado, reproduzido irrefletidamente por sucessivas gerações de estudiosos do passado sergipano.

Todo texto historiográfico é, potencialmente, um documento histórico. E, sabemos, “nenhum documento é inocente”. Nesse sentido, ocupar-me-ei de uma releitura dessa obra (incontestavelmente importante), atentando para o seu caráter autobiográfico – percebendo como a historiografia está impregnada da biografia do historiador.

Os autores dos principais perfis biográficos de Felisbello limitaram-se a indicar o nome dos seus pais, o coronel Felisbello Firmo de Oliveira Freire e dona Rosa do Amarante Góes Freire, e o seu nascimento, em 1858, em Itaporanga. O fato de ele ser neto de Luís Francisco Freire (179?-1856), influente senhor de engenhos do vale do Vaza-Barris, e sobrinho do Barão de Laranjeiras, Felisberto de Oliveira Freire (1819-1889), senhor do Engenho Belém, também é evocado. O que se ignorou ou se ocultou, todavia, foi a origem mestiça do renomado historiador.

Conforme o registro de casamento dos pais de Felisbello, que localizei no arquivo da Paróquia Nossa Senhora d’Ajuda, o coronel Felisbello Firmo

14 NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Sergipe: UFS, 1989.

15 NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

16 MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe del Rey*: população, economia e sociedade. Aracaju: FUNDESC, 1986 (Coleção Jackson da Silva Lima).

17 MOTT, Luiz Roberto de Barros. *A Inquisição em Sergipe*. Aracaju: FUNDESC, 1989 (Coleção Jackson da Silva Lima).

18 MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Colonial e Imperial*: religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

19 DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)*. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

de Oliveira Freire era filho natural de certa Inez das Virgens que, naquele ano de 1857, residia na vila de Itaporanga²⁰. Por sua vez, o inventário *post-mortem* de Luís Francisco Freire, datado de 1856, atesta que o patriarca da família e antigo senhor dos engenhos Roma, Belém e Jerusalém, reconheceu sua descendência bastarda, assumindo o papel de provedor e transmitindo-lhe seu sobrenome²¹.

Provavelmente, era na avó Inez que os desafetos políticos de Felisbello buscavam inspiração para afirmar, por exemplo, que sua “ascendência vai entroncar na nobre árvore genealógica das senzalas do Engenho Belém” (DANTAS, 2009: 238)²². Teria a avó Inez passado de cativa a amásia do avó Luís Francisco? Quem sabe um biógrafo à altura do nosso primeiro historiador possa, entre outras coisas, relacionar a história familiar com a militância de Felisbello nos movimentos abolicionista e republicano.

É preciso assinalar que, muito provavelmente, Felisbello empenhou-se em ocultar ou, ao menos, omitir sua origem mestiça. Na tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 1881, por exemplo, o autor forjou uma relação legítima entre os seus avós paternos, registrando o nome da avó Inez das Virgens acrescido do sobrenome Freire. Nesse sentido, há divergências entre os registros paroquiais e os registros constantes nos elementos pré-textuais da tese de Felisbello, no que diz respeito ao nome de sua avó (simplesmente Inez das Virgens, para a Igreja)²³. Sabemos, todavia, que, em princípios da década de 1880, os registros válidos eram os eclesiásticos (certidões de batismo, casamento e óbito). Somente em fins daquela década, com a República, foram criados o casamento e os registros civis na esfera governamental.

Considerando a indissolubilidade do casamento católico e o fato de o avó paterno de Felisbello ter deixado viúva, em 1856, a senhora Adriana Francisca Freire (mãe, entre outros, de Alexandre Freire do Prado, do Engenho Carvão, em Divina Pastora, e de Felisberto de Oliveira Freire, do Engenho Belém, em Itaporanga d’Ajuda – futuro Barão de Laranjeiras), conforme consta no mencionado inventário de Luís Francisco Freire, concluo que o jovem autor da tese médica de 1881 atribuiu à sua avó paterna um sobrenome que ela nunca ostentou.

20 REGISTRO DO CASAMENTO de Felisbello Firmo de Oliveira Freire com Rosa Benta de Araújo [Góes] Mello. Itaporanga d’Ajuda, 1857. In: Livro de registro de casamentos – 1845/1877, número 579, p. 82 (anverso). Arquivo da Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora d’Ajuda, Itaporanga/SE.

21 INVENTÁRIO *post-mortem* de Luis Francisco Freire. São Cristóvão, 1856. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo São Cristóvão/Cartório do 1º Ofício, caixa 12, número geral 25.

22 DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)*. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

23 FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Os caracteres clinicos da cirrhose hypertrophica são sufficientes para classificar-a como uma molestia distincta da cirrhose atrophica?*. Bahia: Imprensa Economica, 1881 (Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia).



Forjando uma origem socialmente “legítima”, o resultado parece ter sido satisfatório para Felisbello. Ao menos é isso que indica a principal peça celebrativa do centenário de nascimento do médico, em 1958. Em discurso publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o acreditado professor Bonifácio Fortes repetia que os avós paternos de Felisbello eram “[...] o T. cel. Luiz Francisco Freire e Inez das Virgens Freire” (Fortes [Neto], 1958: 7)²⁴.

Finalmente, assinalo que, na produção dos monumentais dicionários biobibliográficos de Sacramento Blake (1893)²⁵ e Armindo Guaraná (1925)²⁶, que veicularam os principais perfis biográficos de Felisbello, empregou-se, sempre que possível, o método dos questionários enviados aos “ilustres” brasileiros que se eternizariam nos verbetes daquelas obras. É provável que nosso Felisbello tenha, cuidadosamente, respondido questionários encaminhados por Blake e Guaraná, divulgando a melhor e mais conveniente versão de si²⁷.

O “esquecimento” em torno da condição mestiça de Felisbello, entretanto, é bastante compreensível. Gilberto Freyre, ao estudar a “ascensão do bacharel e do mulato” no Brasil do século XIX, refere-se aos notáveis “brancos-novos”, mulatos que, “pela ascensão econômica ou intelectual, tornaram-se oficialmente brancos”, e menciona, entre outros, figuras como Machado de Assis, alcunhado de “mulato inglês”, por sua sobriedade, equilíbrio e reticência; e o fino, malicioso e sutil barão de Cotegipe (Freyre, [1936] 2003: 790)²⁸. Assim, a condição de médico, de homem de letras e de político destacado pode ter embranquecido Felisbello ao ponto de os seus perfis biográficos omitirem qualquer referência à sua origem mestiça.

Gilberto também notou e anotou que certos comportamentos e trajos seriam “capazes de aristocratizarem homens de cor, mulatos, ‘morenos’” (Freyre, [1936] 2003: 722)²⁹. Penso que os registros fotográficos de Felis-

24 FORTES [NETO], [José] Bonifácio. *Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constituinte*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1958.

25 BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Felisbello Firmo de Oliveira Freire. In: *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 326-327.

26 GUARANÁ, Armindo. Doutor Felisbello Firmo de Oliveira Freire. In: *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 83-86 (além das páginas 24, 48 e 255-257).

27 Mesmo considerando que o dicionário de Guaraná é posterior a Felisbello, é preciso assinalar que sua publicação é posterior ao próprio Guaraná, morto em 1924, e que sua elaboração remete às últimas décadas do século XIX, quando Felisbello estava vivo e atuante no campo político e intelectual.

28 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003

29 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.



belo que sobreviveram, por exemplo, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, dão-nos uma ideia clara dessa aristocratização dos mulatos³⁰.

Mas, certamente, a explicação para o caso Felisbello Freire não se encerra aí. Além desse “efeito branqueamento”, penso, de fato, ter havido um hercúleo esforço por parte de Felisbello para que o seu mulatismo passasse “em brancas nuvens”. Afinal, em se tratando dos intelectuais sergipanos de fins do século XIX e princípios do século XX, por que lembramos, claramente, que Tobias Barreto era mulato e esquecemos (desconhecemos, na verdade) que Felisbello também o era?

Ocultando ou omitindo a origem escrava de sua avó paterna, Felisbello parecia não lidar bem com sua condição de mulato. Entretanto, em *História de Sergipe* (1891), ele enfrentou a questão, vertendo-a em considerações sobre o papel do mulato na sociedade brasileira e sergipana de fins do século XIX.

Para Felisbello, o mestiço, notadamente o mulato, seria o elemento característico da civilização brasileira. Resultado do “crusamento das tres raças, que por aqui puzeram-se em contacto [o português, o africano e o índio]”, ele teria feição própria e original, o “genuino typo brasileiro”, e seria a “força directora a que todos os povos se submettem” (FREIRE, 1891: XXX e XXIX).

Considero uma estratégia de autoafirmação o discurso de Felisbello sobre o lugar de proa do mulato na sociedade brasileira. Para ele, a “sub-raça” da qual fazia parte seria o “legítimo producto nacional”. Nesse sentido, vale transcrever algumas considerações do autor:

Ahi está o papel da raça mestiçada no Brazil, verdadeiro agente transformador e cujo trabalho de regeneração se faz sentir no momento actual, do meado deste seculo em diante, que constitue um verdadeiro periodo historico, o periodo de transformação (FREIRE, 1891: XXXV).

[...] entre as raças mestiças que do crusamento originaram-se, figura como offerecendo maior contingente ao peso especifico da população brasileira, o mestiço entre o branco e

30 Lilia Schwarcz explica que a “linha de cor” no Brasil foi e “é capaz de variar de acordo com a condição social do indivíduo, o local e mesmo a situação”. Entre nós, diz Schwarcz, “não só dinheiro e certas posições de prestígio embranquecem, mas, para muitos, a ‘raça’, transvestida no conceito de ‘cor’, transforma-se em condição passageira e relativa” (Schwarcz, 2012: 32). Dialogando com Valle e Silva, Schwarcz elege a expressão “raça social” para entender o “efeito branqueamento” existente no Brasil, relacionado à situação socioeconômica e cultural dos indivíduos. “Enriquecer, ter educação superior, frequentar locais sociais de um estrato mais alto, destacar-se nos esportes ou na educação, tudo leva a um certo embranquecimento. No país dos tons e dos critérios fluidos, a cor é quase um critério de denominação, variando de acordo com o local, a hora e a circunstância. É isso também que faz que ‘a linha de cor’ no Brasil seja, no limite, um atributo da intimidade e do fugidio, na qual se distingue ‘raça oficial’ de ‘raça social’ [...]” (Schwarcz, 2012: 106) [SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Agenda Brasileira)].



o africano, a que vulgarmente se chama o *mulato* (FREIRE, 1891: XL).

Queremos crer que, em virtude de um facto de acção muito geral, o *mulato* foi o mestiço de maior representação, de maior força transformadora, aquelle que procurou mais assimilar os caracteres da *raça branca* (FREIRE, 1891: XL).

O que podemos asseverar é que em Sergipe o *mulato* abunda mais do que o *cabra*, donde podemos concluir que o índio entre nós pouco collaborou (FREIRE, 1891: XLI)³¹.

Não por acaso, Felisbello era um mulato brasileiro, nascido em meados do século XIX, altamente identificado com sua ancestralidade europeia e que, ao modo dos aristocratas do vale do Vaza-Barris, negava a existência de índios em Sergipe³².

Aliás, a conclusão de que “[o *mulato*] foi o mestiço de maior força transformadora” (FREIRE, 1891: XL) somada à biografia de Felisbello nos faz lembrar de emblemáticas páginas escritas, décadas depois, por Gilberto Freyre. Conforme o mestre pernambucano, é impossível defrontar-se com o Brasil oitocentista sem atentar para “[...] duas grandes forças, novas e triunfantes, às vezes reunidas numa só: o bacharel e o mulato” (FREYRE, [1936] 2003: 711)³³. Felisbello reunia essas duas forças “novas e triunfantes”.

Homem de seu tempo, adepto do evolucionismo de Herbert Spencer, Felisbello julgava existir uma hierarquia entre as três raças formadoras do Brasil, relacionada ao grau de evolução rumo à civilização³⁴. Para o historiador, “o portuguez foi, pois, o mais poderoso e principal factor da civilização brasileira. Elle nos prende ao grupo das civilizações occidentaes”

31 Equivocadamente, Francisco José Alves concluiu que, para Felisbello, o predomínio de mulatos na população sergipana seria “um entrave ao desenvolvimento” (Alves, 2010: 162) [ALVES, Francisco José. *A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010].

32 Sobre a negação da existência de índios em Sergipe por parte dos aristocratas do vale do Vaza-Barris, consultar: DANTAS, 1976; e DANTAS, 1991 [DANTAS, Beatriz Góis. Índios e brancos em conflitos pela posse de terra: aldeia de Água Azeda, século XIX. *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. v. II, p. 421-452, 1976; DANTAS, Beatriz Góis. Os índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS e BANESE, 1991. p. 19-60].

33 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

34 Ao estudar a “rede dos conceitos” da historiografia de Felisbello, Alves concluiu que Spencer foi sua principal influência filosófica (Alves, 2010: 79). Conforme o estudioso, Felisbello aplica “à história do Brasil as teorias e os modelos da sociologia de Herbert Spencer (1820-1903). O filósofo inglês fornece ao historiador categorias fundamentais para a inteligência historiográfica do passado brasileiro. ‘Civilização’, ‘evolução’, ‘altruísmo’, ‘egoísmo’, ‘barbárie’... são conceitos tirados dos textos de Spencer” (Alves, 2010: 187) [ALVES, Francisco José. *A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010].



(Freire, 1891: XXX). Nesse sentido, o mestiço brasileiro herdara mais do português que das demais raças (FREIRE, 1891: XXIX e XXX).

O patriarca Luís Francisco Freire, alvíssimo filho de portugueses, representaria, na biografia do neto Felisbello, esse elemento que o ligava às “civilizações ocidentais”. Aliás, em 1881, Felisbello dedica sua tese médica à “veneranda memória” do avô que sequer alcançou, posto que Luís Francisco morrera cerca de dois anos antes do nascimento do neto mulato.

Em se tratando de escravidão no Brasil, Felisbello acreditava ser ela “a clava de Hercules do nosso pauperismo, de nosso character; que tem dificultado a organização de uma moralidade, pelo concubinato no lar domestico, pela proliferação dos filhos naturaes, dificultando os progressos da população, a equitativa distribuição da riqueza publica” (FREIRE, 1891: XXXIV). Com esse discurso, ele justificava, também, a origem ilegítima do seu ramo familiar paterno, fruto de um concubinato. A escravidão seria a culpada das mazelas da sociedade e, também, do desconforto que acompanhava o ilustre sergipano.

Sobre o “desconforto” do bacharel mulato no Brasil oitocentista, esclarece Gilberto Freyre:

Mulatos que tendo se bacharelado em Coimbra ou nas Academias do Império foram indivíduos que nunca se sentiram perfeitamente ajustados à sociedade da época; aos seus preconceitos de branquidade, mais suaves que noutros países, porém não de todo inofensivos (FREYRE, [1936], 2003: 728)³⁵.

A observação de Gilberto ilumina muito da personalidade de Felisbello, alguém que, apesar dos títulos, cargos ocupados e páginas escritas, jamais se sentiu ajustado socialmente ou suficientemente reconhecido nos campos onde militou. O que gritava o espelho a Felisbello era: “lembra-te que és mulato” - mesmo que fosse um “fino, eugênico e aseado mulato” (FREYRE, [1936] 2003: 732)³⁶. Não acredito que ele jamais tenha se sentido um “mulato triunfante”, ao modo de Machado e Cotegipe³⁷. Aliás,

35 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

36 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

37 Ao menos é isso que Felisbello demonstra na apresentação do seu último livro – *Historia da Cidade do Rio de Janeiro* (1912). O “humilde autor” alega que, por ter “a coragem de dizer e escrever a verdade”, fora perseguido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, instituição controlada por monarquistas e que adotava uma “posição sempre odiosa e traiçoeira” com intelectuais republicanos na década de 1890. “O Instituto tinha um fim de vingança contra mim” (p. V), declarou Felisbello, que também concluiu que “estava projectada a condenação” do seu livro pelo IHGB [FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*. Vol. I (1564-1700). Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912].

considerando a ligação de Felisbello com a Escola do Recife, também nos é cara a seguinte impressão de Gilberto Freyre:

O arrivismo de mulato, com todo o seu 'complexo de inferioridade', ligado ao arrivismo de novo-culto, esplende de modo tão forte que dói na vista, na grande figura de Tobias Barreto: mulato quase de gênio que para compensar-se de sua condição de negróide em face de brasileiros, portugueses, franceses ou afrancesados, requintou-se no germanismo, no alemanismo, no culto de uma ciência de brancos – os alemães – mais brancos que os franceses (FREYRE, [1936] 2003: 790)³⁸.

282

Foi impossível, ao longo dessas reflexões, não lembrar de uma das obras que mais chama a minha atenção no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Refiro-me ao óleo sobre tela *A Redenção de Cã* (1895), do artista espanhol Modesto Brocos. Ela reflete as teorias raciais difundidas no Brasil de fins do século XIX e a leitura popular de uma passagem do livro do Gênesis, que relaciona a maldição lançada por Noé sobre seu filho Cã (e seus descendentes) à escravidão negra.

A redenção de Cã (ou da sociedade mestiça brasileira) viria com a diluição do elemento de origem africana no elemento de origem europeia. É essa ideia que nos transmite a imagem da avó negra (quem sabe africana), de pé, agradecendo aos céus o milagre de sua filha, a maternal mulata ao centro da tela, ter gerado um menino branco e saudável, com seu esposo de talhe europeu (quem sabe um imigrante italiano).

Assim como na obra de Modesto Brocos, para Felisbello, quanto mais branco e europeu, melhor. O mulato seria o tipo mestiço que, mais facilmente, alcançaria a civilização, pois era o que mais tendia a se apropriar do legado genético e cultural europeu. Conforme nosso historiador,

Tendo estancado a corrente tupy, pela devastação e expatriação da raça, motivadas pela colonização, e tendo se extinguido a imigração africana, compreende-se facilmente que o mestiço tende a fundir-se e cruzar-se mais directamente com o typo branco, sendo mais rápida a evolução para elle galgar os caracteres de raça (FREIRE, 1891: XLIII).

Defendendo a necessidade de branqueamento da população de Sergipe, Felisbello registrou sua queixa acerca da concentração dos colonos

38 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

européus em regiões específicas no Brasil. Para ele, “[...] as correntes migratorias têm sido centralizadas em certas zonas do paiz, pela intervenção de um politica mesquinha e anti-patriotica” (FREIRE, 1891: XLIV).

Lamento similar aparece no momento do texto em que Felisbello traça um panorama da economia sergipana entre fins da década de 1880 e princípios da década de 1890, concluindo que “a instituição de estabelecimentos bancários e a imigração estrangeira são medidas inadiáveis” (FREIRE, 1891: LXXII).

Assinalemos que, em sua meteórica passagem pelo governo de Sergipe, Felisbello empenhou-se em fundar, justamente no vale do Vaza-Barris, colônias estrangeiras. Sobre esse assunto, destacou Bonifácio Fortes:

Felisbello [...] procurou e conseguiu instalar em Sergipe núcleos de colonização e imigração. A 28-II-1890 fundava no engenho Patrimônio, em São Cristóvão, uma colônia agrícola para colonos estrangeiros [...]. O segundo núcleo seria instalado no lugar Pintos, ainda em S. Cristóvão (Dec. 44, 12-5-1890) [...]. O núcleo do Patrimônio teve suas atividades bastante incrementadas ainda no govêrno Freire (FORTES, 1958: 16)³⁹.

283



As ideias e ações de Felisbello, todavia, não agradavam aos seguidores mais conservadores (e poderosos) da sociedade sergipana, que o consideravam um “medicozinho voluntarioso e difícil de ser ‘conversado’” (FORTES, 1958: 12)⁴⁰. Mais que isso, diriam: ele era um mulato.

Essa tensão ganhava, frequentemente, as páginas da Gazeta de Sergipe, “lídima porta-voz dos proprietários rurais”, segundo Bonifácio Fortes. Aliás, foi no referido periódico que Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909), influente político e senhor do engenho Serra Negra, lembrou ao presidente Felisbello que sua “ascendência vai entroncar na nobre árvore genealógica das senzalas do Engenho Belém” (MACIEL, 1890)⁴¹.

Tanto em *O espetáculo das raças* (1987), como em *Nem preto nem branco, muito pelo contrário* (2012), a leitura de Lilian Schwarcz ajudamos a compreender o discurso de Felisbello sobre o mulato na sociedade sergipana (e brasileira) de fins do século XIX.

39 FORTES [NETO], [José] Bonifácio. *Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constitucionalista*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1958.

40 FORTES [NETO], [José] Bonifácio. *Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constitucionalista*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1958.

41 MACIEL, Leandro [Ribeiro de Siqueira]. Resposta ao pé da Letra, *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 20 nov. 1890. In: DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009. p. 238.

A antropóloga explica que, no Brasil,

[...] ocorreu uma releitura particular [das teorias raciais em voga]: ao mesmo tempo que se absorveu a ideia de que as raças significavam realidades essenciais, negou-se a noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração, conforme previa o modelo original. [...] Tingido pela entrada maciça de imigrantes – brancos vindos de países como Itália e Alemanha –, introduziu-se no Brasil um modelo original, que, em vez de apostar que o cruzamento geraria a falência do país, descobriu-se nele a possibilidade do branqueamento (SCHWARCZ, 2012: 39)⁴².

Dando a palavra ao estudioso da “rede dos conceitos” que embala a historiografia de Felisbello Freire, arremata-se a questão. Conforme Francisco José Alves,

Felisbello é, evidentemente, um herdeiro do pensamento de Herbert Spencer. No entanto, é oportuno ressaltar que toda herança teórica é “um filtro crítico e transformador”. Assim, o historiador sergipano não é um mero repetidor do pensador evolucionista. Sua historiografia patenteia uma apropriação seletiva e heteróclita. Seletiva porque toma de Spencer alguns elementos e descarta outros e heteróclita porque “sintetiza” Spencer com outros autores, como H. T. Bucle, H. Taine, por exemplo. Herança, sim, mas crítica, seletiva e filtrante (ALVES, 2010: 142-143)⁴³.

É preciso, ainda, assinalar o distanciamento de Felisbello da vertente mais extremada e pessimista do evolucionismo no Brasil de sua época, cujo ícone seria o também médico (e também egresso da Faculdade de Medicina da Bahia) Nina Rodrigues, para quem “a mestiçagem existente no país parecia atestar a própria falência da nação” (SCHWARCZ, 2012: 20)⁴⁴. Pelo que vimos, Felisbello se aproxima da vertente da Escola de Recife, marcada por nomes como Tobias Barreto e Sílvio Romero, divulgadores do “suposto do evolucionismo social de que a ‘perfectibilidade’

42 SCHWARCZ, Lília Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Agenda Brasileira).

43 ALVES, Francisco José. *A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010.

44 SCHWARCZ, Lília Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Agenda Brasileira). Sugere-se a leitura de *Mestiçagem, degenerescência e crime*, de 1899, ou *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de 1894.



era possível para todos os grupos humanos” (SCHWARCZ, 2012: 21)⁴⁵. Por sua vez,

[Nina] não acreditava que todos os grupos humanos fossem capazes de evoluir igualmente e chegar ao progresso e à civilização. Além do mais, ao conferir às raças o estatuto de realidades estanques, defendeu que toda mistura de espécies seria sempre sinônimo de degeneração (SCHWARCZ, 2012: 21)⁴⁶.

Além de localizar o pensamento de Felisbello, não custa admitir sua relativa atualidade, em um país dotado de um racismo silencioso e que raramente se mostra publicamente. Schwarcz, lembra-nos que, na prática, a velha máxima do “quanto mais branco melhor” nunca foi totalmente deixada de lado.

Foi, por exemplo, nos sertões de Pernambuco, e da boca da minha avó Elza Medeiros de Albuquerque, alvíssima esposa do fazendeiro Apolinário Florentino de Albuquerque, meu avô “quartão”, que ouvi a “tabuada das misturas para ficar branco”. Décadas depois, reencontraria, quase sem retoques, a tabuada que me era tão familiar, recuperada e divulgada por Gilberto Freyre em “Sobrados e mucambos”:

1 branco com uma negra produz mulato
Metade branco, metade preto.
1 branco com uma mulata produz quartão
Trez quartos branco, e um quarto negro.
1 branco com uma quartão produz outão
7/8 branco e 1/8 negro.
1 branco com uma outona produz branco
Inteiraemente branco.
(FREYRE [1936], 2003: 778)⁴⁷

Possivelmente, sua condição de mulato, letrado e abolicionista, levou Felisbello a identificar-se com o secretário de governo Antonio Pereira Rebouças (1798-1880), fazendo dele um dos principais heróis da *História de Sergipe* (1891). Ponhamos, então, em revista o primeiro capítulo do livro III da obra, que trata do governo de Manoel Fernandes da Silveira (1757-1829), presidente da Província de Sergipe em 1824, muitíssimo influenciado pelo secretário Rebouças.

45 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Agenda Brasileira).

46 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Agenda Brasileira).

47 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.



Felisbello, claramente, justifica as ações do secretário que, sobrepondo-se ao presidente, protagonizou conflitos que desestabilizaram o governo Fernandes da Silveira.

Sem indicar as fontes que comprovariam um possível plano golpista de abril de 1824, o historiador registrou:

O plano chega ao conhecimento do presidente, que tinha junto a si, como secretario, um homem de um talento superior e de um espirito liberal, Antonio Pereira Rebouças, sobre quem caem principalmente os odios do partido adverso, porque nelle vê a alma da administração e a energia de um caracter decidido e franco (FREIRE, 1891: 265)⁴⁸.

286



Mesmo tendo de reconhecer a violação dos direitos dos portugueses estabelecidos em Sergipe, Felisbello segue heroicizando Rebouças:

Agora que idéas mais livres eram incutidas na opinião pelo secretario Rebouças, alma rebelde, espirito revolto, que tratava de fazer propaganda contra o privilegio de raças, os excessos da aristocracia, a prepotência que queria manter o partido corcunda; agora diziamos, offereceu-se oportunidade para as vinganças (FREIRE, 1891: 269).

Se o presidente ancião e o secretário mulato são os mocinhos, os políticos alcunhados de corcundas são os bandidos da narrativa de Felisbello, que afirma:

Realmente, se não fôra Rebouças, o brigadeiro Silveira, septuagenario, não poderia arcar vantajosamente com as dificuldades que vinham de um estado social tumultuoso, de uma sociedade cheia de ambiciosos, dificuldades que eram promovidas por cidadãos de alta representação, como os corcundas de então (FREIRE, 1891: 265).

48 A suspeitosa versão de Felisbello para esse episódio da história da Sergipe foi, irrefletidamente, reproduzida por historiadores como Maria Thetis Nunes, em trabalhos como “História de Sergipe, a partir de 1820” (1978) [NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe, a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978] e “Sergipe Provincial I: 1820/1840” (2000) [NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I (1820/1840)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000]; e Keila Grinberg, em seu excelente “O fiador dos brasileiros” (2002: 79-80). Todavia, Grinberg não deixou de assinalar que “relatos também diziam que a conspiração frustrada por Rebouças não passava de um desvario inventado por ele próprio” (Grinberg, 2002: 81) [GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002].

Mesmo mencionando as representações que, de todas as partes da província, se sucediam contra os excessos de Rebouças, “apontando-o como um revolucionário, um promotor de alterações da ordem publica”, Felisbello afirma: “Não era tal. Rebouças, espírito livre, revoltou-se por ver o autoritarismo e a prepotência que a aristocracia de Sergipe exercia sobre o povo. Lutou contra taes habitos e pregou a igualdade perante a lei, deixando no meio daquela sociedade o germen da liberdade, sempre abafada” (FREIRE, 1891: 270). Eis como se inventa um herói.

Para mim, Rebouças foi o herói no qual Felisbello encontrou a si próprio. Algo similar ao que concluiu Gilberto Freyre, ao tratar da identificação das pessoas com seus heróis: “há no culto dos heróis um pouco de agrado de gato – clássico agrado do gato ao homem: parecendo estar fazendo festa à perna do dono, o gato afaga volutuosamente o próprio pêlo” (FREYRE, [1936] 2003: 801)⁴⁹.

Gilberto Freyre socorre-nos, também, na compreensão das tensões que, envolvendo o mulatismo de Felisbello, produziam discursos como o do destemperado Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel e o discurso de Felisbello heroicizando Rebouças. No Brasil oitocentista, explica Gilberto, “[...] ‘centenas de bacharéis e doutores de raça cruzada’ [recuperando expressão utilizada por Sílvio Romero], [foram] atirados no País pelas academias: a do Recife, a de São Paulo, a da Bahia, a do Rio de Janeiro. Mais tarde, pela Escola Militar, pela Politécnica” (FREYRE, [1936] 2003: 801)⁵⁰.

E foi dialogando com outros dois sergipanos (“o guerrilheiro intelectual” Sílvio Romero e “o professor” Gilberto Amado), que Gilberto Freyre concluiu que esses “bacharéis e doutores de raça cruzada” associaram-se diretamente

[...] ao declínio do patriarcado rural do Brasil: a transferência de poder, ou de soma considerável de poder, da aristocracia rural, quase sempre branca, não só para o burguês intelectual – o bacharel ou doutor às vezes mulato – como para o militar – o bacharel da Escola Militar e da Politécnica, em vários casos negroíde (FREYRE, [1936] 2003: 725-726)⁵¹.

49 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

50 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

51 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.



Transcrevendo “páginas inteligentes” de Gilberto Amado, Freyre segue estudando a ascensão social do bacharel e do mulato na segunda metade do século XIX, destacando que, “no eclipse das grandes famílias arruinadas em consequência da extinção do tráfico e de outras causas acumuladas, [eles] substituem aos poucos nos prélis partidários, os filhos dos senhores de engenho, os viscondes, marqueses e barões, aparecendo no centro da arena à primeira luz da ribalta política”. Tratava-se de uma “fulgurante plebe intelectual, dos doutores pobres, jornalistas, oradores que de todos os pontos do País surgiam com a pena, com a palavra e com a ação, em nome do pensamento liberal, para dominar a opinião” (AMADO por FREYRE, [1936] 2003: 724)⁵². Felisbello compunha essa “fulgurante plebe intelectual”!

Também no Sergipe de fins do século XIX, dois mundos se encontravam e se chocavam: o da velha aristocracia (que, convivendo com tipos como Felisbello, deveria pensar: Oh, meu tempo, meu tempo!) e o da “fulgurante plebe” (que, ao modo de Felisbello, identificava-se com quem resistiu ao mando dos açucarocratas).

Décadas antes de Felisbello, Rebouças fora alvo do preconceito cultivado pelas elites sergipanas em relação aos mulatos. Conforme a historiadora Keila Grinberg, competente biógrafa de Rebouças, episódios de discriminação se repetiram na vida do rábula. Pouco antes de sua malfadada experiência sergipana, por exemplo, um fato doloroso ficaria registrado em suas memórias.

Em uma chácara nos arredores da Quinta da Boa Vista, em 1823, Rebouças “deu-se conta de que todo o prestígio que conseguira não tornara invisível a sua cor” (GRINBERG, 2002: 78)⁵³. Acompanhando o coronel João Dantas dos Imperiais Itapicuru (1773-1832)⁵⁴ em visita ao então deputado geral Araújo Gondim (1782-1826), foi preterido à mesa de jantar do político pernambucano, que julgara desagradar seus hóspedes “brancos e nobres” a presença do mulato.

Para Grinberg, o episódio do jantar representou uma “ferida [que] deve ter sido profunda” – tão profunda que Rebouças “não mais faria re-

52 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

53 GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

54 O coronel João Dantas dos Reis Portátil, depois João Dantas dos Imperiais Itapicuru, senhor do engenho Santo Antônio do Camuciatá, em Itapicuru, no nordeste da Bahia, foi figura destacada nas lutas pela independência do Brasil em terras baianas e sergipanas. Na historiografia sergipana, Maria Thetis Nunes dedicou-lhe atenção, em obras como *História de Sergipe, a partir de 1820* (1978) e *Sergipe Provincial I* (2000).

ferências a episódios como este em suas memórias”, embora eles tenham se repetido, concluiu (GRINBERG, 2002: 78)⁵⁵.

Baseada em interpretações de Felisbello Freire e Maria Thetis Nunes (que, em parte, reproduziu o discurso apaixonado de Felisbello), a historiadora carioca concluiu:

De fato, a desfeita do jantar não foi nada em comparação com o que aconteceria em 1824, quando Rebouças tomou posse como secretário da província de Sergipe. Incomodados justamente com o fato de ter um mulato à frente dos negócios do governo, os proprietários do local fizeram de tudo para tirá-lo de lá, o que conseguiram ao cabo de um ano (GRINBERG, 2002: 78)⁵⁶.

Grinberg, todavia, não ignorou dados revelados por fontes perscrutadas no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, que indicam os excessos do jovem secretário Rebouças e os ódios que deles se desdobraram. Nesse sentido, assinalou:

No dia marcado [para jurar a Constituição, 24 de junho de 1824], Rebouças dirigiu-se à Igreja e, tomando o texto do vigário-geral da paróquia, natural de Portugal, fez ele mesmo a leitura, permitindo ao padre somente celebrar a missa. Ao final, depois de se haverem dado os ‘Vivas da Etiqueta’, um dos tenentes-coronéis do Batalhão dos Henriques gritou ‘morra tudo que é maroto’, dando início a violentas perseguições contra portugueses, que foram se refugiar nas matas, e de lá só saíram quando tomou posse o comandante das armas designado para pacificar a região, o capitão Manoel da Silva Daltro (GRINBERG, 2002: 80-81)⁵⁷.

Percebemos, por meio do olhar desapassionado da biógrafa, um secretário de governo que, desempenhando, na prática, as funções do presidente, desautorizava e enquadrava autoridades religiosas e acabava por estimular perseguições aos portugueses residentes em Sergipe.

55 GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

56 GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

57 GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Sabemos que a igreja em questão é a vetusta matriz da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, na cidade de São Cristóvão, antiga capital de Sergipe. O vigário mencionado é, certamente, o padre Luiz Antônio Esteves, e o tenente-coronel é Cristóvão de Abreu Contreiras, conforme indicam autores como Maria Thetis Nunes.

Justiça seja feita, Maria Thetis Nunes não se furtou em concluir que “decorreram, em meio às agitações e animosidades, os onze meses da administração do Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira, sendo personagem destacado nos acontecimentos, inegavelmente, o Secretário Antônio Pereira Rebouças” (NUNES, 2000: 123)⁵⁸.

Para além da identificação com Rebouças, as posições políticas de Felisbello deram, visivelmente, os contornos de sua *História de Sergipe*, pois os herdeiros políticos dos corcundas eram os inimigos monarquistas e escravocratas com os quais ele se confrontava desde os idos da década de 1880. Essa segunda e importante faceta autobiográfica da sua obra foi explorada em uma versão dilatada deste meu trabalho, publicada em 2018, na vetusta *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, sob o título *Felisbello Freire: o mulato e o político na História de Sergipe* (n. 476, jan./abr. 2018, p. 223-260).

Encerremos com essa sugestão de leitura e assinalando que Felisbello Freire têm lugar cativo na historiografia sergipana. Ele é, sem dúvida, o pai da História de Sergipe, como afirmara José Calasans. Uma releitura crítica do seu legado intelectual não implica, absolutamente, em diminuir sua importância ou destituí-lo do seu posto. Além disso, sua obra nunca foi tão debatida e revisitada. Cada vez menos, seus livros são “virgens de olhos humanos”⁵⁹.



58 NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I (1820/1840)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

59 Há quase seis décadas, o acreditado professor Bonifácio Fortes assinalara que a vasta obra de Felisbello era “praticamente desconhecida em Sergipe” e que “nada se fez para destacar a sua inegável importância” (Fortes [Neto], 1958: 5) [FORTES [NETO], [José] Bonifácio. *Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constitucionalista*. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1958]. Felizmente, esse quadro transformou-se. Sem pretender historiar as iniciativas que levaram à referida transformação, destacaria, entre as mais recentes, a publicação, em 2010, da tese de doutorado do professor Francisco José Alves, do Departamento de História da UFS, vertida no livro “A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire” [ALVES, Francisco José. *A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010]. Em 3 de julho de 2014, durante as celebrações dos 194 anos da Emancipação de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), com apoio da Editora UFS, lançou a terceira edição da clássica “História de Sergipe”, tornando mais acessível o livro surgido, como vimos, em 1891 e reeditado, somente, nos idos da década de 1970. Entre 27 de agosto e 17 de dezembro de 2015, o Grupo de Pesquisa Sergipe Oitocentista (UFS/CNPq), em parceria com o IHGSE e com o apoio do Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS), do Departamento de Museologia (DMS) e da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), realizou a primeira edição de suas “Rodas de Leitura”, com encontros mensais, pondo em revista os textos de Felisbello Freire dedicados a Sergipe – “História de Sergipe” (1891), “Historia territorial do Brasil” (1906) e “A antiga vila de Santo Amaro das Brotas” (1914). Entre 24 e 27 de outubro de 2016, ano do centenário de morte de Felisbello, o IHGSE e a Associação Nacional de História (ANPUH/SE) escolheram “O Brasil na historiografia de Felisbello Freire” como tema da quinta edição do “Congresso Sergipano de História & Encontro Estadual de História da ANPUH/SE”, realizado na sede do Instituto Histórico. O bem-sucedido evento contou com mais de 300 inscritos, conferências e palestras dos historiadores Francisco José Alves (UFS), Paulo Knauss de Mendonça (UFF), Adriana Pereira Campos (UFES), Joceneide Cunha (UNEB), Samuel Albuquerque (UFS), Terezinha Alves de Oliva (IHGSE), Lenalda Andrade Santos (IHGSE), entre outros. Vemos, portanto, que a obra de Felisbello está mais viva do que nunca e, por isso mesmo, deve ser lida com critério, considerando que suas peculiaridades obrigam-nos a arregalar bem os olhos e redobrar nossa atenção.

Um ponto fora da curva: Felisbello Freire e sua *História da cidade do Rio de Janeiro*

Paulo Knauss*

A point off the curve: Felisbello Freire and his History of the city of Rio de Janeiro

Resumo

O objetivo desse estudo é discutir o lugar na historiografia carioca do livro *História da Cidade do Rio de Janeiro* publicado em edição original de 1901 e nova edição em dois volumes nos anos de 1912 e 1914, por Felisbello Freire. Num primeiro momento, a pesquisa indaga se Felisbello Freire pode ser considerado um escritor carioca, para em seguida tratar a singularidade editorial de seu livro sobre a história carioca, envolvido num concurso polêmico e que resultou numa publicação tardia e que certamente não favoreceu sua repercussão. Por fim, o estudo analisa o conteúdo da obra e conclui que Felisbello Freire apresenta um ponto de vista que foge ao padrão predominante da historiografia carioca ao evitar a identidade local e tomar a cidade como elemento de compreensão da história nacional.

Palavras-chave: Historiografia; História do Rio de Janeiro; Felisbello Freire.

Abstract

The aim of this study is to discuss the place in the historiography of the book *History of the City of Rio de Janeiro* published in an original edition in 1901 and in a new edition in two volumes of 1912 and 1914, by the historian Felisbello Freire. At first, the research asks if Felisbello Freire can be considered a Carioca writer, and then treat the published singularity of his book on Carioca history, involved in a controversial contest that resulted in a late publication and that certainly did not favor his Repercussion. Finally, the study analyzes the content of the work and concludes that Felisbello Freire presents a point of view that escapes the predominant pattern of Carioca historiography by avoiding local identity and taking the city as an element of understanding of national history.

Keywords: Historiography; History of Rio de Janeiro; Felisbello Freire

* Doutor em História. Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e Diretor do Museu Histórico Nacional. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. É autor de diversas publicações, tendo lançado recentemente em co-autoria com Daryle Williams e Amy Chazkel, *The Rio de Janeiro Reader: history, culture, politics* (Duke University Press).



Felisbello Freire, escritor carioca?

Felisbello Firmo de Oliveira Freire, mais conhecido simplesmente como Felisbello Freire, nasceu no estado do Sergipe, em 1858, e morreu em 8 de maio de 1916, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Como resultado de sua atuação como líder do movimento republicano no Sergipe, tendo sido o primeiro presidente de estado sergipano da República brasileira, Felisbello Freire se tornou deputado constituinte em 1891, motivo de sua transferência para o Rio de Janeiro. Na sequência, entre os anos de 1893 e 1894, foi ainda ministro de Negócios Estrangeiros e de ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto, além de ter exercido o mandato de deputado federal por várias legislaturas até sua morte. Assim, fez da Câmara de Deputados um espaço importante de sua vida carioca. Disso resulta, portanto, que a política e a República conduziram o sergipano Felisbello Freire à viver na cidade do Rio de Janeiro.

Médico formado na Bahia e que exerceu a clínica médica na sua terra de origem, Freire logo combinou sua profissão com a atividade de jornalista e político, para mais tarde se afirmar também como dedicado pesquisador de história, consagrado em 1887 como sócio-correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e ingressando como sócio-correspondente, no ano seguinte, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), quando publicou no Rio de Janeiro seu conhecido ensaio sobre a história sergipana que apareceu no volume 51 da *Revista do IHGB*.

Sua dedicação ao pensamento social o inseriu no contexto da chamada 'geração de 70' que identifica um grupo de autores e intérpretes do Brasil que reuniu nomes notórios como os de Silvio Romero e Euclides da Cunha, além de outros talvez menos lembrados na atualidade, mas não menos importantes na sua época e em campos disciplinares específicos, como Araripe Junior, José Veríssimo e João Ribeiro e o próprio Laudelino Freire, irmão de Felisberto, entre outros, para não deixar de mencionar Capistrano de Abreu, o mais destacado representante dessa geração no campo da historiografia. Seguindo o mesmo movimento de pensamento de sua geração de escritores, sob a inspiração do cientificismo e das teorias do evolucionismo social, Felisbello Freire se tornou um dos mais produtivos historiadores brasileiros de sua época com vários livros publicados, que hoje são menos debatidos, mas nem por isso menos significativos. A essa altura, as distâncias históricas envolvem a obra de sua geração e de sua autoria aos olhos da atualidade.

Importa sublinhar, no entanto, que foi a partir da cidade do Rio de Janeiro que Freire conquistou projeção social como escritor e historiador, aliás, tal como os nomes mais destacados da dita 'geração de 70'. Do mesmo modo que Silvio Romero, João Ribeiro, Euclides da Cunha, José



Veríssimo, Araripe Júnior, Laudelino Freire e Capistrano de Abreu, e tanto outros nomes da mesma geração de ideias, Felisbello Freire também encontrou seu destino do Rio de Janeiro. No seu caso pessoal, literalmente, pois seu túmulo se localiza no cemitério São João Batista, fixando sua presença carioca.

A capital federal da virada do século XIX para o XX, pelo seu ambiente político e pelo conjunto de suas instituições culturais acrescidas do vigor da imprensa local, atraía todos aqueles que buscavam o estudo e o debate sobre o Brasil e sua sociedade. A cidade funcionava como uma plataforma para pensar o país. Seguramente, essa foi a trilha da geração de Felisbello Freire que fez o Rio de Janeiro ser um destino comum, fazendo com que todos os intérpretes do Brasil, de um modo ou de outro, assumissem uma vida carioca.

Como escritor, Felisbello estreou em livro no ano de 1891 com o lançamento de *História do Sergipe*, provavelmente sua obra de maior repercussão nos dias atuais. Mesmo tendo sido publicada já na sua temporada no Rio de Janeiro e por tipografia da cidade, não é demasiado afirmar que se trata de produto de atividade de pesquisa histórica iniciada antes de sua vinda para a cidade do Rio de Janeiro, considerando ainda que seu argumento geral já estava delineado pelo ensaio publicado dois anos antes pelo LHGB, portanto, antes de sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro. O restante de sua produção historiográfica, no entanto, é claramente produto de sua vida como morador do Rio de Janeiro e autor inserido na vida intelectual e das instituições culturais da vida carioca.

Em resumo, por mais que o pensamento sobre o estado de Sergipe tenha se tornado a marca mais conhecida da obra histórica de Felisbello Freire, não apenas o escritor sergipano de origem se estabeleceu por grande parte de sua vida na cidade carioca, como sua produção editorial tinha como centro a capital federal. Sua intimidade com a cidade fez com que ainda terminasse seu percurso de historiador tomando o Rio de Janeiro como seu objeto de estudo e tema do último de seus livros publicados. Aliás, vale acrescentar, que levando em conta a bibliografia de Felisbello Freire listada por Francisco José Alves, o último artigo do historiador sergipano foi publicado em 1915 na imprensa sergipana e se chamava *Correspondência do Rio*, o que evidencia que a cidade carioca virou uma de suas marcas, mesmo na sua terra de origem.¹ Entre o Sergipe e o Rio de Janeiro, há claramente uma faceta de escritor carioca no tempo do Distrito Federal e que merece ser enfatizada na trajetória de Felisbello Freire.

Não sem razão, a memória do sergipano de origem e que se transmutou em carioca permanece inscrita na cidade do Rio de Janeiro desde

1 FREIRE, Felisbello. Correspondência do Rio. *Diário da Manhã*. Aracaju, 7 de novembro de 1915.



que se tornou nome de logradouro público, nominando uma rua entre os bairros de Olaria e Ramos, na Zona Norte. O endereço fica junto às ruas Alberto Nepomuceno e Gonzaga Duque, constituindo assim uma geografia simbólica que homenageia personalidades destacadas da cultura do Rio de Janeiro republicano no início do século XX, promovendo lado a lado a lembrança do historiador, do compositor musical e do crítico de arte da cidade da *Belle Époque* tropical. Considere-se ainda que perto da rua Felisbello Freire está a sede do famoso bloco carnavalesco Cacique de Ramos e não muito distante se localiza a quadra da Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense. Portanto, a memória do historiador sergipano de origem sobrevive inscrita numa das regiões urbanas mais importantes para a história do samba do Rio de Janeiro, o que não poderia ser mais carioca. Dito de outro modo, Felisbello Freire está na memória da cidade do Rio de Janeiro.

Tudo isso, ilustra em certa medida o que era o Rio de Janeiro no tempo do Distrito Federal que por seu papel de capital federal reunia atores políticos e de pensamento social de todas as partes do país, e que era capaz de atrair para a cidade personagens cuja marca era pensar outras regiões, contribuindo para interpretar a complexidade do país. Essa marca caracterizava o sentido nacional do Rio de Janeiro que se definia como cidade com olhos voltados para o Brasil. Nos dias de hoje, talvez possamos identificar a emergência de mudança de horizonte que impõe um certo pensamento bairrista sobre o Rio de Janeiro. Contudo, no tempo de Felisbello Freire, a situação era outra e os muitos personagens de saber que adotaram o Rio de Janeiro como moradia, lugar de vida e destino, raramente terminaram se envolvendo a tal ponto com a reflexão sobre a cidade que adotaram. Freire com seu ambicioso projeto de pesquisa sobre a história da cidade se diferenciou, inscrevendo-se na historiografia carioca. Será possível considerá-lo como historiador carioca?

A singularidade editorial

Entre os 9 livros de história publicados por Felisbello Freire, *História da cidade do Rio de Janeiro* tem um lugar singular na sua produção historiográfica.²

2 Lista de livros publicados por Felisbello Freire: *História do Sergipe*, 1891; e *História Constitucional da República*, 1895; e *História da Revolta da Armada*, de 1896; *História do Brasil*, 1896; *História Territorial do Brasil, Bahia, Sergipe e Espírito Santo*, 1906; *História do Banco do Brasil*, 1907; *Os Portugueses no Brasil, Estudo Histórico e Crítico*, 1907; *História da Cidade do Rio de Janeiro*, 1912-1914.

O livro surgiu primeiramente em publicação parcial no ano de 1901, editado pela Tipografia do Brasil, com 96 páginas, o que claramente não corresponde à obra que ficou mais conhecida pelos seus dois volumes, com um total de quase 900 páginas impressas, publicada entre 1912 e 1914 pela Tipografia da Revista dos Tribunais. A primeira edição apresenta dois capítulos da obra geral e parece abranger apenas o que o autor caracterizou como fascículos no plano editorial que difundiu na imprensa da época. A segunda edição de sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*, no entanto, apareceu em formato tradicional de dois volumes, sendo que o primeiro tinha o recorte cronológico de 1564 até 1700 e o segundo de 1700 a 1808. Pela apresentação, sabe-se que havia ainda a promessa da publicação de um terceiro volume que deveria tratar de 1808 “até o nosso dia”, mas sobre o qual não temos notícia.

O fato é que a obra geral com seus volumes publicados respectivamente em 1912 e 1914 apareceu impressa tardiamente em relação à época da pesquisa. A distância temporal entre a edição dos dois volumes provavelmente levou ao fato de que com frequência as bibliotecas na atualidade possuem um ou outro, fazendo com que raramente os dois volumes estejam disponíveis conjuntamente na mesma instituição. Mesmo não sendo a obra de conclusão de seu trabalho de pesquisador, *História da Cidade do Rio de Janeiro* terminou sendo, portanto, o último de seus livros publicados e o único que se pode caracterizar como incompleto, considerando a promessa de um terceiro volume. Esse percurso editorial apresenta uma primeira singularidade de *História da cidade do Rio de Janeiro* na trajetória autoral de Felisbello Freire.

A segunda singularidade da obra reside na motivação de sua criação. Como o próprio autor declara na apresentação do volume publicado em 1912, a ideia do livro surgiu inicialmente num interregno da vida política do autor, que se encontrava na cidade do Rio de Janeiro e sem cargo público ou mandato parlamentar entre 1899 e 1903. Foi atraído para o projeto de pesquisa pela lei municipal de 1896 que instituiu um prêmio para quem escrevesse uma história da cidade no prazo de 5 anos. Ao final, o processo de reconhecimento do mérito do trabalho dependia do parecer de uma comissão. Suas outras obras tiveram motivações mais ligadas ao desenvolvimento de seu pensamento social e sua vida política e revelam um percurso bem diferente e que singulariza *História da Cidade do Rio de Janeiro*.

Certamente, a iniciativa do prêmio se relaciona com o contexto de construção da nova identidade republicana da cidade do Rio de Janeiro com a instauração do Distrito Federal, decorrente do regime republicano. Tratava-se de construir uma nova imagem da capital do Brasil, deixando para trás a imagem de Corte imperial e sede do estado monárquico. Nesse contexto do fim do século XIX que se organizou a proposição do prêmio



que atraiu Felisbello Freire a escrever um livro que não era motivado nem pelas suas origens, como no caso da *História de Sergipe*, nem buscava fundamentar seu posicionamento político como a *História Constitucional da República* ou a *História da Revolta da Armada*, para mencionar as obras que escreveu antes de 1901, quando terminou de escrever a *História da Cidade do Rio de Janeiro*.

Conforme apresenta Maria Fernanda dos Santos, a imprensa acompanhou os desdobramentos do trabalho de pesquisa de Felisbello Freire que redundou na produção do livro sobre a história carioca.³ O autor seguia assim o modo de dar publicidade à criação intelectual da época, buscando legitimação social de sua construção autoral. Assim, antes mesmo de completar a tarefa de redação final do livro, em 1900, Freire se encarregou de promover sua obra de pesquisa histórica no jornal *Cidade do Rio*, diário fundado por José do Patrocínio. A publicação da notícia sobre sua pesquisa nesse jornal carioca prometia a edição dos resultados do trabalho em 150 fascículos e a publicação de dois capítulos na *Cidade do Rio*. Possivelmente, essa é a origem da edição reduzida da obra que veio à luz no ano de 1901.

Conforme o próprio Felisbello Freire registrou na apresentação do seu livro sobre o Rio de Janeiro no volume editado em 1912, o autor informa ter entregue os originais do texto à Prefeitura em 16 de março de 1901, portanto, no ano seguinte ao início da divulgação dos resultados na imprensa carioca e no mesmo ano da publicação parcial dos resultados da pesquisa. Foi o sucessor do prefeito João Felipe, Xavier da Silveira que tomou a decisão de incumbir o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) da avaliação dos resultados da pesquisa histórica.

Na altura, o Conselheiro Aquino e Castro, presidente do Instituto e ex-presidente do Supremo Tribunal, já no período republicano, decidiu por nomear uma comissão especial, composta por Amaro Cavalcanti, Tristão de Alencar Araripe, Antonio Joaquim de Macedo Soares, eminentes juristas com atuação política ao lado da atividade de pesquisadores de história, que após análise emitiu parecer reconhecendo o mérito do trabalho, destacando que o autor estava em sintonia com “estudos científicos da moderna crítica da história” e que havia desenvolvido investigação histórica original apontando “dados e esclarecimentos abundantes de sua pesquisa nos arquivos quase todos desconhecidos ou não mencionados pelos nossos historiadores e ainda inéditos”. Em outras passagens, o parecer sublinhou novamente o recurso a “preciso critério científico” e “suas pacientes pesquisas em nossos arquivos”. Ao final, o júri concluiu sobre o valor

3 SANTOS, Maria Fernanda. Um estranho no ninho: recepção crítica à *História da Cidade do Rio de Janeiro*, de Felisbello Freire. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1444249739_ARQUIVO_Umestranhononinho.pdf.

da obra que: “além de merecedora do prêmio decretado pela lei municipal, ela constitui um serviço da maior utilidade público ao país.”

Contudo, de acordo com própria narrativa de Felisbello Freire, “o Instituto entendeu desprezar o parecer”. Assim, o livro e seu autor foram envolvidos numa grande polêmica que agitou o meio dos historiadores da época. Nenhuma outra obra de Felisbello Freire teve repercussão tão bombástica, mesmo antes de sua publicação. Se seu primeiro livro o consagrou no meio acadêmico da historiografia nacional representado pelo seu ingresso no IHGB, o livro sobre o Rio de Janeiro fez o historiador sergipano radicado na capital federal romper e se afastar da instituição acadêmica, colocando Freire num campo de oposição a vários membros da agremiação tradicional.

Como Freire registra na sua memória dos acontecimentos que constitui o cerne da apresentação do primeiro volume de *História da Cidade do Rio de Janeiro*, a polêmica se desdobrou a partir do anúncio do parecer da dita Comissão Especial responsável por examinar o mérito da obra. O questionamento do resultado do trabalho da comissão levou à decisão de realizar leitura da obra pelo próprio autor no IHGB, o que se desenvolveu ao final de várias sessões ordinárias e extraordinárias realizadas no ano de 1902. Tal como se acompanha pelas atas publicadas na *Revista do IHGB* e analisadas por Maria Fernanda dos Santos, na sessão de 16 de maio, o sócio Rocha Pombo, distinguido professor do Colégio Pedro II, propôs que se encerrasse o ciclo de leituras da pesquisa, considerando que já havia condições para o instituto decidir. Essa proposta tal qual foi apresentada não foi aceita pelo 1o. vice-presidente Manoel Francisco Correia que dirigia a sessão, fazendo que a discussão terminasse por aprovar o encaminhamento apresentado pelo sócio Aristides Milton propondo que a leitura se ativesse à terceira parte que provocava maiores divergências. Assim, na sessão de 27 de junho de 1902 foi encerrada a leitura programada, decidindo-se pela votação de dois quesitos, respectivamente: sobre a relevância da utilidade da obra ao país e sobre o prêmio. O debate resultou na aprovação do primeiro quesito, mas não do segundo, gerando um resultado ambíguo, pois avaliava que a obra tinha relevância, mas que não merecia o prêmio, dando a entender que a relevância não era o critério decisivo do trabalho de pesquisa histórica. O ofício final dirigido ao prefeito da cidade manifestando a posição do Instituto foi firmado e datado finalmente em 20 de setembro de 1912.

Freire atribuiu o nó da discórdia aos sócios e secretários do IHGB Henrique Raffard e Max Fleiuss pela redação de um substitutivo que traduziu o estranho resultado e que sofreu questionamento no seio da própria instituição. Segundo seu relato, minúcias técnicas terminaram sendo invocadas, como o fato de que o prêmio falava de uma história do Distrito Federal e não da cidade, o que podia ser incongruente com a demanda



histórica, considerando que a solução político-administrativa do Distrito Federal era peculiar à recente República implantada no país. Segundo Freire, claramente o parecer final fazia uma avaliação política da sua obra a partir do modo como tratou os acontecimentos políticos do período imperial, considerando que apresentava “versões notoriamente parciais”, destacando que “foi exclusivamente um pensamento político a causa e o motivo do procedimento do Instituto Histórico que preferiu satisfazer as facções dos monarquistas”.

O fato é que a polêmica se transpôs para as páginas do *Jornal do Comércio* em 27 de junho de 1902, ainda antes do ofício derradeiro do IHGB ao prefeito, sugerindo que o jornal apoiava o posicionamento dos críticos do historiador sergipano transmutado recentemente então em historiador carioca. Por sua vez, em *A Notícia* de 10 de outubro de 1902, quase um mês depois do comunicado do instituto ao prefeito, informava-se que Freire pretendia acionar a Justiça para que a Prefeitura não adiasse o resultado do prêmio.

Apesar da polêmica editorial não se pode deixar de reconhecer que Felisbello Freire se inscreveu no quadro de diálogo dos historiadores cariocas. Graças às pesquisas de Maria Fernanda dos Santos sabemos que nos anos seguintes à polêmica deliberação do IHGB sobre a obra de Felisbello Freire, nas páginas de *A Notícia*, José Vieira Fazenda assumiu que Felisbello Freire era um de seus interlocutores no trato da história carioca. O médico, ex-vereador e intendente municipal, bibliotecário do IHGB e respeitado historiador do Rio de Janeiro, que naquela altura publicava regularmente crônicas sobre a história da cidade na imprensa carioca, mais tarde reunidas em coletânea *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, mencionou a monografia inédita de Freire e ainda lhe dedicou elogio pelo tratamento minucioso dos fatos históricos. Essa referência evidencia que mesmo não havendo consenso sobre sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*, Felisbello Freire ganhou o reconhecimento do autor mais reconhecido na época da historiografia carioca, instalando o autor de origem sergipana no diálogo dos livros e escritores da historiografia da cidade carioca.

O que se constata, ao final dessa trajetória editorial, é que *História da Cidade do Rio de Janeiro* terminou se singularizando como a obra de Felisbello Freire que mais despertou polêmica e antes mesmo de vir à luz por meio de sua publicação, definiu o posicionamento do autor no meio historiográfico carioca.



Um ponto fora da curva

A menção ao seu nome e de seu trabalho feita na imprensa carioca por Vieira Fazenda certamente já representa o reconhecimento de Felisbello Freire como referência para a história do Rio de Janeiro.

Vieira Fazenda vai ser citado duas vezes por Freire na apresentação de seu livro sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, tratando-o de “ilustrado bibliotecário”, em quem encontrou “um grande auxiliar”, o que vai repetir adiante uma segunda vez. Na continuação, contudo, apresenta uma caracterização de Vieira Fazenda que esclarece o conceito do ofício de historiador de Felisbello Freire: “O serviço a nós prestado, em decifrar manuscritos, em confrontar datas, em pesquisar a verdade dos acontecimentos através dos mil incidentes da história, foi tão grande, quanto o reconhecimento que aqui prestamos a um dos nossos mais notáveis historiadores.” Com base em documentos de época, demarcar dados para fundamentar a verdade, pode ser um resumo do conceito de pesquisa histórica para o autor sergipano-carioca. O agradecimento, assim, confirma seu conceito de história.

Por outro lado, ao elogiar o bibliotecário do IHGB, Felisbello Freire também demonstra conhecimento da historiografia carioca de seus contemporâneos: “O Dr. Vieira Fazenda, crônica viva desta cidade, repositório do que há de mais minucioso.” E completa: “É admirável o conhecimento que tem este homem de letras, tão modesto e simples, quão competente e da mais correta concepção histórica, da cidade do Rio do Janeiro, do seu passado, dos seus governos, dos seus habitantes, das suas ruas, de seus hábitos e dos seus costumes.”

Essa marca do historiador erudito caracterizado pela dedicação à pesquisa documental revela-se igualmente nos seus agradecimentos. Além de Vieira Fazenda, bibliotecário do IHGB e guardião do acervo documental da insituição, Felisbello Freire agradece ainda a Mello Moraes, antigo diretor do Arquivo do Distrito Federal, assim como menciona sua gratidão a Rabelo Veloso, diretor do Arquivo Público, atual Arquivo Nacional, Rabelo Velloso. A menção a esses nomes que se identificam com as instituições da erudição histórica no Brasil certamente se constitui em recurso para legitimar a identidade de historiador do escritor sergipano que se aventurava nas searas da historiografia carioca.

Outra dimensão de seu compromisso com a erudição se expressa nas notas do livro em que Freire desenvolve debates historiográfico com autores não necessariamente ligados ao enfoque da história da cidade, mas que de algum modo abordaram aspectos decisivos da história local. Considerando a extensa pesquisa bibliográfica de Felisbello Freire, nota-se que nessas referências historiográficas complementares o autor buscava sublinhar divergências historiográficas precisando dados, mas igualmente



afirmando a qualidade de seu trabalho de pesquisa histórica. Nesse sentido, procura debater com autores com obras de referência consagradas, como Francisco Adolfo de Varnhagen e o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, autores de destaque na geração fundadora do IHGB em meados do século XIX, a data da saída da expedição de Estácio de Sá. Em outro momento, discute a partir de Monsenhor Pizarro e Baltasar da Silva Lisboa, autores pioneiros da história do Rio de Janeiro no início do século XIX, o local da primitiva fundação da cidade, definindo seu ponto de vista apoiando-se em Varnhagen, com o que fecha a questão. Observa-se claramente que a polêmica historiográfica é deixada para a nota, espaço de exposição do exercício erudito de confrontação de textos. Outras vezes corrige a historiografia pelo confronto com a documentação, tal como na nota 2, p. 28/29, em que a partir de documentação do *Arquivo do Distrito Federal*, demonstra como a afirmação de Varnhagen sobre o termo da cidade não estava correta. Leva às últimas consequências o compromisso erudito do ofício de historiador.

De outro lado, ele mesmo situa sua posição no campo da historiografia sobre a cidade do Rio de Janeiro na apresentação do primeiro volume da obra publicado em 1912. Longe de reconhecer a produção historiográfica diversificada sobre a cidade na altura em que escrevia seu livro e mais ainda quando o publicou na década de 1910, Freire afirma que a literatura histórica carioca, para usar suas palavras, “incontestavelmente é uma pobreza lamentável”. Destaca, então, como referência os *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltasar da Silva Lisboa como a única obra conhecida sobre a história da cidade, considerando, porém, que “não passa de um plágio vergonhosíssimo de uma Memória manuscrita que existe na Biblioteca Nacional”, a qual ele mesmo teria recorrido nas suas pesquisas. Além do livro do antigo presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, e irmão do famoso Visconde do Cairu, Felisbello Freire cita a obra que ele denomina *As Memórias Fluminenses*, escritas por Monsenhor Pizarro, que segundo ele “não passam de uma história religiosa”. Ou seja, ao mesmo tempo que reconhece a importância de antigas obras sobre a história da cidade da primeira metade do século XIX, Freire não se preocupa em desqualificá-las. Desse modo, posiciona-se em relação aos interlocutores escolhidos por ele e ao mesmo tempo ao apontar sua avaliação crítica, terminava por valorizar seu próprio empenho original.

No entanto, ao eleger Silva Lisboa e Pizarro como seus interlocutores privilegiados no terreno da historiografia carioca, é possível reconhecer que Felisbello Freire buscava dialogar com autores que trataram a história da cidade de modo abrangente, buscando caracterizar todos os processos históricos desde a fundação da cidade, que sustentavam suas afirmações em um rigoroso controle cronológico dos fatos, com base em largas citações de documentos, tendo instituições e seus dirigentes, como a Câmara

Municipal e seus governantes, assim como a Igreja católica e seus bispos, como agentes fundamentais do processo histórico.

Nesse sentido, o autor também negava uma outra vertente da historiografia carioca e predominante no seu tempo. Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro tinha como referência historiográfica consensual o livro de Joaquim Manoel de Macedo, chamado *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, em que foram reunidas as suas crônicas publicadas entre 1862 e 1863 no *Jornal do Comércio*. Cada crônica constituiu um capítulo do livro, apresentando um percurso de leitura que descrevia etapas de um passeio pela cidade em busca de seus monumentos e logradouros históricos. A primeira crônica é dedicada ao largo do Paço, atual praça XV, o que envolve a história da edificação de suas igrejas e a edificação do Paço Imperial, antiga sede do governo da capitania colonial.

A obra de Joaquim Manoel de Macedo operou um pensamento histórico particular que tinha como lugar de enunciação a imprensa, dirigindo-se a um público letrado genérico e não a pares ou estudantes de história. Sua expressão consolidou o que se caracteriza como crônica histórica, que se caracteriza como um gênero narrativo peculiar que aproxima a análise histórica do jornalismo com o gosto da literatura, assumindo que no campo da leitura de variedades e entretenimento é possível difundir conhecimento e provocar a reflexão. O próprio Joaquim Manoel de Macedo definiu:

“Que fiz eu? Procurei amenizar a história, escrevendo-a com esse tom brincalhão e às vezes epigramático que, segundo dizem, não lhe assenta bem, mas de que o povo gosta; juntei à história verdadeira os tais ligeiros romances, tradições inaceitáveis e lendas inventadas para falar a imaginação e excitar a curiosidade do povo que lê, e que eu desejo que leia os meus Passeios; mas nem uma só vez deixei de declarar muito positivamente qual o ponto onde a intenção se mistura com a verdade.”

Dito de outro modo, em tom de amenidade, o gênero da crônica histórica deixa a erudição num plano subliminar à leitura sem deixar que participe do enredo, do mesmo modo que toma a memória como fonte para desenvolver o argumento histórico. Diz o historiador da cidade Joaquim Manoel de Macedo:

“Irei referir de envolta com alguns fatos registrados nas crônicas do tempo uma ou duas tradições populares. Colhi os primeiros nos livros e memórias que consultei, e as segundas contou-mas um padre velho que morreu há dez anos. Daqueles não é lícito duvidar; a estas pode negar-se crédito sem receio de molestar o padre, que já não tem que ver com as cousas deste mundo.”

Desse modo, a crônica histórica definida a partir de Macedo assume o ponto de vista do coloquial e do prosaico, ao rés-do-chão na feliz



expressão de Antonio Candido, partindo da observação para abordar lugares que demarcam territórios sociais que se relacionam com fatos e costumes. É assim que a cidade surge na pena do historiador como experiência sensível e comum no qual se inscreve a informação histórica a ser analisada. O fato urbano como episódico permite o tratamento abrangente, caracterizando o modo peculiar da crônica que toma o singular como ponto de partida para abordar o universal. Desse ponto de vista, o local faz diferença, assim como o acontecimento singular, pois serve para enfatizar o sujeito histórico como tipo social com personalidade e com caráter tão próprio que parece ser individual sem que um indivíduo notório seja mencionado.

Esse tipo de escrita da história, que faz até hoje a historiografia carioca popularmente atrativa, contrasta fortemente com o estilo narrativo marcado pela objetividade e com o rigor da construção do pensamento histórico de Felisbello Freire. Poderia se argumentar que a concepção de história do autor sergipano que se fez carioca é decorrência sustentação de seus argumentos a partir da referência das fontes consultadas, que são basicamente oficiais e de governo. No entanto, o debate historiográfico que emerge de sua obra indica que se tratava de uma opção clara. Desde a apresentação de seu livro em que pontua antigos autores da historiografia carioca, Freire demarca a sua construção historiográfica pelo contraste em relação a outros autores, fundamentando sua oficina da história na pesquisa de fontes de época, no enfoque não religioso, e numa abordagem sistemática e abrangente da história da cidade, salientando um tom sistemático que não existe no modelo da crônica histórica carioca elaborada a partir de Macedo.

Curiosamente, Freire faz concessão a Moreira Azevedo, mas despreza Joaquim Manoel de Macedo, modelo assumido para a historiografia de Moreira Azevedo, cuja obra também é fruto de crônicas da imprensa. Tal como Macedo, Moreira Azevedo também era um autor de literatura urbana, entre outros do romance histórico *Franceses no Rio de Janeiro*, um crônica de amor que se passa no contexto da invasão de corsários franceses no Rio de Janeiro em 1711.

A análise do sumário da obra já indica que a leitura da história arquitetada por Felisbello Freire tem como objetivo a caracterização de estruturas históricas a partir do governo e seus governantes, a organização administrativa, política, tributária, militar e judiciária, e, no caso, o que ele chamava a cidade que tinha em suas ruas o tema central. A cronologia se constitui como fio da narrativa e ordenador da compreensão do processo histórico, caracterizando a cidade de cada século ou cada época, demarcada pelos seus governos, ordem jurídica e plano descritivo da ordem física da cidade. Fundamentalmente, o governo do Estado se constitui como sujeito principal da história.

A leitura das páginas dos volumes de *História da Cidade do Rio de Janeiro* evidencia que a análise histórica elaborada na obra era atenta à história da organização do território, caracterizando o processo de colonização, e concentrava-se na ação da administração colonial, buscando a caracterização do papel das instituições e seus mandatários. Nesse sentido, analisa a construção da cidade colonial principalmente a partir do governo da capitania, o agente principal do processo histórico analisado, colocando no centro dos argumentos de análise os governadores. Por consequência, é a correspondência dos governadores que estrutura seu plano de redação e serve de fonte documental estruturante da pesquisa, combinada por vezes pela documentação cartorária.

Pode-se dizer que o livro de Felisbello Freire apresenta uma história política da cidade definida como história administrativa combinada com o interesse pela política tributária e financeira do governo e com uma atenção especial para a compreensão da história territorial. Aliás, na apresentação do livro, Felisbello Freire indica claramente seu interesse pela história territorial do poder municipal, expondo sua convicção de que o patrimônio público foi historicamente lesado pelos interesses particulares. Isso o conduz a uma exploração substantiva de arquivos cartorários ao lado da correspondência dos governadores. Os temas mais próximos da dinâmica da sociedade que o autor abordou foram a questão do abastecimento de água e o caso da revolta antifiscal dos Barbalhos, atualmente mais conhecida como Revolta da Cachaça, ocorrida no século XVII. Em ambos os casos, o tema que o conduz a esses aspectos é a questão tributária expondo a questão dos limites da ação do governante.

Tendo a documentação manuscrita de época como base, Freire traz uma leitura do passado da cidade a partir do modelo de uma história erudita e sistemática. No prefácio da 1ª edição, anota: “O nosso guia foram os manuscritos que à farta existem na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico [IHGB] e principalmente no Arquivo Público [Arquivo Nacional]”. Nesta passagem não menciona diretamente o Arquivo do Distrito Federal, mas cita fartamente as transcrições de documentos publicadas na revista da instituição municipal, e faz referências à obra do diretor Mello Moraes Filho e lamenta a interrupção da publicação da revista. Destaca conjuntos documentais como: Provedoria de Fazenda, Correspondência dos Governadores, bandos e ordens, ordens régias, cartas régias, cartas de sesmarias, consultas do Conselho Ultramarino. A documentação ainda é fartamente explorada nas notas de pé de página e há farta transcrição de documentos, ressaltando-se a referência da fonte e seus arquivos. As notas também são usadas pelo autor para apresentar informações factuais complementares, como dados históricos de edifícios religiosos, citando a fonte de referência. Nas notas verifica-se também o uso de compêndios documentais como a já mencio-

nada revista Arquivos do Distrito Federal, mas igualmente o Tombo das Terras Municipais, organizado por Haddock Lobo.

Esse tratamento com base na informação documental define o caráter de narrativa factual de Felisbello Freire. A descrição dos acontecimentos traduz o pensamento histórico que se instaura na historiografia freiriana. A compreensão da história da cidade de Felisbello Freire se sustenta na rede dos conceitos que caracterizam sua escrita da história e tão bem sistematizada por Francisco José Alves⁴. De um modo geral, sua abordagem procura se definir como uma história explicativa que faz uso da explicação causal e da finalista. Os fatos históricos são entendidos por seus antecedentes e elucida uma cadeia de consequências. No caso de livro *História da Cidade do Rio de Janeiro* se reconhece muitas vezes que a economia, entendida a partir do tributo ou do poder comercial, cumpre o papel de fator causal, assim como dos desmandos de governo. Como anota Francisco José Alves, na historiografia de Felisbello Freire, a noção de *progresso* que encontra seu correspondente na *decadência* é chave na análise do autor, assim como é frequente as categorias de *civismo* e *patriotismo* que podem ser atributos pessoais ou de instituição e que se contrapõe às *paixões* que em geral afetam os governantes. Essas categorias analíticas permitem ao autor identificar fases históricas. Nesse sentido, Felisbello Freire caracteriza que a cidade do Rio de Janeiro como produto da colonização passou pela sua fase militar antes de sua fase agrícola, organizando a evolução como marca do pensamento histórico interessado em identificar os processos de afirmação da civilização. Na obra de Freire, pode-se dizer que o conceito de *civilização*, ora indica estágio de desenvolvimento, mas igualmente o que identifica uma sociedade, o que se confirma na sua análise histórica do Rio de Janeiro, ora considerando o sentido de sociedade singular, ora avaliando seu estágio na escala de desenvolvimento.

Reunindo todos esses elementos, o que se observa em *História da Cidade do Rio de Janeiro* é que Felisbello Freire se afasta inteiramente das tendências predominantes da historiografia carioca de seu tempo que tinha a crônica histórica como modelo, mesmo no caso de Vieira Fazenda seu contemporâneo e reverenciado por ele mesmo. Além de desqualificar autores e obras que ele mesmo toma como referência inicial, o escritor deixa de mencionar outros nomes que marcaram a historiografia carioca de seu tempo.

O pressuposto do historiador sergipano-carioca no tratamento da cidade também revela outro enfoque menos localista, revelando a chave de sua abordagem da história da cidade. Na primeira frase do prefácio da primeira edição, do primeiro fascículo, do primeiro volume de sua obra,

datada de 1901, Freire afirma: “*Escrever a história do Rio de Janeiro é escrever a história do Brasil.*”. Em seguida arremata: “Com a riqueza não podia deixar de vir o predomínio político. Foi o que se deu. O Rio de Janeiro tornou-se o maior centro da vida política e administrativa, antes de por lei ser considerado a sede do governo colonial.” Não sem razão um dos aspectos destacados pelo parecer que julgou o manuscrito original destacava como um dos méritos da obra o tratamento de como a partir do governo de Vahia Monteiro, o governo municipal foi sendo esvaziado, especialmente a partir do ato de 1736 que retira do poder local o controle de impostos. Contudo, o que interessa destacar, é que Felisbello Freire enfatiza um ponto de vista nacional para a história da cidade, que contrasta com a historiografia que chamamos mais propriamente de carioca, que se caracteriza pela busca da identidade local.

Nesse sentido, não seria demasiado dizer que a *História da Cidade do Rio de Janeiro* de Felisbello Freire se revela um ponto fora da curva, pois o que a historiografia carioca buscava era um ponto de vista íntimo, interior, prosaico que singularizasse a vida da cidade. Freire, por sua vez, procurou fazer do Rio de Janeiro um laboratório da civilização brasileira, caminhando numa direção que pode explicar porque seu livro nunca foi propriamente valorizado nem pela crítica e nem pelos cariocas.



Velhos problemas da nova Federação: territórios, hierarquia e poder no Brasil República

Adriana Pereira Campos*

Old problems of the new Federation: territories, hierarchies and power in Brazil Republic

Resumo

Este artigo discute os argumentos de Felisbello Freire (1858-1916), pensador Sergipano, a respeito das desigualdades políticas entre as diversas unidades da Federação do Brasil. A análise se concentrou na produção intelectual de Freire, especialmente o capítulo sobre o Espírito Santo na obra a História Territorial do Brasil (1909). Objetivou-se a discutir o lugar deste problema na trajetória de Felisbello Freire, de modo a situar suas conclusões tanto no campo intelectual quanto no da política. O estudo permitiu observar que as considerações a respeito do Espírito Santo se coadunam com a consistente crítica de Freire à República que não conseguiu debelar as desigualdades políticas de suas unidades. O plano geral da obra apresenta como origem dessas diferenças o regime das donatarias e os esforços dos governos centralizados no Brasil não foram suficientes para eliminá-las.

Palavras-chave: Felisbello Freire, República, Território, Federação, Espírito Santo.¹

* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em História e Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora Produtividade do CNPq e coordenadora de pesquisa financiada pela FAPES – Fundação de Apoio à inovação e à Pesquisa do Espírito Santo.

Abstract

The article discusses the arguments of Felisbello Freire (1858-1916), a Brazilian thinker, about the political inequalities between the different units of the Federation. The analysis focused on the intellectual production of Freire, especially the chapter on the State of Espírito Santo in the Territorial History of Brazil (1909). It discusses the place of this problem in the intellectual and political trajectory and the situation of his conclusions in the field of the thought and in the politics. The research made it possible to observe that the considerations about the State of Espírito Santo are coherent with Freire's consistent criticism of the failure of the Republic to overcome the political inequalities of its units. It was observed that the general plan of the work consists in presenting that these differences originate still in the colonial time and that the efforts of the centralized governments were not enough to eliminate them.

Keywords: Felisbello Freire, Republic, Territory, Federation, Brazilian State of Espírito Santo.



O objetivo deste artigo consiste em discutir os argumentos do pensador sergipano, Felisbello Freire (1858-1916), a respeito da *História Territorial do Brasil*, em especial sobre o *Espírito Santo*. A análise se concentra na obra do autor, planejada para conter cinco volumes, que pretendia dar conta de toda história territorial do Brasil. O único volume, contudo, que se concretizou trata do problema territorial da Bahia, Sergipe e Espírito Santo.

Freire dedicou algumas de suas obras ao assunto além de *História Territorial*¹, tal como o *História Constitucional*², *As Constituições dos Estados*³, entre outros. Parece interessante perscrutar a interpretação do problema da organização territorial do Brasil produzida por um intelectual que divulgou amplamente a ideia de federação e República. Para abordar o tema, este artigo articula-se em torno de três eixos. O primeiro consiste na explanação da trajetória intelectual e política do autor. O segundo, nas considerações sobre a formação do território do Espírito Santo. E o terceiro, nas considerações de Freire sobre o problema mais geral das desigualdades entre as unidades políticas do país.

308



1. História e Território para Felisbello Freire

Felisbello Firmo de Oliveira Freire, nascido no Sergipe em 1858, projetou-se na República como político e intelectual, considerado por muitos de seus contemporâneos e conterrâneos como um pensador fecundo.⁴ Republicano convicto, ele chegou à posição de ministro do governo de Floriano Peixoto, mas também se dedicou ao campo da ciência e abraçou o pensamento evolucionista da época. Freire representa a geração de republicanos ligada à corrente liberal spenceriana, que uniu, no início a República, o mundo da política e o das letras.⁵

- 1 FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. 1º vol. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro: Jornal do Comércio de Rodrigues & C., 1909.
- 2 FREIRE, Felisbello. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Moreira Maximino, 1894. 3 v.
- 3 FREIRE, Felisbello. *As constituições dos Estados e a constituição federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.
- 4 ALVES, Francisco José. Introdução ao pensamento historiográfico de Felisbello Freire (1858-1916). *Revista Tomo*, n. 1, Sergipe, 1998, p. 89-102. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/4912/4052>. Acesso em 14 Jan 2016. PASSOS, Alexandre. O primeiro centenário de Felisbello Freire. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe*, Aracaju, 1959, vol 17, n. 22, p. 18-26. Opinião de Alcindo Guanabara ver em FREIRE, Felisbello. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Aldina, 1894. p. XIV, XV
- 5 CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 24.

Formado em medicina pela Faculdade da Bahia, no ano de 1882, Freire ultrapassou suas funções de clínico. Como se verá, seu trabalho intelectual não pode ser avaliado sem sua atuação política, como parece ter sido comum aos seus contemporâneos. Para ele, o avanço intelectual no Brasil produziria uma elite educada graças aos “[...] progressos de cultura e de educação democrática, sujeito às causas da emancipação mental e moral que agiam sobre si [...]”⁶ Ângela Alonso desacredita dessa interpretação. Em sua opinião, não existia campo intelectual autônomo no século XIX e as escolhas teóricas correspondiam preponderantemente ao critério político.⁷ Talvez o mais interessante seria considerar que houve genuíno esforço da intelectualidade do Brasil pensar o Estado e a nação brasileiros no Oitocentos, mesmo diante da importação das teorias europeias ou norte-americanas. Como adverte José Murilo de Carvalho⁸, substituir um governo e construir uma nação transformaram-se na tarefa dos republicanos. Certamente existiu verdadeira crença no poder da ciência e da técnica e na inevitabilidade do progresso. E isso de fato se constata em Freire, como ele próprio se define.

Em começos de 1882⁹, Felisbello Freire se fixou na tradicional Laranjeiras¹⁰, freguesia de destaque em Sergipe por sua produção agrícola e comercial. A propaganda republicana irradiou-se por algumas localidades a partir de Laranjeiras.¹¹ Em 1884, publicava-se no lugar o jornal *O Horizonte* que foi substituído pelo *Larangeirense* e, depois pelo *Republicano*, com direção de Freire.¹²

Ele participou ativamente do *Club Democrático* e colaborou na fundação do *Club Republicano* da cidade.¹³ O Partido Republicano foi organizado em 1887 com o concurso de alguns companheiros como Josino de Menezes e o aluno da escola militar José Maria Moreira Guimarães.¹⁴ Nesses anos, como admite Freire¹⁵, o partido encontrou a indiferença que ele atribuiu à falta de cultura popular e de cultura cívica em Sergipe. Antes

6 FREIRE, 1894, Vol 1, p. IX.

7 ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Vol 15, n. 44, outubro de 2000, p. 36. Embora a autora ofereça arcabouço mais sofisticado do Roberto Schwartz (*Ao vencedor as batatas ... 1977*), pois ela mergulha na experiência intelectual da época, parece-me que o dualismo permanece em sua obra.

8 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 24

9 Data fornecida pelo próprio Felisbello Freire, 1894, Vol. 1 p. 265.

10 Felisbello registra o nome da vila do seguinte modo: Larangeiras.

11 *A Reforma*, 1888, n. 95, p. 2.

12 FREIRE, 1894, Vol. 1, p. 266.

13 *O Republicano*, 1890, n. 51, p. 4.

14 FREIRE, 1894, Vol. 1, p. 266.

15 FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe (1575-1855)*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1891. p. 283



ainda da fundação do clube republicano, Freire já palestrava sobre a nova filosofia política no *Club Democrático*, cujo conteúdo foi publicado na tipografia da folha *O Larangeirense*.¹⁶ Ele, assim, usava das sociabilidades dos clubes da cidade para inculcar em seus concidadãos o novo ideário do progresso e do federalismo.

Proclamada a República, ainda em 1889, Felisbello se tornou o primeiro governador de Sergipe.¹⁷ Os compatriotas, embora o considerassem moço, já aplaudiam a sua nomeação em razão de sua ilustração e cultura aprimorada.¹⁸ A nomeação foi recebida com júbilo, pois se tratava de alguém que “sente e pensa sergipanamente”, nas palavras de Tobias Barreto.¹⁹ Discordâncias sobre as chapas de deputados e senadores tiraram-lhe o governo, mas Freire logrou êxito em se eleger Deputado.²⁰

A empatia pela terra natal animava o intelecto do médico a tornar o Sergipe conhecido no país. Desde o início de sua carreira, ainda em Laranjeiras, Freire dedicava-se aos estudos históricos, cercado por todos os lados de inúmeras coleções de documentos manuscritos, velhos papéis seculares, autos, escrituras, testamentos, cartas, roteiros e memoriais. Nas horas vagas de sua vida de clínico, Freire organizava, classificava e ordenava com rigor a massa documental que reunia com afinco para redigir a história do Sergipe. Esta é a descrição oferecida por Gumersindo Bessa, em 1887, no jornal *A Reforma*.²¹ Aos trinta anos já havia concluído sua *História da Província de Sergipe*.²²

No ano de 1888, Felisbello Freire foi proposto para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil pelos sócios Franklin Tavora, Capistrano de Abreu e Teixeira de Mello.²³ Felisbello, à época, já apresentava sua inclinação por explicações mais abrangentes sobre a história do Brasil, como o declínio do domínio batavo no Brasil.²⁴ Em colaboração com a *Revista Sul-Americana* dedicada às ciências, letras e artes, teorizava sobre a influência do elemento étnico e do meio sobre as leis evolutivas do desenvolvimento do povo brasileiro.²⁵

16 *O Larangeirense*, 1888, n. 53, p. 2.

17 *A Reforma*, 1889, n. 1. P. 2.

18 *A Reforma*, 1889, n. 165, p. 1.

19 *A Reforma*, 1889, n. 170, p. 2.

20 *O Republicano*, 1891, n. 16, p. 1.

21 *A Reforma*, n. 48, 1887, p. 3.

22 Ver notícia em *O Republicano*, 1889, p. 3.

23 *A Reforma*, 1888, n. 81, p. 2.

24 FREIRE, Felisbello. Fragmentos históricos: Gaspar Dias Ferreira e o Padre Antonio Vieira. In: *A Reforma*, 1888, n. 83, 84, p. 3.

25 *Revista Sul-Americana*, 1889, n. 1, p. 9

O evolucionista confesso observava as sociedades como “organismos”, em que “herança” e “adaptação” deveriam ser observadas como legítimas forças da história. A contribuição de Felisbello Freire, neste campo, cumpria a tarefa de instilar na sociedade brasileira os princípios teóricos do inglês Hebert Spencer (1820-1903).²⁶ A nomeação de Freire pelo governo provisório da República foi recebida com júbilo pelo periódico em face de sua opção pela República e pelo federalismo.²⁷ Afinal, o novo governador era um civil com profundas raízes no republicanismo sergipano.

Além de governador e deputado federal, Felisbello Freire foi ministro de Estado do governo de Floriano Peixoto. Ele apoiou decididamente Peixoto, apesar de todas as turbulências que emergiram desde a renúncia de Deodoro da Fonseca. Depois que deixou o governo federal, Freire se aventurou em apresentar, em 1896, análise a respeito da história da Revolta Armada. Como se sabe, o movimento dividiu antigos aliados e assumiu feições monarquistas.²⁸ O jornal de José do Patrocínio publicou severa crítica àquela análise, acusando-o de parcialidade dada sua participação no governo de Floriano:

[...] sem os dados necessários, indispensáveis para trabalho de tão grande fôlego; sem competência para historiador, sem senso crítico, sem o necessário cabedal filosófico para ir descobrir na natureza dos fatos a causa e razão deles; sem o brilho necessário de estilo para firmar nas páginas de um livro de análise crítica dos acontecimentos; o Sr. Felisbello Freire deve ser reputado antes um assalariado florianismo moribundo, que nos vem injuriar, com a narração mentirosa de certos fatos e encampação dos crimes nefandos praticados pela ditadura com a cumplicidade dele e de muitos outros.”²⁹

Pode-se afirmar que a crítica sofria da mesma facciosidade imputada a Felisbello Freire, pois reagia ao artigo como simpatizante do movimento de 1893.³⁰ De todo modo, Freire publicou seu volume e ainda o dedicou “Aos republicanos que ajudaram ao governo a defender a LEI e a REPÚBLICA”, sintetizando sua opinião sobre os fatos.³¹ Aqueles eventos cismáticos dividiram antigos aliados. A República das letras estremecia e o confronto

26 *Revista Sul-Americana*, 1889, n. 1, p. 10.

27 *Revista Sul-Americana*, 1889, n. 21, p. 1.

28 CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In _____. *Pontos e bordados: escritos de História e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 117.

29 *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 1896, n. 117, p. 1.

30 *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 1893, n. 261, p. 1.

31 FREIRE, Felisbello. *História da revolta de 6 de setembro de 1893*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmãos, 1896

das penas, no lugar dos sabres, produzia golpes de retórica como o ataque certamente desfraldado por José do Patrocínio ao trabalho de Freire.

Alguns republicanos, portanto, esforçavam-se por colocar o governo acima das agitações da caserna e das multidões. O fortalecimento dos Estados e a neutralização da capital recriavam os objetivos da República no Brasil. A manutenção da ordem tornou-se a força motriz das decisões constitucionais. Freire de certo modo participou desse movimento quando militou como Ministro de Relações Exteriores e da Fazenda no governo de Floriano. Para ele, a autoridade e a lei viviam sob a pressão do espírito revolucionário, das desistências forçadas e das discontinuidades de governo. Pedro I abdicara por imposição de forças de terra da Capital do Império, Pedro II se retirara do Brasil por exigência do Governo provisório instituído pelo exército e Deodoro da Fonseca renunciara em face da revolta de 1891. O elemento civil nunca fora o iniciador e executor dessas soluções. Floriano Peixoto, consoante Freire, constituiu exceção nesta marcha dos acontecimentos, pois resistiu à revolução e a venceu.³²

Freire, no entanto, nunca deixou de manifestar preocupação com a desigualdade entre os Estados. Neste campo não se manteve aliado ao grupo florianista. Freire criticava os constituintes de 1891 que contavam os votos segundo o número de representantes e não de Estados. Para ele, a representação dos Estados conservou a dissimetria do território, deixando os pequenos em franca situação de prejuízo. Tudo isso cooperou, segundo Felisbello Freire, para a rejeição de igualdade dos Estados na representação da República.³³ Eptácio Pessoa melhor resumiu o descontentamento em relação ao tema na Constituinte:

Senhores, se os estados, no Governo Federal, são os mesmos *vis-à-vis* da União, se todos eles têm uma economia à parte, têm autonomia e independência tanto quanto possível, se todos eles, como estados que são, têm os mesmos direitos e devem gozar das mesmas prerrogativas, não posso conceber como se conceda a quatro ou seis estado apenas o direito deles sós decidirem de assuntos que se referem a todos os outros também, deles sós gerirem interesses de toda a União: não compreendo como quatro ou eis estados, apenas, que, por mera casualidade, foram ocupar no tempo do Império regiões mais povoadas ou mais vastas, ou que, por favores do governo, hão sido alimentados por uma corrente imigratória mais caudalosa, tenham o direito

32 FREIRE, 1896. p. 4-5.

33 FREIRE, Felisbello. *As constituições dos Estados e a constituição federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p. 12-14.



exclusivo de decidirem naquilo que diz igualmente aos interessados de 15 ou 17 estados.³⁴

Depois das refregas políticas, no novo século XX que se iniciava, Felisbello Freire dedicou-se ao projeto de oferecer ao país uma obra sobre a formação territorial no Brasil. Seu objetivo claramente se vinculava ainda à ideia manifestada por Epitácio Pessoa. Para Freire, o *território*, além do espaço, envolvia o povoamento, as conquistas, a exploração, a constituição dos limites e a definição do direito sobre os *espaços*. Sua pretensão consistia em formular uma sociologia da diferença entre grandes e pequenos Estados no Brasil.

Na opinião de Freire, os Estados na nova República herdaram seus territórios das “[...] antigas províncias, educadas à sombra de um governo centralizador [...]”³⁵. Em relação aos limites, a maior parte das unidades da federação conservou as velhas fronteiras e seus limites em litígio. A Bahia e o Rio Grande do Sul, porém, registraram em suas constituições que seu território não podia em caso algum ser desmembrado ou subdividido. Para Freire, “as questões de limites entre as províncias, que o império não pode resolver, deviam privar as prescrições proibitivas de qualquer resolução, - as quais existem[iam] em algumas constituições.”³⁶ Para ele, “o legislador constituinte da União investiu a legislatura federal da atribuição privativa de resolvê-la [...]”, mas os Estados a anularam em suas próprias constituições.³⁷

A preocupação, portanto, de Felisbello Freire com a divisão territorial do Brasil já o acompanhava há tempos quando planejou escrever a *História Territorial do Brasil*. Para iniciar sua obra, planejada para conter outros volumes, Freire escolheu três regiões, a saber, Bahia, Sergipe e Espírito Santo. O subtítulo esclarece se tratar da “Primeira colonização” brasileira. Seu rigor conceitual orienta sua narrativa e, ao lado, da ideia de *processo evolutivo*, Freire abraçou o critério da antecedência cronológica na análise da colonização do Brasil. Ele considerou aquelas capitânias o mais antigo *centro de povoamento* da América lusitana.

2. O Espírito Santo e a divisão territorial do Brasil

Felisberto Freire abordou a história territorial do Espírito Santo considerando basicamente o período dos Donatários, colonização e povoamento nos séculos XVIII e XIX. A colonização do Espírito Santo se

34 ANNAES do Congresso constituinte da República. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. p.997 Disponível em bd.camara.leg.br Acesso em 16 Jan 2017,

35 FREIRE, 1898. p. 18.

36 FREIRE, 1898. p. 26.

37 FREIRE, 1898. p. 27

apresenta na narrativa de Freire como um empreendimento sem êxito. Ele atribui o insucesso da capitania aos degredados e criminosos condenados que acompanharam o primeiro donatário – Vasco Fernandes Coutinho e à resistência indígena. Nem tudo, porém, resultou em desastre, pois Freire atribuiu a Mem de Sá certa brilhantura no combate dos indígenas revoltosos e na expulsão dos invasores estrangeiros da capitania. Apesar dessa importante iniciativa dos governos da América lusitana, na avaliação de Freire, a capitania, prosperou miseravelmente no regime dos donatários.

Freire, contudo, considerava a época colonial problemática não apenas para a Capitania do Espírito Santo. Segundo ele, o *processo de colonização por donatários* “[...] deixou males e raízes profundas, em vista dos quais, a divisão territorial e administrativa do país com uma causa permanente de males e vícios do movimento econômico do país e sua política.”³⁸. Curiosamente sobre as causas econômicas, Freire explicita que a expansão do território em direção ao sul teve de esperar a cultura cafeeira se consolidar no país. Em sua interpretação, a indústria do nordeste não concorreu com a exploração aurífera das Minas Gerais, cujos impostos drenavam a riqueza para a Metrópole. Mas, fundamentalmente, ele associou as causas econômicas àquelas de natureza política. Apenas as capitanias políticas, como *Recife, Bahia, S. Vicente e Rio de Janeiro*, teriam de fato espreado a população na colônia. Velhas donatarias se tornariam capitanias políticas tardiamente, como a do Espírito Santo que foi adquirida pela Coroa em 1717, encerrando o período de predomínio dos antigos donatários.

Assim, para Freire, a povoação da capitania do Espírito Santo em fins dos Seiscentos permanecia acanhada e inconclusa, mesmo depois das iniciativas desbravamento do sertão em busca de metais preciosos. Nem exploradores nem donatários obtiveram êxito em aumentar o contingente populacional da capitania. Mesmo o rico Gil de Araujo da Bahia, que adquiriu a capitania em 1674 e para ela dirigiu seus investimentos, conseguiu debelar a impotência da colonização espírito-santense.³⁹

Nova fase somente adviria da “ação direta do centro da colônia e da metrópole, por meio de seus delegados da administração”.⁴⁰ Da época dos donatários restara apenas estabelecimento do limite sul da capitania a partir das margens do Rio Itapemirim. No entanto, permanecia rala a povoação no imenso espaço que se constituía num território indeterminado e impreciso.

38 FREIRE, 1909. p. 9.

39 FREIRE, 1909, p. 377

40 FREIRE, 1909, p. 381.



A incorporação da capitania do Espírito Santo à Coroa, consoante Freire⁴¹, respondeu a certo programa político da metrópole em tirar da Bahia a centralidade na administração e na exploração das Minas. Para Freire, apesar de sua pouquidade, a capitania do Espírito Santo sobreviveu como unidade política quando tantas outras sucumbiram, tal como a do Paraíba do Sul submergida no Rio de Janeiro.

A consolidação do Espírito Santo como capitania política proporcionou a dilatação de sua fronteira norte, que avançou desde o Rio Doce atingindo rio Mucurici, cuja jurisdição pertencia à Bahia. Verificou-se igualmente o povoamento do vale do rio São Mateus. Além disso, a porção central da capitania em torno de Vitória se consolidou com a construção das fortalezas de São João, de Santo Inácio e de São Diogo

Para Freire, no entanto, a Coroa não tivera capacidade de resolver o problema oriundo dos *tempos dos donatários*. Ainda assim, admite certa vitória, no início do Oitocentos, na conquista do interior da capitania. Ele destaca o papel desempenhado pelo governador Silva Pontes. O antigo dirigente era um experimentado “astrônomo” que participou da jornada ao Mato Grosso junto à Comissão de Demarcação de limites da possessão americana, em razão do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Para Carla Almeida⁴², Silva Pontes deve ser compreendido como caso exemplar do “cosmopolitismo” da elite mineira, pois ele era um natural dos trópicos americanos “leal súdito da coroa portuguesa” que foi capaz de se projetar nas amplas redes de hierarquia do Império.

Freire admite que a nomeação de Silva Pontes se relaciona diretamente à política da Coroa, em especial, do Ministro D. Rodrigo, especialmente, em relação aos planos de incremento da economia de Minas Gerais por meio do melhor aproveitamento do Rio Doce. Pontes foi responsável por fazer uma carta com todo o curso do rio que nascia nas cabeceiras do Serro Frio. Depois disso, ele cumpriu a determinação para a qual fora nomeado e estabeleceu os limites formais entre a capitania do Espírito Santo e a de Minas Gerais, com larga vantagem para esta última. A navegação pelo Rio Doce, como sonhava o Conde de Linhares, esbarrou em um problema de ordem natural. Uma série de acidentes e cachoeiras obrigavam o desembarque no meio da viagem.

A opinião de Felisberto não se atém apenas ao problema físico. Firme às leis da história, ele confere importância menor a esses esforços de ligação entre as duas províncias por terra ou por mar. Segundo ele, essas

41 FREIRE, 1909, p. 382.

42 ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, século XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. [p. 12-19]. p. 133.

ideias só tiveram efeito com a solução da via férrea, porque era “mais útil e menos dispendiosa”.⁴³ Pelo menos um século separa os dois projetos. De acordo com Leandro Quintão⁴⁴, até 1889 muito pouco foi realizado neste sentido. Ao adentrar o período republicano, o Espírito Santo possuía míseros 71 km de trilhos construídos.

Freire, enfim, resume a expansão territorial do Espírito Santo até o século XVIII, denunciando que “a capitania, além de sua capital, contava apenas com as vilas do *Espírito Santo*, criada em 1535, *Nova Almeida*, em 1759; de *Guarapary*, 1679; a *Benevente*, 1759” (Freire, 1909, p. 400). Para Freire, a vida *civil* dos capixabas estava adstrita a essas vilas, enquanto a Bahia já havia chegado ao rio *mucury*, com a criação da vila de Porto Alegre. Para ele, somente o povoamento e a organização social do espaço ocupado transformavam um espaço geográfico em *território*. A mera titularidade de uma capitania ou mesmo circunscrição jurídica, denominada *termo*, não significavam de fato a territorialização de um espaço.

Na cronologia evolutiva da ampliação administrativa e jurisdicional do Espírito Santo, no século XIX, porém, a província teve poucos avanços neste campo. Vitória foi elevada à condição de cidade em 1823 e passou a dar nome à única comarca local, antes conhecida genericamente como Espírito Santo. Elevou-se à condição de vila a povoação de Itapemirim, em 1815, no extremo sul da província. Desmembrara-se de Vitória a povoação serrana, que se elevara à condição também de vila. Ao norte, separando-se da vila de São Mateus, a povoação de Barra ganhou a posição de Vila.

Felisberto Freire dedica uma última palavra a respeito da história territorial do Espírito Santo. Comparando o movimento dos limites norte e sul, Freire conclui que, enquanto a Bahia, ao norte, tomou espaços de Sergipe, ao sul, perdera importantes porções, recuando suas fronteiras aos antigos marcos antes da absorção da capitania de Porto Seguro. Segundo Freire, o Espírito Santo acabou por ter reconhecida a anexação do termo de São Mateus, primeiro, por vontade da própria vila, segundo, pelo critério de proximidade sancionada pela Assembleia Geral do Brasil, em 1823. Essa resolução criara na opinião de Freire um território em litígio entre o rio Itaúnas e o Riacho Doce. Consoante Freire, o único documento capaz de resolver o impasse seria o ato de criação da Vila de São Mateus, mas não o encontrara.

43 Felisbello Freire era um entusiasta da estrada de ferro como sinal de progresso. Em sua passagem pelo governo do Sergipe, Freire militou pela implantação de linhas férreas naquele Estado. Ver *O Republicano*, 1890, p. 1

44 QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A interiorização da Capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008. p. 78.



De qualquer modo, esta última questão corrobora dois elementos centrais na análise de Freire. O primeiro consiste no débil desenvolvimento da capitania. Os esforços da metrópole, quando projetou limitar a força da Bahia na mineração e fortalecer o escoamento de produtos das Minas não foram suficientes para fazer vicejar aquela unidade. O Império não demonstrou qualquer iniciativa relevante para debelar os desnivelamentos entre suas diversas unidades. A desproporção territorial e populacional, segundo a tese de Felisbello, herdada dos tempos dos donatários se manteve até a República, conservando o Estado do Espírito Santo em lugar subalterno na hierarquia política da nova federação.

3. Território e Federação

Como se viu, a compreensão dos argumentos de Freire sobre os fracassos da expansão territorial do Espírito Santo vincula-se aos objetivos da obra em discutir o problema da irregularidade territorial do Brasil. Desde o início de sua carreira política e acadêmica, Sergipe parece tê-lo inspirado a pensar o país de maneira global e a controverter a fraqueza de alguns Estados diante do poder de outros. Freire estava convencido que “os pequenos Estados não valem nada na República, que até agora só tem servido aos interesses dos grandes Estados”.⁴⁵ Numa visão premonitória do futuro, ele advertia que bastava a coligação de Bahia, Minas e São Paulo para impor à nação a política administrativa que lhes convier.⁴⁶

A divisão territorial do país, argumentava, constituía-se na causa de males e vícios econômicos permanentes em sua política. Considerava um grave erro do “[...] governo republicano, no momento o mais propício, deixar a questão no mesmo pé em que recebera do Império.”⁴⁷ Para organizar sua exposição da constituição história desses equívocos, Freire se socorre de artigo de Augusto Fausto de Souza publicado em 1880 sobre a origem da divisão territorial desproporcional do Brasil.⁴⁸ Segundo este autor, a divisão das capitanias implantou a assimetria entre as diversas unidades do Império, que somente seriam superadas por meio da revisão dos limites, com melhor distribuição de costa e portos de mar.⁴⁹

45 FREIRE, Felisbello. Bahia e Sergipe em lucta por questão de limites: o que a respeito nos informa o Sr. Felisbello Freire. *Revista do Instituto Histórico de Sergipe*, Aracaju, vol. 1, n. 2, 1913, p. 91-94. Disponível em: www.ihgse.org.br/revistas/02.pdf Acesso em: 14 Jan 2017.

46 FREIRE, 1909, p. 12.

47 FREIRE, 1894, Vol 1, p. 102.

48 SOUZA, Augusto Fausto de. Estudo sobre a divisão territorial do Brasil. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, 1880. Tomo XLIII, Parte II. p. 27-113.

49 SOUZA, 1880, p. 40.



Antes de Fausto Souza, o próprio Varnhagen endereçou à Assembleia Nacional, em 1851, Memorial Orgânico em que discutia, entre outros assuntos, a distribuição territorial do país.

[...] Todos sabemos, mais ou menos, as origens das províncias, e todos temos olhos para ver em qualquer mapa as suas desigualdades; isto é, a monstruosidade de umas, e a quase nulidade de outras. [...]. Depois da independência, por vergonha nossa, nem se quer se tem pensado a respeito da tão necessária divisão do território. Nem por ocasião do Ato Adicional houve quem pugnassem pela conveniência de estabelecer certo equilíbrio entre os novos *estados*, antes de assim os emancipar de um modo que não de causar alguns embaraços à marcha regular governativa da nação em bastante prejuízo desta (grifo do autor).⁵⁰



Na exposição, Visconde do Porto Seguro vai além do problema das donatarias e imputou a D. João o projeto que pouco a pouco retalhou o Brasil com a criação de novas capitanias com a de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Sul e Santa Catarina até 1821. Reconhecia também autonomia política a unidades com diminuta população como o Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. A maior parte delas, depois da Independência, por se chamarem províncias sobrecarregaram-se de tributos e aumentaram seus passivos em desproporção aos ativos.

A ocupação territorial do Brasil, ainda durante o Império, constituía-se em preocupação. Levantou-se inclusive a necessidade de mudar a capital para o interior do país. Augusto Souza reuniu em seu texto as sugestões de algumas personalidades como Hippolyto da Costa, que projetava São João d'El Rei ou Villa Rica como capital do país; e Varnhagen, que propunha alguma cidade situada no triângulo formado por Tocantins, Paraná e São Francisco ou a cidade de Formosa da Imperatriz em Goiás, entre outros. E ele próprio achava que deveria se situar nas cabeceiras dos rios Doce e Jequitinhonha.

Felisbello Freire não apenas corrobora as conclusões sobre a desproporção entre as unidades administrativas do Brasil, como considera que elas pioraram com a mudança das donatarias para capitanias, destas para províncias e, finalmente, das províncias para os Estados. Se Varnhagen considerava uma vergonha o Império não ter resolvido o assunto, Felisbello Freire reputava que no regime republicano esses males se avultaram.

50 VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Memorial orgânico que a consideração das Assembleias Geral e Provinciais do Império apresenta um Brasileiro. Madri, 1849. p. 6-7. Acesso em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1467052/or1467052.pdf Acesso em 21 Jan 2017.

Dois elementos cruciais na formação territorial do Espírito Santo restaram ignorados na narrativa de Freire. Um deles compreende a expansão do café para o sul da província, interiorizando o povoamento do vale do Itapemirim. Outro fator desconsiderado por Freire, mas bastante destacado na historiografia do Espírito Santo, foi a imigração europeia em fins do Oitocentos. Não há, sobre o assunto, o conhecido jargão racista de melhoramento da raça. Mas não há também a menção da ocupação territorial da porção central mais montanhosa do Estado pelos diversos imigrantes europeus.

A imigração e o café se misturam na história do Espírito Santo de modo singular. Em primeiro lugar, os cafeicultores não manifestavam preocupação com a substituição de mão de obra escrava. Ainda que a cultura de café tenha se expandido depois da proibição do tráfico em 1850, havia nas maiores fazendas muita capacidade ociosa entre os cativos. Isso se devia à baixa produtividade dos cafezais, se considerado o número de trabalhadores e os pés de café. Aferrados, por isso, à escravidão e desprezando os alertas advindos do governo, os fazendeiros não fizeram qualquer investimento para absorver os imigrantes. No Espírito Santo, o contingente europeu foi recebido como alternativa de colonização dos chamados *sertões*. Criaram-se diversos núcleos de colonização com a promessa de titulação das terras cultivadas.

Pode-se afirmar que a imigração contribuiu para que o Espírito Santo superasse a crise que se abateu sobre as grandes fazendas com a abolição da escravidão no Brasil em 1888.⁵¹ Grandes propriedades do sul foram parceladas e financiadas aos imigrantes que mantiveram a cafeicultura como a base econômica do Estado. Certamente Freire preocupava-se em discutir a necessária transformação territorial do Brasil e não exatamente o povoamento de cada unidade. Sua preocupação se concentrava em abordar o problema em perspectiva nacional.

À página II, sob o título de *Preliminares*, Felisberto alega ter dedicado vinte anos a fontes manuscritas para escrever a obra. Em seguimento a essa assertiva, ele afirma que “Os esforços dos nossos historiadores nunca convergiram para esse lado de nossa história, de maneira que não existe em nossa literatura um trabalho sobre o assunto de nossa obra.” Como se viu, porém, a desproporção do território nacional já era problematizada desde a monarquia. Há, no entanto, a franqueza de Felisbello Freire em admitir que a República não fora capaz, tal como o Império, de debelar o desequilíbrio na federação. Sua obra destinou-se exatamente em frisar essa incapacidade dos governos centrais na formação territorial do Brasil.

Alcindo Guanabara descreveu Felisbello Freire como um deputado constituinte observador, prudente e silencioso. Companheiro de legisla-

51 ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.]. 2000.

tura, Guanabara atribuía ao político as características do investigador que marcaria a carreira de publicista de Freire.⁵² Tratava-se de um médico que escrevera sobre suas artes clínicas, mas se dedicara a pensar o Brasil no plano da administração e do Direito Constitucional. De sua lavra neste campo, algumas anotações serviram de guia à interpretação clássica de Victor Nunes Leal.⁵³ A obra *História Territorial do Brasil* não deve merecer menor atenção em vista de sua contundente crítica à capacidade da Federação brasileira em dotar suas unidades de idêntico poder.



52 FREIRE, 1894, p. XVI.

53 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, 2012. Ver notas nas páginas 268, 280, 313 e 317.

Edição : 2019
Impressão : Infographics
Papel de miolo : Off Set 75g/m² da www Suzano
Papel da capa : Supremo 350g/m² da Suzano
Tiragem : 100 Exemplares
Tipologia : Philosopher